

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A vila tem valor: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares
participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR)

Elias Barreiros

Florianópolis, agosto de 2008

ELIAS BARREIROS

A vila tem valor: hierarquia e igualdade entre jovens de grupos populares participantes de políticas públicas na cidade de Londrina (PR)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) como parte dos requisitos necessários para obtenção de título de mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Sônia Weidner Maluf
Co-orientador: Prof. Theophilos Rifiotis

Florianópolis, agosto

2008

RESUMO

Neste trabalho analiso a maneira como jovens de grupos populares urbanos inseridos em políticas públicas na cidade de Londrina (Paraná), se constituem enquanto sujeitos a partir de reapropriações de valores hierárquicos e igualitários. Nesse contexto etnográfico, estão presentes valores ligados ao ideal do individualismo moderno (autocontrole, disciplina, racionalização da corporalidade para o trabalho, vivência intensa do presente, entre outros) e valores mais relacionais (a importância atribuída a laços de solidariedade ligados à rede de amizades e de vizinhança, por exemplo). Tais questões são problematizadas a partir, principalmente, da relação que os sujeitos estabelecem com o Estado (associado aqui às políticas públicas e à polícia), e entre si, nas quais destaco as categorias classe e gênero. Concluo que os sujeitos se reapropriam de valores do individualismo moderno de acordo com matrizes simbólicas próprias aos grupos populares urbanos e com situações e contextos específicos de suas vivências práticas.

Palavras chave: hierarquia, igualdade, classe e gênero.

Abstract

In this thesis I analyse the way by which youths of popular urban groups inserted in the public health policy in Londrina city (Paraná) constitute themselves as subjects through the reappropriation of equality and hierarchical values. In this ethnographic context, are present values related to the ideal of modern individualism (selfcontrol, discipline, rationalization of corporality for work, intense living of the present, among others) and values that are more relational (the importance given to solidarity bonds connected to friend and neighbor networks, for example). The analysis of these questions is based specially on the relations that the individuals establish with the State (connected here to public policy and to police) and between themselves, in which I stress the categories of class and gender. I conclude that the subjects appropriate the values of modern individualism according to symbolic matrixes characteristic of the urban popular groups and to situations and contexts that are specific of their practical experiences.

Key words: hierarchy; equality; class and gender

Agradecimentos

Escrever uma dissertação é em grande parte um processo solitário e angustiante, de horas olhando pra tela do computador, por vezes os dedos correm rápidos pelo teclado e a tela branca vai se completando, mas a mão também se mantém estática por longos momentos de reflexão, de busca de conexões, da procura pela melhor maneira de expressar tudo aquilo que foi vivido durante o mestrado: os textos lidos, as discussões realizadas nas aulas, nos seminários e nos corredores, nas conversas entre amigos nos cafés e bares. Certamente, o mais difícil foi a procura por interpretar em palavras os momentos que foram Vividos - em maiúsculo mesmo – durante o trabalho de campo. E o grande compromisso neste trabalho foi falar dos sujeitos com quem convivi durante meses com todo o respeito que merecem.

Gostaria de agradecer a cada um dos meninos e meninas que participaram desta pesquisa, queria poder falar de um por um, de dizer o quanto eu os considero e admiro em todas suas qualidades e defeitos. Gostaria também de me desculpar se não pude falar de todos na dissertação e se de alguma forma eu não expressei aquilo que eles gostariam que fosse dito sobre seus sentimentos, suas ações, sobre suas vidas. Se eu os “reduzi” de alguma forma, espero que entendam que o fiz pelos limites de um trabalho como este, e que o fim último desta pesquisa deve ser uma contribuição para melhorar a vida de todos. Quero agradecer especialmente aqueles que eu encontrava todos os dias no CFC, onde joguei *ping pong*, futebol, baralho, onde conversamos sobre vídeo game, sobre música, sobre “bobagens” e “coisas sérias”, cada uma dessas pessoas, em seus diversos estilos, me encantou de forma particular e mereceria páginas e páginas de relatos. É com a maior *humildade* que lhes dedico este trabalho e agradeço a cada um por me deixar participar desses momentos em suas vidas.

Também quero agradecer a Mônica e a Mariana que trabalhavam no CFC, e aos educadores do Viva Vida, por terem aberto as portas desses lugares e deixo aqui minha admiração pelo trabalho que fazem com a maior competência apesar de todas as limitações institucionais. Obrigado por receberem a mim e a Arielle, o Tiba e a Talita, que também agradeço pela parceria e pelas contribuições à minha formação como antropólogo e como pessoa, gostaria de ter pelo menos um pouquinho da atitude militante de vocês. Ao Núcleo Londrinense de Redução de Danos, além de agradecer, desejo dias de tranquilidade para a continuidade do belo trabalho que vem sendo feito.

Aos professores do PPGAS/UFSC que participaram desse rito de passagem, obrigado pelos ensinamentos e pelas discussões, agradeço especialmente à Sônia ao Theophilos, pelos conselhos, pelas conversas e pelas orientações. Agradeço à Cnpq pela bolsa de pesquisa durante 12 meses deste trabalho.

E minha turminha de mestrado: América, Camila, Clarissa, Érica, Maya, Martina, Cadu, Everton, Marcelo, Tales e Rafa. Esses não foram apenas colegas de turma, mas se tornaram grandes amigos com quem dividi meus bons e não tão bons momentos durante esse tempo, cada um a seu jeito me ensinou muito, me fez rir e me irritou, são meus queridos, que sempre vão ocupar um lugar na lembrança e, espero, na casa ao lado durante a vida toda pra poder fazer uma visitinha pra um café ou pra uma cerveja. Beijos.

Dos companheiros de morada, Moreno, Tom e Bel, vou sempre sentir falta de pensar que estão no quarto ao lado, de encontrá-los na cozinha para dividir uma delícia culinária, de compartilhar um passeio com os amiguinhos Luli e Migui, das conversas no quintal, das músicas de um lugar qualquer do mundo, dos mergulhos na lagoa e no mar. Mas o importante é que a gente sabe que sempre vamos estar esperando e torcendo por um novo encontro. Saudades.

Tiago, Carol, Leila e Branca, amigos de longa data e que continuam, pra minha sorte, a participar da minha vida pessoal e antropológica, obrigado por cada contribuição e pelas críticas, mas principalmente por cada gesto de carinho. Eu sei que vou continuar agradecendo vocês por cada trabalho que eu fizer e pelo resto da minha vida. Amo vocês.

Apesar de distante durante este mestrado, quero agradecer aquela que esteve sempre presente em carinho e compreensão, minha companheira, meu amor, minha queridíssima Fer. Longos beijos.

Por fim, aqueles que são as grandes figuras na minha vida, minha mãe Gerçi, meu pai Antônio, minha irmã Ismênia, obrigado pelo amor e atenção, foram vocês que me ensinaram a respeitar a vida de cada pessoa e são responsáveis por tudo de bom que eu faço. Os amo.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1.....	31
ENTRE “PESSOAS” E “INDIVÍDUOS” NOS GRUPOS POPULARES URBANOS	31
A NOÇÃO DE PESSOA E A CONSTRUÇÃO DA CORPORALIDADE.....	38
A SUBJETIVAÇÃO DO INDIVIDUALISMO MODERNO	43
A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO E AS POSSIBILIDADES DE AGENCY.....	47
CAPÍTULO 2.....	52
JUVENTUDE E VALORES: CLASSE, TRABALHO, CONSUMO E CORPORALIDADE.....	52
DISCRIMINAÇÃO E (IN)JUSTIÇA: A CLASSE COMO MARCADOR DE DIFERENÇAS	59
O TRABALHO COMO ÉTICA, A ÉTICA PARA O TRABALHO OU OUTRAS “CORRERIAS”.....	67
CONSUMO E GRUPOS POPULARES URBANOS.....	80
TEMPO E ESPAÇO: TEMPO PRODUTIVO, TEMPO LIVRE E TEMPO PERIGOSO	85
CAPÍTULO 3.....	89
GÊNERO E “VIOLÊNCIA”: UMA QUESTÃO DE SUJEITOS MORAIS E DE DEGRADAÇÃO DE SUJEITOS “OUTROS”.....	89
GÊNERO E OS “JOGOS” DE CONQUISTA.....	91
“NA DOR DE UMA LÁGRIMA”: TRATOS E “TRETAS”.....	98
“TEM QUE SER FOLGADA PRA SER RESPEITADA”: RESPEITO E BRIGAS ENTRE MENINAS.....	105
SEXUALIDADE E PREVENÇÃO ENTRE JOVENS DE GRUPOS POPULARES.....	114
A GRAVIDEZ É A GRANDE QUESTÃO?	117
A HOMOSSEXUALIDADE: ENTRE DIREITOS FORMAIS E DISTÂNCIAS MORAIS.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	132

INTRODUÇÃO

Esta análise insere-se no campo de estudos que toma os grupos populares urbanos como objeto de pesquisa. Entendo, portanto, que a classe atua na ordenação dos sistemas simbólicos e dos valores que orientam as práticas dos sujeitos, e aqui essa categoria articula-se às de juventude, trabalho, corporalidade, “violência”, gênero, sexualidade.

Essa variedade de categorias mostra a complexidade das relações nas quais os sujeitos participantes desta pesquisa estão inseridos e me trouxe dificuldade para eleger um eixo de análise que produzisse algo de “total” na etnografia — tarefa difícil, que exigiu um constante exercício de *distanciamento*, conduzindo-me a privilegiar a relação entre valores “tradicionais” e “modernos”. “Tradicional”, aqui, refere-se às relações sociais que se apóiam em valores hierárquicos e holistas, em que a pessoa se constitui de modo relacional e tendo como referência valores ligados à família, à vizinhança e, no caso desta pesquisa, especialmente aos pares; e “moderno”, ao ideal da ideologia individualista, onde o sujeito é orientado pela lógica do cidadão, pelos valores da igualdade, da liberdade e dos direitos formais. Ambos são referências ideais, valores que servem de modelo para os sujeitos em suas práticas — obviamente, não se trata de uma escala de menos ou mais complexo nem de divisão rigorosa entre essas esferas, e também não há a passagem de uma ordem para outra, e sim um processo de influência mútua.

Os estudos que abordam as relações entre sujeitos pertencentes a grupos populares urbanos — caso das correntes que se apóiam na tradição antropológica francesa, e, especialmente, as inspirada em Dumont (1992) — vêm apontando que estes mantêm relações de parentesco, vizinhança e amizade mais densas comparativamente à lógica das relações idealizada pelo individualismo moderno, que se apóia nas idéias de *liberdade* individual e *igualdade* de direitos.

Nessa linha de pesquisa, os estudos sobre grupos populares tomam como horizonte que as relações que se dão em seu interior são mais hierárquicas, especialmente no que toca ao gênero e à sexualidade, e nelas os homens são privilegiados e o pólo forte do poder; além disso, eles estão mais presentes no universo público e as mulheres, mais “presas” à esfera do lar e ao universo do privado. Dessa forma, sujeitos pertencentes a grupos populares atuariam segundo uma lógica mais hierárquica e holista, para dialogar com Dumont (1992) e Duarte (1986), enquanto em outros segmentos, como nas classes médias urbanas, os sujeitos se apoiariam em uma lógica mais voltada ao individualismo moderno contemporâneo, relacionando-se de modo mais igualitário. Nesse modelo, o sujeito *uno e indivisível* prevaleceria frente a um certo holismo nas relações sociais.

É importante apontar que a complexidade da relação entre valores tradicionais e modernos também figura nas camadas médias, como mostrou Figueira (1987). Refletindo sobre valores presentes em famílias desses segmentos sociais, o autor aponta para a relação entre um plano ideal e um plano concreto de família. No ideal elas se apoiariam na ideologia do “igualitarismo”, porém tal processo se daria de forma ambígua e hesitante nas práticas concretas dos sujeitos. Assim, não estou propondo, aqui, que essa relação seja “exclusiva” dos grupos populares no Brasil; talvez estes sejam mais resistentes às mudanças sociais e ao processo de modernização segundo o modelo da ideologia igualitária¹. O dualismo dos modelos ajuda a marcar um ponto inicial para pensar, pois, nesta pesquisa de campo, a relação entre esses valores mostrou-se bastante tênue e inconstante: em determinados momentos, os sujeitos se apoiavam em relações mais hierárquicas e holistas; em outros, em relações mais igualitárias e individualistas.

Fonseca (2004b) prefere pensar em um lógica interna dos grupos em vez de um modelo englobante do individualismo, e traz pistas importantes sobre o gênero e, principalmente, a classe como categorias de análise — em particular, quando enfatiza a importância da expressão oral para pensar sistemas de valores em grupos populares, e a de deslocar o olhar dos discursos normativos

¹ É importante ressaltar que se tratam de acentuações mais do que cristalizações desses valores nos diferentes grupos sociais.

para as piadas e o humor, pois a jocosidade, o humor licencioso, as “trocas humorísticas” são “discursos alternativos” reveladores do universo simbólico dos grupos. Durante esta pesquisa pude observar que as trocas humorísticas, que chamo de *tiradas*, conforme o vocabulário nativo, também são caras e reveladoras de determinadas interpretações de gênero e da sexualidade. Algumas expressões nativas são utilizadas aqui como analogias para explicitar valores que atuam na constituição e práticas desses sujeitos. Fonseca (2004b, p. 17) explicita seu modelo de análise da seguinte forma:

[...] é no trabalho de M. de Certeau que encontramos uma maneira para operacionalizar a noção de ‘cultura popular’ na pesquisa etnográfica. Ele, como nós, escolhe como alvo de análise a criatividade nas práticas comuns da vida cotidiana. Considera estas como ‘operações multiformes e fragmentárias, desprovidas de ideologias ou de instituições próprias’, mas que obedecem mesmo assim a regras. Postula que ‘deve haver uma lógica dessas práticas’ (1994, p. 42). Essa lógica, a ‘formalidade complexa que pode dar conta das operações’ diversas (p. 42), tem pouco a ver com a noção habitual de regras jurídicas [...] em outras palavras, sem negar a influência da cultura hegemônica, De Certeau nos lembra que existem dinâmicas culturais, nascidas no *sens pratique* da vida cotidiana, dignas de estudo.

Apesar de diferentes abordagens teóricas, acredito ser possível aproximar Fonseca (2004a, b, c), que se apóia em uma “teoria da prática” com foco nas vivências cotidianas, e Duarte (1986), que utiliza modelos de análise definidos de acordo com o esquema dumontiano (holismo X individualismo), com foco nos valores e nas “representações sociais” dos grupos. Como apontam Heilborn, Cabral e Bozon (2006), é possível pensar que as transformações sociais contemporâneas (tamanho da família, prolongamento e difusão em grande escala da vida escolar, intensa urbanização, crescimento da comunicação de massa, diversidade religiosa, feminismo e movimento homossexual, expansão dos ideais igualitários), atuam na esfera dos costumes. Os autores apontam para um sentido de moderno que “indica uma flexibilização e diversificação das condutas, que se apóiam progressivamente na idéia de ‘escolha pessoal’” (Heilborn, Cabral & Bozon, 2006, p. 209).

Os sujeitos desta pesquisa atualizam, em suas práticas, valores do mundo contemporâneo segundo lógicas próprias dos grupos populares, compondo uma síntese que incorpora esses valores de forma particular, levando em consideração as características da sociabilidade local e de classe.

Realizei o trabalho de campo em Londrina², entre março e agosto 2007, em duas situações que guardam semelhanças e diferenças: uma parte diz respeito a oficinas³ de sexualidade que tiveram como foco a discussão sobre gênero, métodos contraceptivos e prevenção às DSTs/HIV/aids, realizadas no âmbito do projeto RAP: Riscos, Amores e Prevenção⁴, no qual todos os sujeitos atendidos estavam na faixa etária de 13 a 18 anos; a outra parte foi feita com sujeitos integrantes do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, cujos participantes tinham entre 15 e 17 anos. Este é promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP) do Governo Federal em parceria com a Secretaria de Assistência Social dos municípios — no caso de Londrina, também com o Instituto Leonardo Murialdo, através da Escola Profissional e Social do Menor de Londrina (Epesmel)⁵, mantido pela Igreja Católica.

Esta pesquisa foi realizada, portanto, no interior de projetos governamentais e não-governamentais. É importante destacar que Londrina é uma cidade que conta com um número considerável de projetos governamentais e de organizações não-governamentais (ONGs), os quais são voltados para as mais diversas áreas, como arte, esporte, lazer, etc.

² Londrina, localizada no norte do estado do Paraná, é uma cidade de porte médio e funciona como pólo de prestação de serviços para as cidades do seu entorno, inclusive para algumas do interior do estado de São Paulo. Segundo dados do IBGE, de 2007, a sua população é de 497.833 habitantes.

³ O termo *oficinas*, nesta análise, refere-se a “discussões em grupo”, em que se utilizam dinâmicas para provocar o debate entre os participantes. No decorrer do texto, quando for pertinente para explicitar as condições em que determinadas falas aconteceram, algumas dessas dinâmicas serão descritas.

⁴ Esse projeto foi desenvolvido pela ONG Núcleo Londrinense de Redução de Danos.

⁵ A Epesmel, fundada em 1976, resultou de uma parceria entre a Igreja Católica e a prefeitura de Londrina. A coordenação da instituição ficou com a Congregação de São José (Josefinos de Murialdo), a qual tem como missão trabalhar com crianças, “adolescentes” e jovem considerados em “situação de risco”. A Epesmel tem como objetivo profissionalizar e inserir “adolescentes” no mercado de trabalho, além da “promoção da cidadania em bases cristãs. A consciência solidária, a responsabilidade com a inclusão social de seus alunos [...]”. Mantém parcerias com a prefeitura e com outras instituições, governamentais e não-governamentais, e coordena vários projetos, sempre direcionados a “crianças e adolescentes em situação de risco”. Para participar dos cursos que ela oferece, os sujeitos devem estar freqüentando escola pública e ter renda famílias *per capita* de até meio salário mínimo (Epesmel, 2008a).

As oficinas do RAP foram realizadas em diferentes instituições e locais, e, nelas, além de pesquisador eu era facilitador⁶. Elas tinham duração de uma hora e meia a duas horas, dependendo da grade de atividades das instituições onde eram realizadas, e eram mais flexíveis no grupo formado especialmente para a sua realização. O papel do facilitador era o de conduzir a discussão de modo a permitir que o máximo de sujeitos se manifestassem, além de “pescar” elementos que surgiam nas falas, fazendo-os retornar ao grupo.

Geralmente, os sujeitos eram divididos em dois grupos, e em cada grupo havia dois facilitadores: em um, ficávamos eu e Talita; em outro, Arielle e Tiba. Sempre, na primeira oficina, nos apresentávamos como membros do Núcleo Londrinense de Redução de Danos, e eu também falava da pesquisa e de que poderia utilizar, nela, as discussões que fossem realizadas ali. A estrutura das oficinas sugeria, dentro do tema sexualidade, a discussão de gênero, métodos contraceptivos e de prevenção às DSTs, HIV/aids, nos primeiros encontros sempre era realizado uma dinâmica de apresentação e, em seguida, uma discussão, buscando levantar questões relacionadas a esses temas que os participantes gostariam de discutir.

Particpei de oficinas com cinco grupos de jovens, por dois meses (de março a maio), em 2007. Falo aqui apenas das oficinas das quais particpei, nos dois primeiros meses do RAP, pois o Núcleo Londrinense de Redução de Danos realizou outras no âmbito do projeto, no decorrer desse ano. Dois grupos eram da zona sul de Londrina (Jardim União da Vitória I), e os jovens eram participantes do Programa Viva Vida; dois freqüentavam o Centro de Formação Cidadã (CFC), na zona oeste; e o quinto grupo foi formado no conjunto João Turquino, também na zona oeste, especialmente para as oficinas, graças a uma liderança comunitária desse bairro, que atua na distribuição de preservativos e de materiais informativos, e disponibilizou o quintal de sua casa para a realização daquelas. As pessoas eram convidadas por essa liderança e por sua filha. Esse é um

⁶ Adiante, quando abordar as questões metodológicas que envolvem esta pesquisa, discutirei esse duplo papel do pesquisador no campo — ao mesmo tempo em que levanta material, realiza uma intervenção

grupo importante para a comparação, pois não tem vínculos com qualquer instituição governamental.

Os dados referentes a esses grupos estão relacionados a seguir, com exceção do grupo do João Turquino, pois o número de pessoas nas oficinas ali realizadas variou muito. Neste, participei de três oficinas, a média de sujeitos foi de sete em cada encontro, com idade entre 12 e 20 anos.

Grupo	Faixa etária	Nº de oficinas	Sexo masculino	Sexo feminino	Total de jovens
CFC 1	12 a 15 anos	3	8	7	15
CFC2	12 a 14 anos	3	6	6	12
Viva Vida 1	10 a 14 anos	3	7	7	14
Viva Vida 2	12 a 13 anos	3	10	3	13
Total		12	31	23	53

O Viva Vida é mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina em parceria com o Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina (Provopar), e atende “a 1500 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social entre 06 a 14 anos em regime de apoio sócio-educativo” (PREFEITURA DE LONDRINA, 2007). Nesse Programa existem quatorze unidades, que estão espalhadas por bairros periféricos da cidade e nos distritos rurais. O prédio onde ele funciona, no União da Vitória I, parece um ginásio de esportes, e o terreno no seu entorno é grande, tendo espaço para brincadeiras e uma quadra para práticas de esportes. No prédio há um grande salão central, onde existem três mesas, cada uma com capacidade para cerca de quinze a vinte pessoas, e ali é servido o café da manhã para quem chega no período matutino e o almoço para os que vêm no período vespertino. Nesse salão central estão os acessos para os banheiros, para a sala de administração e para as salas onde acontecem as atividades (PREFEITURA DE LONDRINA, 2007). O CFC é mantido com recursos provenientes de uma parceria entre a Secretaria de Assistência Social de Londrina e o Provopar — este, uma entidade “civil, sem fim lucrativos, voltada ao 3º setor, que age em parceria com o governo do Estado do Paraná e a sociedade civil” (PARANÁ, 2008a), visando a promoção, “no Estado do Paraná, [da] melhoria da

qualidade de vida e a valorização das populações com baixo índice de desenvolvimento humano, viabilizando Programas e ações que possibilitem a sua sustentação, através de Programas de geração de renda, garantindo sua inclusão social. Ao mesmo tempo também são desenvolvidas ações emergenciais e campanhas que mobilizam a sociedade a participar e colaborar” (PARANÁ, 2008b).

A outra parte do meu campo, realizada no Agente Jovem, durou cerca de quatro meses. De abril a de agosto de 2007 eu acompanhei a rotina desse Programa, observando as atividades e conversando informalmente com os participantes. O Agente Jovem aqui discutido está sediado no CFC, que se localiza no jardim Santiago (zona oeste de Londrina)⁷.

O espaço físico do CFC é composto por quatro salas não muito grandes. Na primeira funciona a recepção e a sala de espera, que também é usada para servir o lanche durante o intervalo das atividades. Ela permite o acesso a duas outras salas, onde são realizadas as atividades. Essas duas são interligadas por uma porta de correr, de vidro fosco, que, quando fechada, impede que de uma sala se veja o que acontece na outra, mas não veda os barulhos, então, em vários momentos, o som de uma interfere nas atividades da outra. Essa porta permanece aberta antes das atividades e durante o intervalo, permitindo que os sujeitos circulem por todo o interior do prédio. A sala maior é chamada de “sala dos espelhos”, e nela é montada, todos os dias, antes do início das atividades, uma mesa de *ping pong*.

As atividades do Agente Jovem seguem alguns eixos temáticos sugeridos pelas diretrizes do Programa em âmbito nacional (saúde, cidadania, esporte e turismo, cultura, meio ambiente). A execução do Programa prevê a parceria entre as esferas federal, estadual e municipal, além de ONGs e instituições privadas. Em Londrina, a parceria se constituiu com a Epesmel, à qual cabia indicar os instrutores⁸ para coordenar as atividades.

⁷ Apesar de o CFC ceder o espaço físico para o Agente Jovem, não há ligação burocrática entre os dois.

⁸ *Instrutor* é a nomeação oficial presente nas diretrizes do programa para se referir aos sujeitos que coordenam as atividades com as turmas.

Alguns desses instrutores eram seminaristas, cursavam Teologia e viviam no Postulado Josefino⁹ ligado ao Instituto Murialdo. Tal fato, como logo percebi, tinha implicações no trabalho realizado com os jovens. Eu conheci três deles, responsáveis por ministrar cursos de língua inglesa e esportes. Uma outra instrutora, que permaneceu pouco tempo realizando atividades, e a coordenadora do Programa tinham com a Epesmel apenas vínculo empregatício.

A postura dos sujeitos, durante as atividades, não era passiva; tinham senso crítico, apesar de não ser uma crítica elaborada e sistematizada. Acredito que o sono, as conversas paralelas, a pressa pelo fim da atividade em determinados dias, as reclamações de que o *tempo* demorava a passar refletiam sua desaprovação acerca das atividades e dos instrutores, bem como a sua falta de interesse e de comprometimento com um dos objetivos do Agente Jovem: transformação e *protagonismo juvenil*.

O principal objetivo do Agente Jovem é capacitar os participantes para atuarem, através de algum projeto social ou serviço, em suas comunidades¹⁰, e prepará-los para a inserção no mercado de trabalho. Os participantes do projeto recebem bolsa mensal no valor de 65 reais, devendo, como contrapartida, ao final do primeiro semestre de cursos teóricos, desenvolver uma atividade prática que intervenha em suas comunidades; eles também devem permanecer no (ou retornar ao) sistema escolar¹¹.

⁹ Os seminaristas que trabalham no Programa são membros da Josefinos de Murialdo, uma ordem religiosa da Igreja Católica, e vivem no Postulado Josefino, que “hospeda jovens atraídos pela vida consagrada josefina. Cada um deles, padre ou leigo consagrado, compromete a própria vida na formação da juventude empobrecida e na construção de um mundo mais justo e mais fraterno. Os Josefinos exercem esta missão através de instituições diversas, como escolas profissionalizantes, oratórios, colégios, institutos de reeducação, casas-famílias, paróquias” (Epesmel, 2008b)

¹⁰ Conforme o parágrafo de introdução da apresentação do programa, “O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa deverá promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho” (BRASIL, 2007).

¹¹ Já no final do meu campo, o grupo começou a pensar em tal intervenção, e foram várias as propostas que surgiram, mas, em decisão conjunta com a coordenação do programa, resolveram atuar, em parceria com uma Unidade Básica de Saúde, na revitalização da nascente de um ribeirão ali na região. Segundo eles, a nascente era cercada por mato, e os moradores reclamavam da presença de animais como ratos e cobras, e do lixo que ali se acumulava, e pretendiam realizar uma atividade de educação ambiental da comunidade, bem como plantar mudas em volta da nascente. Como me retirei do campo, não posso dizer como foi o desenvolvimento dessa atividade.

Tais elementos permitem pensar sobre o papel do Estado na formação de sujeitos críticos, ou melhor, como coloca Rifiotis (2007), na institucionalização de um processo que buscaria a transformação social, configurando-se como uma espécie de protagonismo do Estado, não um protagonismo dos sujeitos. O Agente Jovem pode ser entendido, à luz de Souza (2006), como um projeto que reproduz a lógica do Estado liberal moderno, que procura a homogeneização de uma “ideologia do desempenho”, ligada a uma “economia emocional”, a qual aponta para uma racionalização do trabalho (que deve ser socialmente útil), à auto-responsabilidade e disciplina e ao cálculo prospectivo.

Há, então, nesse Programa, a tentativa de promover uma “cidadania ativa” apoiada nos elementos constituintes da “ideologia do desempenho” e das “virtudes”, dominantes nos pressupostos ideais da modernidade, e, no caso de Londrina, há ainda a relação com a Epesmel, ligada à Igreja Católica, que atua nessa formação. Esse contexto traz muitas semelhanças com os valores constituintes dessa modernidade, aos quais me referi, com a valorização de uma racionalidade voltada ao trabalho disciplinado e socialmente útil, de uma idéia tradicional de família, de solidariedade, uma visão maniqueísta entre bem e mal, questões essas que podem contribuir para o desinteresse dos participantes — que, em minha opinião estavam mais interessados com o fato de ali ser um espaço de sociabilidade. Além disso, o ideário católico cristão que permeia o Agente Jovem em Londrina pode afastar sujeitos que não se identificam com essa perspectiva, e fere a idéia de Estado laico.

Outro elemento importante, presente no contexto social em que estão inseridos os sujeitos do Agente Jovem e do CFC, são os conflitos entre grupos de moradores do Jardim Santiago e grupos de bairros vizinhos, dos quais o mais comentado é o que ocorreu (e ainda ocorre, porém em menor intensidade) com o grupo do Jardim Nossa Senhora da Paz (nome atual da antiga favela Bratac), e que é conhecido como a *treta* (gíria nativa para briga, conflito) entre Pantanal (rua que fica nos fundos do Jardim Santiago) e Bratac — *treta* que, por sua vez, teve o seu dia da *paz*. Esse

conflito é uma questão importante nesta análise, pois eram freqüentes, durante o campo, as referências a ele, revelando ser significativo na constituição de determinadas subjetividades, ou, se preferirmos, na constituição de sujeitos¹².

Em suas práticas sociais, os sujeitos desta pesquisa expressam ora valores mais hierárquicos, ora mais igualitários, os quais se sobrepõem constantemente, misturando-se em algumas situações e estabilizando-se em outras. Exemplos dessa inconstância são encontrados nas relações de gênero, nas quais, por um lado, piadas e *tiradas* indicam a permanência da valorização de práticas heterossexuais e a degradação da homossexualidade; por outro, o discurso normativo sugere maior “tolerância”, particularmente na esfera da igualdade de direitos.

No que toca à sexualidade heterossexual, em alguns momentos há a valorização da sexualidade masculina ativa e provedora e certo controle da sexualidade feminina, lançada para a esfera da passividade. No entanto, algumas situações sugerem maior equidade entre os gêneros em certas esferas, como no caso de meninas que se envolvem em brigas para resolver seus conflitos. Tais elementos apontam para uma relativização do lugar tradicionalmente atribuído ao feminino como passivo e restrito ao universo doméstico, pois tornam visível a participação de meninas em um contexto social carregado de inseguranças e incertezas, para não dizer num cenário “violento”, em que comumente, não só na mídia e no senso comum, mas também em diversos trabalhos acadêmicos, permanecem ausentes.

Ao falar da invisibilidade feminina nas (sub)culturas juvenis, Weller (2005) aponta para a lacuna existente, no que toca à presença feminina, nas pesquisas sobre juventudes; e para o fato de que os autores falam de juventude em geral, sem distinguir entre jovens dos sexos feminino ou do masculino. Além disso, assinala que a maior parte das pesquisas privilegia a observação e as entrevistas com jovens do sexo masculino.

¹² A história do conflito é conhecida na cidade, e o *dia da paz* foi, inclusive, divulgado pelos dois jornais de Londrina. No decorrer do texto, vou me referir a ele várias vezes.

Aqui, também abordarei questões relacionadas a uma ética ligada ao trabalho, enfocada especialmente pelo Agente Jovem, que atua de alguma forma na disciplinarização dos corpos, instrumentalizando-os para reproduzir uma ética e uma estética normatizadas. Estas são rompidas por alguns sujeitos e (re)produzidas por outros, ou, ainda, o mesmo sujeito pode ora reproduzi-las, ora romper com elas, dependendo da situação e do contexto. Esses elementos são reveladores de diversos estilos de vida e de uma complexa relação de valores, que também serão tratados a partir de questões relativas ao consumo, dada a importância, para os sujeitos, de certos objetos como telefones celulares, aparelhos de MP3 player, tênis e roupas de marcas conhecidas; acessórios como bonés; e adornos como correntes e anéis. Esses estão estreitamente relacionados à corporalidade e à maneira como esses sujeitos se apresentam e querem ser vistos; ajudam a marcar uma identidade de grupo e colocam a “classe” novamente em questão.

São esses temas que se cruzam e mostram a complexidade da constituição desses sujeitos, e, aliada a isso, há a especificidade do campo em ambientes institucionais, que certamente interferem nas práticas desses sujeitos, bem como no meu *olhar para* esses sujeitos. Essa é uma questão importante no que se refere ao meu trabalho de campo, por este ter sido realizado em meio a relações institucionais e porque, em alguns momentos, também fui facilitador de oficinas de prevenção, as quais já seriam um campo de pesquisa complexo na medida em que há certa indução de temas e debates. Tudo isso implica refletir sobre algumas questões.

Em relação às oficinas, é importante ter em mente que os participantes estão falando para sujeitos também situados, ou seja, estão falando *do e no* interior de uma instituição para pessoas de uma ONG que, de acordo com os objetivos dos Programas e das diretrizes das políticas, estariam ali para lhes “ensinar” maneiras de se prevenir contra as DSTs/HIV/aids. Além disso, também o Agente Jovem é um Programa governamental, e o cotidiano e as relações sociais que ali se estabelecem referem-se a um contexto específico — tratam-se, portanto, de práticas e falas situadas. Para que tal

contexto fique mais visível, descrevo, a seguir, a forma como fui apresentado ao grupo do Agente Jovem.

No primeiro dia em campo, sua coordenadora me apresentou, à turma e ao instrutor da atividade, como “pesquisador da universidade” que iria frequentar o curso. Ela lhes pediu que respondessem a todas as minhas perguntas, e disse que o que eu estava fazendo era importante. Quando ela acabou de falar, eu me apresentei novamente, falei mais detalhadamente sobre esta pesquisa e lhes perguntei se poderia acompanhar sua rotina no curso; também falei que, futuramente, eu gostaria de conversar com cada um, e ressaltai a não-obrigatoriedade de participar da pesquisa e a garantia de anonimato para todos. Após conversar com o grupo, obtive sua autorização para acompanhar as atividades, que eram realizadas de segunda a quinta-feira entre as 13 e as 17 horas.

No início das observações o grupo contava com dezoito participantes (nove do sexo masculino e nove do feminino), todos com idade entre 15 e 17 anos. Desses, dois acabaram desistindo do curso: Roger, que optou por participar de um outro projeto na cidade, também vinculado à Epesmel; e Rosângela, que, segundo ela mesmo me disse, precisava de um trabalho que pagasse mais que a bolsa de 65 reais, pois tinha um filho para criar.

Durante a observação, por vezes os instrutores se dirigiam a mim, pedindo opinião sobre o que estava sendo discutido em sala. Sempre evitei me colocar ou interferir de qualquer forma nas atividades, buscando diminuir o impacto da minha presença na sala — que, obviamente, sempre era percebida. Evitei até mesmo tomar notas na presença dos sujeitos, pois logo percebi que, quando eu anotava alguma coisa, olhares interrogativos se voltavam para mim, e criava-se um clima de constrangimento — ao menos eu me sentia constrangido. Isso não quer dizer que eu estivesse tentando “olhá-los de fora”, no sentido da busca por um cientificismo exacerbado, pois eu sabia que minha presença ali sempre seria notada. O que eu buscava era não atrapalhar a atividade cotidiana, além de acreditar que assim estaria sendo mais gentil com os instrutores, principalmente evitando

críticas diretas a eles ou ao conteúdo de suas falas na frente da turma. Algumas vezes, conversei com um dos instrutores, pois era comum pegarmos o mesmo ônibus para ir embora, e, nessas situações, quando eu tinha alguma idéia que acreditava poder melhorar o desenvolvimento das atividades, eu a colocava.

Do meio para o final do meu trabalho de campo, passei a ter conversas gravadas com os sujeitos, e fazia isso nos dias das atividades de esportes — que aconteciam duas vezes por semana em uma praça pública ao lado do CFC —, pois assim interferia menos na rotina do curso. A escolha dos momentos de atividade de esportes para essas conversas deu-se também porque naquele espaço havia certo relaxamento das regras institucionais, constituindo-se como um momento de lazer. Aqui, estou chamando de momentos de lazer aqueles que antecedem as atividades ou os de intervalo entre elas, tanto no Agente Jovem como nas oficinas. Só para citar alguns exemplos: durante as atividades de esportes, podia-se usar boné, coisa proibida no interior da instituição; quem fumava cigarro conseguia fazê-lo sem muitas dificuldades; havia mais tempo para conversas, já que a prática dos esportes não era uma exigência muito rigorosa como as outras “tarefas” das atividades no interior da instituição.

Não estabeleci critérios para a escolha dos sujeitos com os quais conversaria, e, nas conversas, sempre tentei deixá-los bastante à vontade em relação à participação na pesquisa e à permissão de gravá-las. As primeiras foram realizadas em uma tarde de sol forte, quando acompanhei parte da turma na atividade de esportes. Quando estavam sentados em círculo com o instrutor, disse-lhes que gostaria de começar a conversar com as pessoas e perguntei se alguém gostaria de participar. Cláudia (15 anos) e Sandra (15 anos) se prontificaram, e o instrutor lhes deu licença para conversar comigo. Falei com uma de cada vez.

Depois que conversei com as duas, Alice (15 anos) me perguntou se eu não ia entrevistá-la, pois estava curiosa, e isso aconteceu outras vezes, com outras pessoas. Alguns sujeitos não demonstraram interesse em participar do processo; para alguns, eu pedi individualmente que

conversassem comigo, sendo que uns aceitaram e outros não disseram que sim nem se recusaram, mas me evitavam nos dias de esportes enquanto eu estava realizando uma dessas conversas. Por várias vezes, quando conversava com determinado sujeito, um outro — mesmo não sendo vinculado a projetos no CFC — se aproximava e interferia na conversa, o que possibilitou diálogos bem mais abrangentes. Quando isso acontecia, eu avisava que a conversa estava sendo gravada; quando o sujeito não era do Agente Jovem, eu além de avisar que estava gravando, dizia que ela seria usada numa pesquisa e que, quando se falasse algum nome, eu o trocava para manter o anonimato das pessoas.

Gravei oito conversas: com Clara, Cláudia, Sandra e Alice (todas com 15 anos), João (17 anos), Rodrigo (16), Marquinho (17) e Beto (15). Como, em algumas delas, outros sujeitos participaram, as oito gravações incluem número maior de sujeitos. Nelas, geralmente eu começava perguntando como tinha sido o fim de semana, já que as atividades de esportes aconteciam na segunda e na terça-feira. Fazia perguntas sobre família, escola, projetos de vida (profissão, perspectivas de entrar para uma universidade ou o tipo de emprego que gostariam de ter, por exemplo) ou sobre seus gostos musicais, suas atividades de lazer — enfim, sobre sua rotina fora da instituição. Dependendo do caso, eu abandonava completamente esse pré-roteiro e deixava a conversa seguir seu próprio rumo.

Claro que não se tratava de uma conversa entre dois amigos. O que acontecia ali era uma conversa, no mínimo, entre dois sujeitos mais ou menos estranhos, dos quais um era o pesquisador, com um gravador em mãos. Por mais de uma vez, o olhar dos sujeitos se fixava no gravador. Mesmo que em alguns momentos tenha se estabelecido uma *interação* entre nós, sempre éramos lembrados, pelo gravador, que ali estava acontecendo uma espécie de entrevista.

Estou usando *interação* aqui no sentido colocado por Cardoso de Oliveira (2000). Segundo esse autor, na relação etnográfica é inevitável que se estabeleça uma relação de poder e que se evidencie o contraste entre dois mundos: o do antropólogo e o do pesquisado. Para amenizar tal

contraste, é preciso que haja interação entre os dois, pois, desse modo, seria possível questionar o *poder* exercido pelo primeiro — por exemplo, numa entrevista, quando o pesquisador insiste em respostas pontuais do entrevistado, não se estabelece uma relação dialógica nem interativa entre eles. A interação abre espaço para “um diálogo entre ‘iguais’, sem receio de estar, assim, contaminando o discurso do nativo com elementos de seu próprio discurso” (Cardoso de Oliveira, 2000, p. 24).

No entanto, é possível questionar até que ponto essa interação, ou esse “diálogo entre iguais”, não se refere a uma situação ideal, ao menos em pesquisas como as de mestrado, quando o campo e a relação com os sujeitos dificilmente duram mais de alguns meses. E ainda mais no caso de uma pesquisa como a minha, em que essa relação se dá em um espaço de tempo específico, em algumas horas de convivência marcadas pelo ambiente e horário institucionais, sem falar das diferenças de geração e classe. Sendo assim, minha relação com os sujeitos desta pesquisa foi mais ou menos permeada por formalidades, diminuindo a possibilidade desse “diálogo entre iguais”.

Mesmo assim, em algumas dessas conversas os sujeitos relataram eventos importantes sobre o seu cotidiano fora da instituição, o que me ajudou a refletir sobre a constituição de suas subjetividades. Elas também me possibilitaram saber um pouco mais sobre suas famílias, profissão dos pais, mas aconteceu, mais de uma vez, delas tomarem rumos específicos desde o início, e acabei não pegando essas informações — na maioria dos casos, os pais têm como profissão a atividade de pedreiro e as mães, a de empregada doméstica ou diarista; no caso dos sujeitos dos quais não obtive essas informações, posso sugerir, de acordo com o que pude perceber, que os “responsáveis” exercem profissões similares. Fora essas conversas, o trabalho de campo no Agente Jovem refere-se à observação do cotidiano do grupo e às minhas anotações no diário de campo, nas quais surgem diversas questões que serão discutidas no decorrer desta análise.

No que se refere ao campo nas oficinas nas quais fui facilitador, algumas considerações devem ser feitas. Por exemplo, muitas vezes, a fala de um sujeito dá o mote para outras colocações,

o que pode ser chamado de “mútuo referenciamento”. Weller (2006) aborda essa questão quando traça o histórico sobre o aporte metodológico que se apóia em discussões em grupo como campo de pesquisa. A autora reflete a partir de uma pesquisa que realizou com jovens, especialmente meninas, do movimento *hip hop*¹³ em São Paulo e entre imigrantes turcos participantes desse movimento em Berlin. Seus dados foram colhidos por meio de entrevistas em grupo e observação participante. Sobre as entrevistas em grupo, Weller (2006, p. 245) observa:

As opiniões de grupo (*Gruppenmeinungen*) não são formuladas, mas apenas atualizadas no momento da entrevista [em grupo]. Em outras palavras: as opiniões trazidas pelo grupo não podem ser vistas como tentativa de ordenação ou como resultado de uma influência mútua no momento da entrevista. Essas posições refletem acima de tudo as orientações coletivas ou as *visões de mundo* do grupo social ao qual o entrevistado pertence.

Segundo a autora, os grupos não deixam de representar estruturas sociais, sendo possível identificar, neles, um modelo de comunicação. Ressalta que esse modelo não é causal ou emergente, mas “ele documenta experiências coletivas assim como características sociais desse grupo [o grupo estudado], entre outras: suas representações de gênero, classe social, pertencimento étnico e geracional” (Weller, 2006, p. 246); e aponta os grupos de discussão como ferramenta importante para pensar contextos sociais e modelos de orientação das ações dos sujeitos. Nesta pesquisa, as discussões e interpretações dos sujeitos, nas oficinas, não apontavam necessariamente para o consenso ou para o dissenso, dependia muito da situação e da relação existente no interior do grupo — e, também, das variantes individuais, que remetem ao quanto determinado sujeito considerou importante ou não se manifestar, o que considerou importante ser dito.

Na relação etnográfica que se estabelece em uma discussão em grupo — como em qualquer outra situação discursiva — é preciso estar atento para elementos que vão além das falas. Mas mesmo estas trazem interpretações sobre determinadas questões, e tais interpretações merecem

¹³ O *hip hop* é um gênero artístico musical composto pelo *rap* (sigla de *rhythm and poesy*); o *break* (estilo de dança cujo performer é chamado de *b.boy* ou *b.girl*); o *grafite* (uma arte plástica); o *DJ* (o elemento integrante responsável pela base rítmica e que pode tocar sozinho ou, o que é bastante comum, acompanhado por outros instrumentistas) (Amorim, 1998).

atenção, pois, a todo momento, estão reafirmando estereótipos e valores tradicionais ou questionando-os. É possível, através das falas, refletir sobre os discursos que pairam no senso comum a respeito dos temas propostos, mesmo quando são instrumentalizados pelos sujeitos na idéia de “dizer o que querem ouvir”, pois esta remete àquilo que serve como referência para o que é moralmente aceito ou valorizado. Além disso, vale lembrar que, como as discussões nas oficinas aqui analisadas se referem especialmente à sexualidade, os sujeitos também atendem a expectativas de gênero determinadas.

Nas oficinas, eram recorrentes certas interpretações acerca do gênero, das sexualidades masculina e feminina, referências negativizadas sobre a polícia e de oposição à classe média, o que pode indicar não um consenso — o que seria esperar uma atitude passiva dos sujeitos frente à oficina —, mas um senso comum hegemônico entre esses sujeitos. Sem falar dos elementos que vão além do discurso, que se referem à maneira de falar, às piadas e brincadeiras, ao vocabulário e às gírias, à corporalidade, ao modo de vestir, aos objetos utilizados e valorizados. Essas questões, que escapam às normas institucionais e ao contexto de oficinas de discussão em grupo, são espelho e reflexo de suas *vilas*¹⁴ e do contexto urbano e periférico que vivenciam.

No caso das oficinas desta pesquisa, foi possível perceber discursos situados, falas remetidas aos facilitadores como respostas feitas ou estereotipadas, que reproduziam discursos da mídia ou de instituições (Igreja, escola, campanhas governamentais e não-governamentais). Mas determinadas “brechas” acabavam por surgir, nesses discursos, nas mais diversas situações, como nos momentos de intervalo entre as atividades, nos minutos anteriores e posteriores às oficinas e na própria oficina, quando a discussão saía do tema inicial e tomava um rumo novo. No entanto, apesar de considerar as oficinas como *locus* importante para a análise, é preciso reconhecer que elas apresentavam certas especificidades, que devem ser consideradas, principalmente porque traziam temas iniciais

¹⁴ O termo *vila* é usado, muitas vezes, como sinônimo para periferia. Então existe, por exemplo, a relação entre vila e centro, isto é, pessoas das vilas e pessoas do centro. Em determinadas circunstâncias, o fato de ser morador de uma *vila*, seja ela qual for, é elemento de maior identificação do que em relação a moradores do centro.

específicos. É interessante pensar que as oficinas de prevenção, como as do meu campo, respondem a diretrizes governamentais que apontam para a importância em trabalhar com sujeitos que *a priori* são considerados em “situação de risco” ou de “vulnerabilidade social”¹⁵.

Tal contexto de pesquisa me é bastante familiar, pois tenho realizado oficinas semelhantes desde 2000, quando ingressei em um projeto de extensão universitária na Universidade Estadual de Londrina, onde fiz a graduação em Ciências Sociais¹⁶. Em 2001, eu e dois amigos do curso apresentamos a metodologia do projeto à Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids (Alia), e propusemos uma parceria, o que levou à aprovação de um projeto que foi financiado durante um ano pela prefeitura dessa cidade. Nesse período, realizamos oficinas em alguns bairros da periferia e em uma instituição que atendia a jovens do sexo masculino de 12 a 18 anos¹⁷. Se essa experiência facilita minha avaliação e meu distanciamento sobre o que era discutido nas oficinas que fazem parte do meu campo nesta pesquisa, ela também pode acarretar um movimento contrário, ou seja, que determinadas questões nas oficinas tenham acabado se naturalizando para mim, ofuscando o meu olhar e impedindo a minha percepção de nuances que, talvez, para outro observador, fossem mais visíveis.

De qualquer forma, sei que essa avaliação não cabe somente a mim nem considero esta pesquisa terminada — tenho em mente, portanto, que o trabalho deve ser colocado em debate com os pares e em diálogo com a teoria antropológica. Concordo com Peirano (1999), quando aponta que, na etnografia, sempre haverá um espaço essencial para a crítica, desde que o etnólogo se

¹⁵ Os projetos de oficinas de prevenção, sejam governamentais ou não, vão ao encontro dessa demanda, respondem a editais públicos, etc. Muitas vezes, o texto dos projetos, para que estes sejam aprovados, deve reafirmar as categorias postas de cima. Mesmo que nas práticas das atividades tente-se fugir à lógica bastante pragmática das diretrizes, é preciso justificá-las, prestar contas e cumprir prazos que dificilmente passam de um ou dois anos, o que não permite trabalhos mais contínuos e que busquem um “diálogo entre ‘iguais’” com os sujeitos atingidos pela política.

¹⁶ O projeto, intitulado Oficinas de Prevenção com Jovens: Gravidez, DST's e Aids, era coordenado pela antropóloga Leila Sollberger Jeolás, e foi realizado junto a uma equipe multidisciplinar em um serviço público de saúde, o Centro de Referência e Atendimento ao Adolescente de Londrina (Craal).

¹⁷ Quando acabou o financiamento desse projeto, passamos mais um ano na Alia realizando oficinas como voluntários. Esse processo resultou em minha monografia de conclusão de curso, onde analisei como a constituição das masculinidades entre os meninos influenciavam em sua sexualidade e em suas práticas de prevenção às DSTs/HIV/aids. As principais questões que nela discuti estão em Barreiros (2006).

disponha a colocar seu trabalho em debate, sendo esse um dos momentos em que se constitui a validade do trabalho de campo. Ao assinalar que o impacto da pesquisa de campo no etnólogo ainda não foi completamente explorado, a autora acentua que a boa etnografia sempre permitirá espaços para reanálises; assim, o campo fala mais que o próprio antropólogo e está sujeito à diversidade de abordagens: “a reanálise de um corpo etnográfico é a prova da adequação e qualidade da etnografia” (Peirano, 1999, p. 56).

O que procurei fazer, nesta análise, foi colocar o campo em diálogo com a teoria antropológica sobre os temas discutidos, além de interpretar as falas dos sujeitos a partir do não-normativo, já que, no caso dessa situação etnográfica do campo (oficinas), pode ser recorrente que aquelas sejam muito permeadas por discursos “oficiais” — como, por exemplo, as discussões sobre “gravidez na adolescência”, que foram muito comuns, o que pode ser reflexo da ênfase dada ao tema pela mídia e por formadores de opinião. Além disso, é fato que, na maioria das vezes em que esse tema é colocado em debate (em telejornais, por exemplo), recorrem-se aos “especialistas em adolescência” como médicos e psicólogos, e, sem querer homogeneizar todos esses profissionais, os discursos biologizantes ou vitimizantes são os mais comuns, sem falar daqueles que culpabilizam os sujeitos.

Por mais que nessas estratégias de intervenção tente-se escapar à lógica da relação aluno/professor, possivelmente ela está presente nos sujeitos, na medida em que várias vezes os facilitadores eram nomeados como professor. Isso traz toda uma carga simbólica que remete ao nosso sistema de ensino escolar tradicional, no qual, muitas vezes, nessa relação há uma gama de falas, por parte dos “alunos”, que eles acham que os “professores” querem ouvir — não muito diferente da relação entre pesquisador/pesquisado tradicional na antropologia, quando o “nativo” responde aos questionamentos do pesquisador dizendo aquilo que acha que aquele quer ouvir. A dificuldade na interpretação das discussões das oficinas está no risco de tomar o discurso “nativo”

como a “pura representação de suas práticas”. Assim, elementos ligados ao humor e à ironia, tomados como “discursos alternativos” (Fonseca, 2004c), podem ser reveladores.

No caso do meu campo, há o agravante de os sujeitos *terem* que participar das oficinas (com exceção das realizadas no João Turquino), pois elas ocupavam lugar na grade curricular já programada das instituições (que não ofereciam atividades alternativas nem permitiam que os sujeitos ficassem sem *ocupação*). Por exemplo, o início das atividades das oficinas no Viva Vida foi cercado de expectativas dos sujeitos atendidos pela unidade, pois a equipe desta os havia *avisado* de que teriam essa atividade. Quando chegamos, no primeiro dia, eles estavam acabando de tomar o café da manhã no grande salão onde são realizadas as refeições. Todos estavam sentados, divididos nas três mesas, e nós, que estávamos em pé, à sua frente, fomos apresentados como as pessoas da ONG que falariam com eles sobre sexualidade e DSTs.

Sublinhei o *avisado* para chamar a atenção para a obrigatoriedade de participar das oficinas, da mesma forma que deveriam participar de todas as atividades promovidas pela instituição. Além disso, a realização de determinadas oficinas só se torna possível se os educadores da instituição sentem necessidade da discussão no local. Soma a isso o fato de que, muitas vezes, as demandas colocadas pelas instituições se dão a partir de diretrizes mais amplas, que orientam as políticas voltadas a essa população. Assim, é legítimo perguntar se todos os sujeitos que participaram das oficinas realmente estavam interessados e refletindo sobre as questões em torno da sexualidade, do gênero, da prevenção, etc., ou em fazer aquela discussão naquele momento, naquele lugar e com aquela pessoa; ou se a discussão não acabou sendo imposta, tanto pelas instituições quanto pelas políticas. Isso tudo remete à discussão sobre os elementos que compõem a própria etnografia.

O trabalho de campo, a relação etnográfica, a relação de poder entre pesquisador/pesquisado, a autoridade etnográfica, a idéia de “dar voz ao nativo” ou de o pesquisador se deixar ser percebido no texto, a relação sujeito/objeto ou sujeito/sujeito, todas essas

questões são extensamente debatidas no interior da antropologia, sendo enfatizadas, nos últimos anos, por autores chamados de pós-modernos.

O método etnográfico clássico, assim como sua forma textual, fundado a partir do funcionalismo britânico embasado em Malinowski, foi colocado em questão principalmente com o surgimento da antropologia interpretativa nos Estados Unidos, cujo maior representante é Geertz. Este afirma que é preciso interpretar o *modus vivendi* do grupo pesquisado, e, para tanto, deve-se buscar o “ponto de vista nativo” — ou seja, o importante é “que os antropólogos vejam o mundo do ponto de vista dos nativos” (Geertz, 1997 p. 86). Ao propor tal idéia, o autor pergunta: “onde ficaremos quando não pudermos mais arrogar-nos alguma forma unicamente nossa de proximidade psicológica, ou algum tipo de identificação transcultural com nossos sujeitos?” (Geertz, 1997, p. 86) — e responde apontando para a necessidade de o antropólogo se colocar entre uma “experiência próxima” e uma “experiência distante”: o “truque é não se deixar envolver por nenhum tipo de empatia espiritual interna com seus informantes. [...] O que é importante é descobrir o que diabos eles acham que estão fazendo” (Geertz, 1997, p. 88-89). Como coloca Goldman (2003), o objetivo da etnografia, na concepção de Geertz, é interpretar as mediações entre as relações dos nativos e suas experiências sociais, para apreender as formas simbólicas nas quais eles se expressam.

Os pós-modernos incorporaram alguns elementos cunhados por Geertz, e passam a refletir sobre a chamada “autoridade etnográfica”, isto é, quando e como se poderia dizer que o antropólogo efetivamente tem acesso ao “ponto de vista nativo” sem que isso se configure em uma relação de poder entre antropólogo e “nativo”, na qual o primeiro sempre havia sido privilegiado. Como aponta Clifford (1998), a autoridade etnográfica tinha por base, até então, a experiência do etnógrafo em campo, e a antropologia interpretativa era a primeira alternativa quando se colocava a necessidade de olhar a cultura como texto a ser interpretado, pois “os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas [...] as experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos” (Clifford, 1998, p. 41).

Sua crítica a essa interpretação reside no fato de que ela não coloca em questão a realidade cultural do próprio pesquisador, tornando-se necessário que a etnografia desse conta de expor, além da experiência e da interpretação de uma “outra” realidade, o diálogo entre dois ou mais agentes politicamente significativos.

Essa é uma das questões que acredito ter avançado de forma significativa a partir do debate proposto pelos pós-modernos, pois é importante que fique o mais claro possível, para o leitor do trabalho, o lugar que o pesquisador ocupa na relação de pesquisa. Não se trata de um “diário pessoal” do pesquisador expondo todos os seus sentimentos ou toda a sua subjetividade, mas de esclarecer o seu lugar frente aos pesquisados, o que pode ajudar a entender o tipo de recorte que é feito e a possibilidade de acesso às questões mais significativas para os sujeitos pesquisados. Digo isso tendo em mente especialmente o fato de que, em parte desta pesquisa, exerci o duplo papel de pesquisador e ativista de uma ONG que realizava oficinas cujo tema central era sexualidade, o que pode ter acabado por sugerir, para os sujeitos pesquisados, uma ênfase nesse tema. Outro elemento importante refere-se à inevitável diferenciação entre o pesquisador e os pesquisados, e aqui me refiro ao trabalho de campo no Agente Jovem, pois, apesar de participar da rotina dos sujeitos durante o tempo de atividades no Programa, eu não compartilhava com esses sujeitos as mesmas obrigações e responsabilidades, bem como as suas vivências em outros ambientes de sociabilidade, o que remete, necessariamente, ao fato de que eles selecionavam o que me dizer ou dizer em minha presença. Questões essas insuperáveis neste tipo de pesquisa, e que só podem ser minimizadas através de um olhar voltado a outros detalhes e ao contraste entre observações em campo e teoria etnográfica.

Segundo Clifford (1998, p. 43), a antropologia pós-moderna tentou dar nova luz à questão da autoridade etnográfica, e, nessa perspectiva “paradigmas de experiência e interpretação estão dando lugar a paradigmas discursivos de diálogo e polifonia [...]”. Como aponta Lacerda (2007), a

posição do etnógrafo passou a ser relativizada, e tanto a totalidade de uma cultura quanto o “ponto de vista nativo” tornam-se inalcançáveis. Os papéis sociais dão lugar aos sujeitos individuais.

O problema central da tendência pós-moderna é que não se pensa no “choque” entre papéis sociais, mas entre atores individuais, que incluem o “nativo” e o etnólogo (Peirano, 1999); busca-se, na voz dos sujeitos da pesquisa, a própria objetividade do texto etnográfico, abdicando da totalidade e da constituição dos sentidos das ações desses sujeitos — a autoridade etnográfica estaria na ausência do autor. Conforme Peirano (1999), a relação etnográfica não pode ser colocada em termos individuais (o indivíduo pesquisador e o indivíduo pesquisado), pois é a relação entre um saber teórico acumulado e uma realidade local pesquisada — este é um diálogo já constituído, que a autora chama de *tensão criativa* entre teoria e pesquisa. Assim, procurei apreender os valores que estruturam as práticas dos sujeitos a partir da classe como marcador de diferenças, na medida em que os universos simbólicos que estruturavam as suas práticas estavam relacionados a valores que, segundo aponta a bibliografia sobre classe, são preponderantes entre os grupos populares (a valorização dos laços de vizinhança e de amizade, da família e do trabalho, de hierarquias de gênero), ou seja, o objetivo aqui é justamente o de colocar a teoria em relação com as vivências locais. Além disso, como coloca Goldman (2003, p. 456), não deveríamos nunca pensar em um nativo genérico, pois “trata-se sempre de pessoas muito concretas, cada uma dotada de suas particularidades e, sobretudo, agência e criatividade”. E, sendo os “nativos” pessoas muito concretas, coloca-se ao pesquisador um elemento ético fundamental: a pesquisa não pode trazer problema para os sujeitos; ao contrário, o trabalho deve lhes trazer algo de positivo, ou para os grupos aos quais pertençam. Nesse sentido, espero que esta pesquisa possa, de alguma forma, contribuir para que os jovens de grupos populares sejam vistos com mais respeito, categoria que é central entre eles.

A “validade” do trabalho etnográfico está, entre outras coisas, no aspecto temporal de explicações; e os bons textos etnográficos sempre foram experimentos (Peirano, 1999). Desse

modo, pode-se colocar em xeque a pura reprodução de falas nativas, como querem as tendências pós-modernas da antropologia. Estou consciente que a pesquisa etnográfica sempre está limitada a um recorte temático, a contextos específicos e ao próprio tempo de trabalho de campo. Em minha pesquisa, o recorte temático central é a hierarquia de valores que pode ser observada entre sujeitos num contexto bastante específico de projetos institucionais. Assim, as reflexões realizadas aqui estão limitadas, inclusive, por um tipo de política pública específica, que é focada em um público determinado — portanto, se por algum processo político mudarem as diretrizes das políticas voltadas à juventude, a pesquisa passa a ter boa parte de seu conteúdo datado. E, quanto à questão “da pura reprodução de falas nativas”, eu concordo com Peirano (1999) que isso é problemático, e procurei, como já afirmei, colocar essas falas ou as observações realizadas em contraste com a bibliografia, e procurar, nos discursos ou nas cenas etnográficas, os elementos não-normativos.

A *história teórica* da disciplina também tem sua importância ressaltada por Peirano (1999), pois possibilita o encontro entre um acúmulo teórico e novos dados etnográficos, e, a partir daí, certo recorte, tanto temático como cronológico, é legitimado. Através da *história teórica* constrói-se uma determinada referência de tema ou de abordagem significativa e legitimada pelo debate com autores contemporâneos ou pela interlocução com autores clássicos. Assim, procurei situar minha abordagem em relação a autores como Duarte (1986; 2003) e Fonseca (2004a, b, c). Refiro-me especialmente a esses autores porque são as grandes referências no que toca ao recorte de classe, mas não deixo de considerar outras abordagens quando trato de temas mais específicos.

Esta pesquisa tem como objetivo central pensar a relação entre valores próprios ao individualismo e à modernidade e valores mais relacionais, ligados aos grupos populares, e o modo como esses dialogam com outros marcadores de diferença e ordenam as práticas dos sujeitos.

No primeiro capítulo, “Entre ‘pessoas’ e ‘indivíduos’ nos grupos populares urbanos”, explico mais detidamente minhas orientações teóricas, abordo alguns elementos etnográficos e questões relacionadas à classe e à constituição da pessoa, que abarca a noção de indivíduo como

uma de suas representação históricas, própria à modernidade. Fecho o capítulo com algumas abordagens que apontam para a maneira como o sujeito se constitui e suas possibilidades de *agency*¹⁸.

No segundo capítulo, “Juventude e valores: classe, trabalho, consumo e corporalidade”, trato dos processos de subjetivação do individualismo moderno e as apropriações e reapropriações desses valores pelos sujeitos, seja incorporando-os de forma mais direta, seja através de um processo mais ambíguo, de forma contextual e de acordo com situações mais específicas. Também trato do processo de produção e reprodução de desigualdades, que tem os valores relacionados às classes sociais como elemento central de diferenciação e que produz preconceito e solidariedade de classe. Fecho o capítulo discutindo a relação entre Estado e sujeitos sociais.

No terceiro e último capítulo, “Gênero e ‘violência’: uma questão de sujeitos morais e de degradação de sujeitos ‘outros’”, o foco é a intersecção entre gênero e “violência”. Nele, destaco a apropriação, por parte das meninas, de elementos tradicionalmente atribuídos ao universo masculino, como a resolução de conflitos através do uso da força física, e abordo as interpretações sobre as hierarquias que se estabelecem entre os sujeitos a partir de questões relacionadas à sexualidade.

¹⁸ Utilizo esse conceito à luz de Ortner (2005), que, ao pensar o lugar que o sujeito tem ocupado na teoria social e cultural, aponta para a possibilidade de pensar os indivíduos como sujeitos em suas práticas, ou seja, tratá-los como possuidores de *agency*. O termo normalmente tem sido traduzido para o português como “agência” ou “capacidade de agir”. Para evitar confusões, vou manter o termo em inglês.

Capítulo 1

ENTRE “PESSOAS” E “INDIVÍDUOS” NOS GRUPOS POPULARES URBANOS

Neste capítulo faço uma discussão mais teórica sobre a constituição da pessoa, do indivíduo e do sujeito nos grupos populares urbanos, indo ao encontro da bibliografia que aponta a classe como categoria central e que os grupos populares urbanos orientam-se por lógicas e valores particulares. Também abordo os processos de construção da noção de pessoa e da de indivíduo nas sociedades modernas, e exploro algumas discussões sobre as teorias da constituição do sujeito e de suas possibilidades de *agency*.

Fonseca (2005) sublinha que existem especificidades nas matrizes simbólicas dos grupos populares, e considera classe uma categoria central para a compreensão da sociedade contemporânea, pois, se desconsidera essa categoria, o método etnográfico suprime as diferenças entre a subjetividade do pesquisador e o campo de pesquisa — e, para a autora, é justamente a alteridade o elemento fundante do conhecimento antropológico. Ao se referir a algumas tendências explicativas, que muitas vezes se confundem com inquietudes políticas extra-acadêmicas, ela enfatiza três modalidades de discurso: “1) não deveria haver pobres; 2) se existem pobres, o trabalho do investigador deveria dirigir-se exclusivamente a remediar sua situação, *fazê-los ricos*; 3) se não é possível melhorar sua situação, só caberia ao investigador denunciar sua exploração por parte da sociedade dominante” (Fonseca, 2005, p. 121).

O argumento de que “não deveria haver pobres” e a utilização do termo *excluídos* para se referir a eles, resultam na concepção de que não deveria haver excluídos, e podem trazer a idéia de que a vida desses sujeitos está desprovida de interesses, justificando “a negligência com a qual são comumente tratados” (Fonseca, 2005, p. 121). A autora afirma que a tendência a negar qualquer

positividade nos grupos populares não se resume ao contexto brasileiro, e cita os Estados Unidos, onde a negação antropológica da classe seria um tipo de mistificação ideológica que justificaria a existência de um subproletariado, na medida em que este é condição necessária para a existência da economia capitalista — trazer à luz essa população seria estabelecer um contraste com a crença daquela sociedade em uma existência justa e harmoniosa. Fonseca (2005) ressalta que, no Brasil, durante os anos 1980, pós-ditadura militar, muitos pesquisadores focaram no *popular*, mas, na década seguinte, deu-se ênfase às abordagens de gênero e raça, que passaram a ser objeto de grandes financiamentos internacionais. Em sua opinião, esses estudos preencheram lacunas importantes, mas, pelo fato de serem influenciados principalmente pelos estudos pós-estruturalistas, tendem a concentrar a realidade à negociação discursiva de identidades.

Sobre a necessidade de transformar os “pobres” em “ricos”, a autora se refere à sua associação a problemas particulares e temas específicos: pessoas sem teto; jovens em conflito com a lei; jovens envolvidos com o tráfico de drogas — ou a categorias semelhantes relacionadas à “*violência urbana*”. Daí surge outro obstáculo para a reflexão antropológica nas pesquisas com grupos populares: a necessidade de transformá-los. Nessa perspectiva, existe o reconhecimento da existência dos “pobres”, porém o foco, inclusive nas pesquisas, está na necessidade de remediar sua situação. A autora aponta para o uso do método antropológico por investigadores de áreas como serviço social e educação, que, no contato pessoal com os “nativos” em seu cotidiano de trabalho, enxergam apenas a dificuldade econômica e tomam, como causa desta, a carência moral e espiritual. Assim, é preciso estar atento aos contextos locais, ter a preocupação de mostrar que os “pobres” não devem ser pensados como sujeitos passivos frente a um processo que os massifica ou submete.

Na terceira perspectiva, “ao concluir que não é possível remediar a condição do pobre através de estudos etnográficos, o investigador decide usar seu estudo para denunciar a miséria” (Fonseca, 2005, p. 126). Apesar de essa perspectiva ter o mérito de expor as condições de

existência desfavoráveis dessa população, o que poderia acarretar em políticas públicas mais eficazes, o que acaba acontecendo é que as leituras dessa realidade acarretam em interpretações dos pobres como “passivos, apáticos, quase sub-humanos... à espera da emancipação trazida de fora por pessoas menos brutas” (Fonseca, 2005, p. 126).

Para fugir dessas explicações, há necessidade de focar os estudos nas margens, nos fluxos e nas fronteiras simbólicas de “baixo para cima”, ou seja, atentando para as experiências vividas dos sujeitos pertencentes aos grupos populares em suas especificidades locais, pois assim seria possível entender a lógica interna desses grupos:

Pode ser que os habitantes dos morros, vilas e periferias das grandes cidades recebam muitas das mesmas influências que seus contemporâneos mais ricos (a televisão e, em particular, a Rede Globo são as mais citadas). Mas quem poderia dizer que têm as mesmas experiências cotidianas, os mesmos horários para comer, os mesmos recursos para combater o frio do inverno, o mesmo dormitório, o mesmo êxito na escola, a mesma relação com a polícia...? Justamente, são essas experiências cotidianas (muitas delas não tão positivas) as que capta o método etnográfico. (Fonseca, 2005, p. 133)

Algumas dessas questões serão discutidas nesta análise. No que toca às particularidades locais da experiência cotidiana dos sujeitos, o conflito entre dois bairros na região mais focada nesta pesquisa é significativo e pode ser pensado como estruturante para alguns deles, sendo exemplar disso o caso de algumas meninas que passam a se valer da linguagem da “violência” como maneira de se expressar, o que acaba por provocar, em certo sentido, maior equidade entre os gêneros. A relação que se estabelece entre os sujeitos da pesquisa e a polícia, que, segundo eles mesmos, é muito diferente da estabelecida entre aquela e “moradores do centro”, também será abordada.

Além de Fonseca (2004a, b, c; 2005), no Brasil, a associação da classe a universos simbólicos específicos também está presentes nas abordagens de, por exemplo, Zaluar (1985), Velho (1994) e Duarte (1986). Este último, inspirado em Dumont, enfatiza a relação entre valores holistas e igualitários quando reflete sobre a constituição da pessoa e do indivíduo nas sociedades contemporâneas. Velho (1981) aponta para a possibilidade de se distinguir, em qualquer sociedade

ou cultura, áreas ou domínios com certas especificidades, as quais podem ser resultado da tradição de classe da qual o sujeito é oriundo — mas, como lembra o autor, não se trata de um determinismo de classe, pois

[...] a experiência de mobilidade social, a ascensão ou descenso introduz variáveis significativas na experiência existencial seja de pessoas oriundas da classe trabalhadora ou da classe média que são forçosamente diferentes de uma situação de estabilidade e permanência. Por outro lado, o contato com outros grupos e círculos pode afetar vigorosamente a visão de mundo e estilo de vida de indivíduos situados em uma classe sócio-econômica particular, estabelecendo diferenças internas. (Velho, 1981, p. 20)

Duarte (1986, p. 12), ao pesquisar a categoria nativa “nervoso” em populações pertencentes às classes trabalhadoras do Rio de Janeiro, também enfatiza as especificidades decorrentes da classe: em relação à “cultura dominante”, elas são “portadoras [...] de uma outra cultura, porque ordenada, axiada, sobre valores e princípios próprios”. Como colocado, o autor se apóia especialmente em Dumont, mas alerta que o faz sob o prisma das questões em torno do “Valor”, o que envolve a “teoria da hierarquia” e a “análise do holismo/individualismo”. A discussão sobre hierarquia remete à questão da totalidade, ou, nos termos dumontianos, do englobamento do contrário:

[...] é preciso atentar porém para o fato de que essa ‘totalidade’ não se confunde imediatamente com o real ou a experiência social. Cada totalidade de significação (nesse sentido lógico e estrito) encontra o seu próprio e específico ‘nível’ dentro da vida social, devendo, portanto, estar por sua vez situada em uma outra totalidade, de nível e sentido diferente. (Duarte, 1986, p. 41-42)

Dois elementos tornam-se centrais para Duarte: o “Valor” e a “situação” — que vão atuar diretamente na composição das relações de hierarquia, que variam no interior da “totalidade”. É o “Valor”, segundo ele, que funda a diferença hierárquica e, a partir dele, se configura a relação entre englobante e englobado:

[...] em situações concretas, esse Valor deve ser reconhecível como um ‘valor’ no sentido generalizado e banal da palavra ou no sentido em que *value* perpassa a antropologia anglo-americana. Poderá evidentemente também, dependendo do nível de complexidade empírica da totalidade em jogo, ser toda uma ‘uma

configuração de valores' (que é uma outra categoria instrumental importante em Dumont). (Duarte, 1986, p. 42-43)

A configuração de valores que se estabelecem entre os sujeitos de acordo com situações específicas é uma questão central em minha análise. Assim, procuro pontuar a maneira como valores ligados a uma ideologia hegemônica no individualismo moderno entram em relação com outras lógicas de valores mais relacionais, bem como o contraste e o mútuo-referenciamento entre perspectivas mais racionalistas e impessoais e relações mais densas, marcadas por laços de solidariedade e de confiança. É bom enfatizar que não se tratam de valores cristalizados ou fixos, pois atuam de modo específico em situações e contextos determinados. Essas questões são importantes, por exemplo, quando discuto a lógica que fundamenta o Programa Agente Jovem, a qual se apóia em elementos como autocontrole, autodisciplina e desempenho racionalizado para o trabalho, visando melhor preparação para o mercado, características próprias do mercado e do Estado liberal modernos (Souza, 2006). No entanto, há momentos em que os sujeitos da pesquisa se valem de outras lógicas, que atuam paralelamente a essas, e que, em determinadas situações os englobam, e são preeminentes aos valores hegemônicos na modernidade.

A relação entre o “Valor” e a “situação”, segundo a teoria da hierarquia na qual se apóia Duarte (1986), pressupõe uma lógica de situação e de dinâmica entre níveis. Assim, uma identidade se constitui de acordo com o “nível” que ocupa referente à “totalidade” na qual que está inserida. E, na sociedade moderna, o valor central seria o do individualismo, tendo como reflexo o universalismo.

Para minha análise, importa a configuração de valores relacionada ao individualismo. Ela se dá de maneira singular, de acordo com cada sociedade e com situações específicas; assim, características como igualdade, autonomia e liberdade, ideais do individualismo moderno, sofrem combinações e ênfases diferenciadas em determinados contextos, e isso se complexifica no caso das

sociedades modernas, onde há um “caráter ao mesmo tempo ‘fundamental’ e ‘subordinado’ da hierarquia e ‘dominante’ e ‘artificial’ do individualismo” (Duarte, 1986, p.48).

Duarte (1986, p. 54), pensando “o individualismo como versão letrada e ideal da cultura moderna”, coloca em contraste as classes trabalhadoras e as classes médias, pois estas últimas seriam, em termos sociológicos e de acordo com sua etnografia, as que fazem fronteira com as primeiras. Ou seja, o contraste se faz na medida em que estariam as classes médias apoiadas nessa versão ideal de individualismo, enquanto as trabalhadoras seriam portadoras de uma cultura hierárquica e holista, e nas quais haveria a preeminência do grupo, da coletividade e da comunidade sobre os valores do individualismo moderno. Segundo o autor, não se tratam de barreiras fixas e intransponíveis entre as classes, o que existe é a preeminência de determinados valores em certas situações. Essa dinâmica também acontece com os sujeitos desta pesquisa, e um exemplo está no uso que fazem das expressões *humildade* e *se achar*.

No CFC e no Agente Jovem, foi constante, nas falas dos sujeitos, a diferenciação entre pessoas que “*se acham*” e os “*humildes*”¹⁹. Tais termos eram utilizados quando comparavam as diversas possibilidades de vivência, seja em relação a outras localidades — nesse caso, a referência mais comum é a de pessoas associadas a grupos sociais de maior poder aquisitivo, especialmente moradores do centro, que aglutina boa parte das classes média e alta da cidade —, seja em relação a sujeitos da mesma vila, seja em relação a sujeitos da Bratac, por exemplo. A eleição de um *outro*, no sentido de um sujeito a quem se procura marcar uma diferença, geralmente é apoiada por um distanciamento de postura, e esse *outro* pode ser alocado no adjetivo acusatório de pessoas que *se acham*.

Um exemplo está na fala de Rodrigo (16 anos), do Agente Jovem. Um dia, quando falávamos sobre as coisas de que ele gosta, ou não, no bairro, ele comentou: “*O que eu menos*

¹⁹ *Se acham*, ou *se achar*, têm sentido acusativo, referem-se a sujeitos que se colocam em posição de superioridade frente aos outros, e *humildade* se refere justamente ao contrário, é um termo valorativo, que sugere postura igualitária.

gosto... é desses carinhas aí, que se acham, de mala e bandido, os caras pilantra. Só não gosto é disso". Ao dizer isso, ele se distancia de um determinado sujeito que se constitui em torno de um estilo de vida mais voltado à "malandragem". Esse é o seu ponto de vista, mas nada impede que o sujeito a que ele se refere se considere *humilde*, e eleja, por sua vez, outros sujeitos que *se acham*. Ou seja, a categoria acusatória *se acham* não está presa a atitudes específicas, ela está em negociação constante. O sentido de *se acham* é o de supervalorização pessoal; refere-se a sujeitos que procuram *aparecer* mais do que os outros, que se vangloriam de suas ações, de determinadas atitudes, posições, ou de certos bens materiais. Aproxima-se, então, ao mesmo tempo, de uma idéia de hierarquia — que aqui é desvalorizada — e da ideologia do individualismo, na medida em que o sujeito procura diferenciar-se dos demais na procura por uma singularidade.

O termo *humildade*, ou "U1000D" — como um dia um sujeito escreveu no quadro negro durante uma atividade do Agente Jovem —, é utilizado quando se quer elogiar alguém ou afirmar-se positivamente. É recorrente, também, em muitos *raps* e no discurso do movimento *hip hop*, que assume grande importância em grupos populares urbanos no Brasil. O *humilde* se aproxima mais do universo que valoriza a rede de amizades, vizinhança, coletividade, pois *ser humilde*, nesse contexto, refere-se a colocar o *outro*, ou *se colocar* em relação ao *outro*, em um mesmo patamar social. *Humilde* parece invocar aquilo que é tão caro ao ideário individualista moderno, a idéia de igualdade, ao mesmo tempo em que entra em contraste com essa mesma ideologia, que valoriza um sujeito *único*, que se destaca dos demais.

O *se acham* refere-se à acusação de sujeitos que procuram sobrepor-se aos outros, destacar-se de alguma forma, diferenciar-se portanto. Pode-se pensar, a princípio, numa certa lógica de relação: *humildade/holismo versus se acham/individualismo*. No entanto, a utilização nativa dos termos sugere uma relação mais ambivalente, que remete à associação *humildade/totalidade/igualdade versus se acham/individualismo/hierarquia*. Esses termos estão presentes em todo o universo pesquisado e dizem respeito a uma série de éticas das relações entre

os sujeitos, atuando como marcadores de diferenças, de afastamento ou aproximação, e remetem a certa idéia de *pessoa*.

A noção de pessoa e a construção da corporalidade

Na cultura moderna temos uma constituição específica de pessoa: o indivíduo²⁰. A noção de pessoa tem sido um recorte e um recurso analítico bastante utilizados para pensar grupos humanos. Nas sociedades contemporâneas não é diferente, em particular no que toca aos grupos populares urbanos, em que os diferentes valores (hierárquicos e igualitários) que compõem a pessoa parecem conviver e dialogar constantemente nas práticas dos sujeitos.

Mauss (2003b) procura traçar a história social de tais categorias, e o faz a partir da análise de etnografias de determinadas civilizações em períodos históricos e regiões geográficas distintas, propondo um estudo comparativo, em uma viagem pelo tempo e pelo espaço, na busca do modo pelo qual essas noções foram se desdobrando. Num primeiro momento, enfatiza a constituição do sentimento do “eu”, a maneira pela qual esse sentimento tomou corpo, matéria e a forma de noção de pessoa contemporânea. Esta categoria, que no Ocidente torna-se presente e clara, desdobrando-se num conceito, não se define tão visivelmente em muitas outras culturas, mas está presente em todas as sociedades. O autor salienta, ainda, a presença, em grande parte das línguas, de um grande número de sufixos de posição que manifestam determinadas relações no tempo e no espaço e entre o sujeito que fala e o objeto de que fala. De alguma maneira, a palavra “eu”, que o autor desdobra em duas, “eu-mim”, exprime algo que é nitidamente representado, já que, em muitas línguas, o sentido do “mim” está presente mesmo não sendo expresso por essa palavra ou pela palavra “eu”. Sua preocupação fundamental é a de pensar a história social dessas categorias, a maneira como, através dos séculos, esse sentido do “eu”, em diversas sociedades, tomou a forma de noção, de conceito; o modo pelo qual a moral, os direitos, as religiões, os costumes, as estruturas sociais, influenciaram na constituição desse conceito. O que temos aqui é a preocupação da tradição

²⁰ Ver Mauss (2003b) e Dumont (1992)

francesa, também presente em Durkheim, em pensar a natureza social das categorias do espírito humano.

Segundo Goldman (1999), a análise de Mauss, apesar de ter o cuidado de diferenciar o sentimento, a categoria e a noção de pessoa, acaba por esbarrar em um certo evolucionismo, ao apontar para o desenvolvimento, um tanto linear, do sentimento do “eu” para a noção de pessoa. Além disso, considera pertinente questionar o caráter universal de tal categoria e questionar sobre até que ponto ela não é uma preocupação derivada de certo etnocentrismo, ou seja, se por ser uma clara preocupação ocidental moderna não se estaria procurando encontrá-la em todas as sociedades. A mesma crítica é colocada por Duarte (2003, p. 174): “Mauss ampara-se ainda num esquema evolucionista de revelação e agregação dos componentes da pessoa moderna para projetar finalmente a sombra da figura, em toda sua súbita especificidade, contra o pano de fundo dos outros modelos culturais trazidos à comparação”.

No entanto, ao tratar da questão do “eu”, da pessoa, assim como do corpo, Mauss também possibilita uma visão mais relativista, como mostram Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro (1979). Inspirados na obra de Mauss, os autores abordam a construção da pessoa e do corpo nas sociedades ameríndias, nas quais há uma rica elaboração da noção de pessoa, que implica na visão que têm da natureza e do ser humano, na qual o corpo ocupa lugar central na organização social. Eles assinalam que, em certas sociedades indígenas da América do Sul, os meninos têm os lábios e as orelhas furados quando são incorporados ao mundo adulto. Essa penetração gráfica, física, da sociedade no corpo forneceria as condições para, num mesmo momento, a corporalidade abarcar o indivíduo e o coletivo.

Nas sociedades modernas contemporâneas, como explica Maluf (2002), temos, nas chamadas novas identidades urbanas, grupos de jovens formados a partir de um mesmo referencial estético, que envolve desde vestimentas até tatuagens e perfurações no corpo. Inscrever tais elementos na pele ou na carne não se reduz a marcar símbolos no corpo, remete também à

constituição de um determinado sujeito. Nesta análise, trato da dimensão da corporalidade quando abordo as diferenças que se constituem a partir da incorporação de elementos próprios aos grupos populares — por exemplo, a maneira específica de falar, que traz um vocabulário rico em criatividade e em sentidos simbólicos, mas que, em razão dos preconceitos de classe, é desvalorizado pela racionalidade hegemônica. A corporalidade desses sujeitos também me ajuda a discutir a maneira como as práticas de determinada cultura de consumo é incorporada e reapropriada. Através da maneira como se vestem, vários sujeitos da pesquisa apontam para práticas de resistência aos valores modernos, como mostram pela insistência em usar seus bonés no CFC, prática que é proibida dada a tentativa de condicionar os sujeitos a uma “boa aparência” segundo as exigências do mercado de trabalho — racionalidade assumida por outra parte dos sujeitos. Esses são elementos que constituem um sujeito social, e que refletem as ambigüidades na constituição da pessoa em meu contexto de pesquisa.

Dessa forma, coloca-se a necessidade de relativizar a noção de pessoa e as questões relativas ao corpo, porque tanto estas quanto aquela podem contribuir para a análise da constituição dos sujeitos. Sobre a inter-relação entre pessoa e corpo, pode-se dizer que essa questão tem ocupado lugar de destaque no pensamento antropológico, e um bom exemplo de relativização da concepção de corpo é o clássico trabalho de Leenhardt (1971). Esse autor mostra que os Canaque não têm uma representação completa do seu corpo, não o concebe como algo delimitado organicamente; o corpo se estende e se confunde com a vida, a emotividade, o pensamento. Desse modo, sua noção de “eu” não se define a partir de um organismo, seu corpo não se separa do mundo natural, social, mítico, e, sendo assim, o corpo não é pensado como um dos elementos constituintes do indivíduo. Entre eles, o humano não se define a partir do corpo, não é percebido objetivamente; é um sentido. A palavra *Kamo* representa esse ser vivente composto por um personagem mítico e um social, que se confundem um no outro, formando um conjunto revestido de humanidade. A pessoa Canaque se

constitui, portanto, em uma série de relações que vai além do sentido moderno ocidental de indivíduo uno e indivisível.

Outro autor que aponta para a força do social e do valor moral no que se refere ao corpo é Hertz (1990), em seu texto “A proeminência da mão direita”. A princípio, poderíamos imaginar que é a força do corpo natural, biológico, que impõe a preeminência da mão direita em praticamente todas as culturas; no entanto, segundo o autor, é a força das sanções que pesam sobre o homem que o leva ao uso mais contínuo da mão direita em detrimento da esquerda, a qual, por sua vez, é reprimida, quando não, em certos casos, completamente proibida. Assim, a partir de diferenças de valor e função, os lados do nosso corpo acabam por apresentar, ou representar, as características de uma instituição social, um imperialismo estético e moral.

Segundo os argumentos de Hertz, em determinadas sociedades “primitivas” há uma polaridade religiosa; o mundo espiritual é dividido a partir da oposição entre sagrado e profano. Dessa forma, objetos e coisas que, de acordo com sua natureza ou sua utilidade ritual, estão impregnados de uma essência, ora são aproximados e consagrados, ora afastados, a partir de certas regras e restrições. Ao serem separados ou proibidos, eles também são protegidos por tabus e restrições. Como são pertencentes ao domínio do sagrado, a antítese entre sagrado e profano é fundada a partir do significado que lhes são atribuídos segundo a posição que ocupam no universo religioso que classifica e avalia os seres. Assim, alguns seres ou objetos são valorizados de modo diferente e oposto, ou seja, uns regulam a ordem universal, outros a desestabilizam, sendo que aquelas que estão ligadas ao profano são igualmente perigosas e proibidas. Desse modo, as metades são opostas e complementares.

A oposição, que se coloca como fundamental, entre o sagrado e o profano, é ligada a todo o universo natural, assim como o pensamento “primitivo” atribui sexo a todas as coisas, inclusive aos seres inanimados. Nesse mesmo sentido, para o homem, entre os Maori, cabe o lugar do sagrado, enquanto para a mulher se atribui o *status* profano, e, por isso, elas são excluídas das cerimônias de

culto e das relações com coisas sagradas. Se na ordem do religioso elas não têm lugar na sociedade Maori, no universo da magia elas ocupam lugar de destaque. Como coloca Hertz (1990, p. 115), “a sociedade, o universo inteiro tem um lado sagrado, nobre, precioso, e um outro, profano e comum; um lado macho, forte e ativo, e um lado fêmea, débil, passivo, ou, em duas palavras, um lado direito e um lado esquerdo”.

Aqui, importa ressaltar o caráter social da constituição de hierarquias e a universalidade hierárquica de um pólo sobre o outro, a qual é centrada em uma preeminência moral, questão que pode ser estendida para as concepções morais do cristianismo no Ocidente. Para Souza (2006), significativa também é a questão do *self* constituído em meio à razão e ao desejo, que permeia o cristianismo, na sua noção de interioridade e concepção de *bem*, dominantes no Ocidente e constituintes da idéia de “virtude”. Para o autor, o que está na base da diferenciação entre classes é a oposição entre razão (no sentido de acesso à qualificação e de desempenho diferencial no trabalho), fundamento das virtudes das classes dominantes, e corpo (no sentido de ser a única coisa a oferecer para o trabalho), lugar das virtudes dominadas das classes inferiores, categorias englobantes de respeito e reconhecimento social e pressuposto objetivo de auto-estima individual. Estando a dinâmica institucional impregnada de hierarquia moral — oposição mente/corpo —, as instituições modernas legitimam o preconceito e a desigualdade de classe através da oposição entre trabalho intelectual e manual. Esses elementos são importantes em meu campo, na medida em que o Programa Agente Jovem é fruto da parceria entre o Estado e a Igreja Católica, através da Epesmel, que são embasados nessa hierarquia valorativa.

Representativa das questões até aqui expostas, mas claramente relativizada, é a discussão de Duarte (1986) sobre a importância da noção de pessoa para as classes trabalhadoras urbanas, pensada a partir da categoria “nervoso”, que se constitui como um “nódulo ideológico” que caracteriza a “Pessoa” e uma determinada “identidade social” por oposição à “Pessoa individualizada moderna”. Nesse sentido, as classes trabalhadoras estariam ordenadas a partir de

valores próprios, diferentes daqueles mais individualizantes, característicos do pensamento hegemônico nas sociedades “modernas”. Teríamos, então, a preeminência de um lado sobre o outro, de uma moral sobre a outra.

O fato de as sociedades humanas serem compostas por indivíduos — no sentido de unidades empíricas — não implica que os grupos humanos se apropriem da mesma maneira da realidade, pois a noção de indivíduo é sempre relativa a uma sociedade ou a um grupo social. Assim, é possível relativizar a noção de indivíduo na sociedade ocidental, bem como tomar a categoria pessoa no seu sentido relacional como instrumento de análise.

A subjetivação do individualismo moderno

A possibilidade e a necessidade de maior individualização, segundo Elias (1994) são frutos das transformações sociais que não passam pelo controle do indivíduo. Este é cada vez mais intensamente isolado, o que leva à negação e ao controle dos instintos e dos afetos. O processo de individualização é, por um lado, o processo de civilização. Para o autor, isso é o que constitui o indivíduo: a sensação interna de que ele é uma coisa separada e de que possa existir sem relação com outras pessoas. Esse processo vem de uma grande diferenciação de funções sociais e do controle cada vez maior das forças naturais não-humanas.

Esse “espírito objetivo”, como classifica Simmel (1979), resulta da crescente divisão do trabalho, que exige um aperfeiçoamento altamente unilateral e que acaba por desintegrar a personalidade do indivíduo. Foge às mãos deste o domínio das coisas, do progresso, da espiritualidade e dos valores; ele perde sua forma subjetiva para dar lugar a uma vida objetivada. O indivíduo, por sua vez, luta por manter certas exclusividades e particularização, na tentativa de preservar sua essência pessoal.

Tanto Simmel (1979) quanto Elias (1994) demonstram que o processo de individualização nas sociedades complexas é uma relação constante, nada harmoniosa, entre o indivíduo e as

exigências sociais; é um processo de racionalização e objetivação da vida, que gera um apagamento cada vez maior da pessoa e de seus desejos subjetivos. Ou seja, é um processo histórico próprio das sociedades ocidentais modernas. A individualização é percebida de diversas formas na sociedade contemporânea, onde pode assumir características singulares. Como procurei mostrar com a interpretação do uso dos termos *humilde* e *se acham*, a constituição da pessoa e do indivíduo pode ser considerada bastante ambivalente, e me parece que, entre os sujeitos desta pesquisa, a subjetivação de características do individualismo é bastante ampla e complexa.

Tendo por base Castoriadis, Oliva-Augusto (1994) expõe duas representações que fundamentavam a maneira como a sociedade era identificada por seus membros e se significava para si própria no fim do século XVIII e início do XIX: 1) a possibilidade de progresso sem limite, de desenvolvimento contínuo da produção industrial e de acumulação, de domínio absoluto sobre a natureza (frutos da razão e do desenvolvimento técnico e científico, acarretando também a diminuição da força de idéias supersticiosas e das crenças religiosas, o homem passava a ser dono de sua própria vontade); 2) a crença na capacidade de criação do homem, da liberdade e livre participação no universo público e nos processos coletivos (ou seja, na autonomia individual e social, um projeto democrático e emancipatório). Nesta pesquisa, a primeira concepção pode ser percebida nos valores ligados à racionalização objetivada para o trabalho e à preparação para um mercado capitalista competitivo, que boa parte dos sujeitos compartilha e valoriza.

Segundo a autora, essas representações levam a direções opostas: a primeira, de referência capitalista, leva à centralização e ao disciplinamento; a segunda, mais ligada à democracia participativa, remete à autonomia individual. Apesar de levarem a caminhos opostos, ambas se efetivam ao mesmo tempo e se influenciam de forma recíproca: “O sentido produzido é o de que a convergência entre progresso, razão, produção e acumulação traz como conseqüência implícita a possibilidade da existência de seres humanos mais plenos, livres e felizes” (Oliva-Augusto, 1994, p. 93). Cada uma das representações leva a uma determinada concepção de indivíduo: a primeira, a

um indivíduo empreendedor; a segunda, a um indivíduo crítico, reflexivo e democrático. E, da mesma forma, ambas se auto-influenciam reciprocamente.

A noção de indivíduo que emerge desse contexto “supõe a competência humana para delinear projetos de vida [...] sugere capacidade de autocontrole e de autoregulação” (Oliva-Augusto (1994, p. 94), bem como de superação dos vínculos com o passado, podendo, assim, pensar-se independente do seu grupo de pertencimento. Essa noção sugere um indivíduo livre e que seu destino lhe pertence, ou seja, não está em seu exterior.

Ainda de acordo com a autora, a mesma sociabilidade que possibilitou o surgimento dessa noção de indivíduo, possibilitou uma nova noção de tempo, dissociada da de espaço; uma temporalidade linear, mensurável, divisível, calculável, que supõe a existência de um passado, de um presente e de um futuro, sendo que o presente, ao mesmo tempo em que é percebido como passagem entre passado e futuro, é percebido como “o ponto de partida para novas experiências” (Oliva-Augusto, 1994, p. 95). Isso implica, por sua vez, na vida como espaço de construção e a possibilidade de projeto e de antecipação do que pode vir no futuro. Mas todas essas possibilidades estão limitadas a um tempo determinado para cada pessoa, o tempo de sua vida. Isso implica vivência do tempo presente como único.

O mútuo-referenciamento entre as noções de indivíduo sofreu abalos no mundo contemporâneo, no qual prevalece uma versão dominante, a do individualismo, mais voltada à produção industrial e à acumulação, relacionada ao capitalismo. A noção que apontava para a possibilidade de uma humanidade livre e autônoma, que proporcionaria a felicidade individual e o bem comum, foi enfraquecida. A consequência desse processo, na noção de tempo, foi a de que

[...] a vivência do momento presente, para grande parte dos homens e mulheres contemporâneos, antes de possibilitar a percepção de si como seres completos, indivíduos na extensão do termo, fá-los sentirem-se como seres desconectados, sem raízes e sem perspectivas. Disto decorre — uma vez que se perdeu o sentido do pertencimento, de participação em um ‘nós’ — que hoje, para a maioria das pessoas, a tradução subjetiva da significação da autonomia individual e da realidade que a sustenta é um profundo individualismo em que cada um se volta

egoisticamente para seus desejos e expectativas e não reconhece no outro um semelhante. O resultado desse processo não é senão o crescimento contínuo do consumo e do lazer, tornando-se fins em si mesmos, a fragmentação da vida em um conjunto de atos sem sentido e a extrema solidão que persegue as pessoas, ainda que vivam em sociedade. (Oliva-Augusto, 1994, p. 97-98)

Hoje, segundo Oliva-Augusto (1994), a celeridade do tempo tornou quase impossível o planejamento do futuro e o aproveitamento da experiência passada, o que leva ao consumo exaustivo do “agora”. Há uma idéia utilitarista do tempo, marcado pela linearidade, pelo quantitativo em detrimento do qualitativo. Tem-se uma inversão no processo ocorrido no início da sociedade moderna: a idéia de controle do mundo exterior, do domínio da natureza. No mundo contemporâneo o homem passa a ser dominado pelo ritmo externo e, as pessoas pensam que sua vida deve ter um sentido em si mesma — não está mais em questão, como anteriormente, o progresso.

As questões relacionadas à vivência da temporalidade, a necessidade de intensa vivência do tempo presente, a importância do consumo e do lazer foram questões presentes em minha pesquisa de campo e são analisadas aqui, através, por exemplo, da prática de compra de produtos eletrônicos como celulares e MP3. A aquisição desses produtos a prestações possibilita aos sujeitos a sua posse imediata, sem a necessidade de planejamento da compra em um futuro próximo, através do acumulo do dinheiro. Mas, diferente da idéia de consumo com o fim em si mesmo, há uma apropriação simbólica desses produtos, que atuam na maneira como esses sujeitos querem ser vistos e na constituição de certa representatividade.

Assim, o processo de individualização pode ocorrer de diferentes modos, de acordo com variáveis sociais e situações específicas de sociabilidade, e as possibilidades de abordagem do processo de individualização podem ser bastante amplas. Como já comentei, existe uma ampla bibliografia que aponta para uma matriz simbólica diferente nos grupos populares urbanos no Brasil. Mesmo a noção de tempo pode ser relativa, podendo variar de acordo com o momento histórico e a cultura — e mesmo no interior de uma cultura num mesmo período. Por exemplo,

temos hoje a idéia de “perigo” relacionado ao tempo “ocioso”, que é direcionada especialmente à juventude pobre. Desse modo, a idéia de tempo livre pode assumir significados diferentes, de acordo com uma diferenciação de classe. Essas são questões que discuto quando me refiro aos projetos voltados a jovens de grupos populares com objetivo — explícito ou implícito — de “ocupar o tempo” desses sujeitos, para evitar que se envolvam em atividades ilícitas ou criminosas. Sobre isso, também sinalizo, apesar de não me deter sobre o tema, para a forma como o Estado tem assumido certa tutela sobre os sujeitos, que aponta para um protagonismo de Estado em detrimento de um protagonismo dos sujeitos, ou seja, trata-se de um processo de judicialização dos “problemas sociais”, que influi tanto na prática de cidadania dos sujeitos quanto nos próprios Direitos Humanos (Rifiotis, 2007).

Isso remete à importância de pensar, como coloca Souza (2006), os fundamentos da noção moderna de cidadania jurídica e política, e como essa noção atua na distinção social de classe e nos “operadores simbólicos” de reconhecimento social através de um consenso social que valoriza de modo opaco e pré-reflexivo — o autor se apóia aqui em Bourdieu — tanto a solidariedade quanto o preconceito de classe.

Não se trata, portanto, de “separar as classes” com fronteiras bem definidas e intransponíveis, mas de buscar os valores que norteiam as práticas dos sujeitos. Também não se trata de pensar esses sujeitos como simples “receptáculos” dos valores impostos por tal ou qual código, pois eles certamente refletem sobre suas práticas e podem, dentro de certos limites, optar por certas trajetórias. Com isso, torna-se importante examinar como se constituem esses sujeitos e quais são suas possibilidades de *agency*.

A constituição do sujeito e as possibilidades de *agency*

A relação entre o individual e o social na constituição do sujeito e da subjetividade, e as possibilidades de *agency* do indivíduo, como coloca Moore (2000), estão ancoradas na interseção

da história pessoal com discursos e identidades coletivos, na qual se dá a relação entre estrutura e práxis. Segundo a autora, resistência e obediência são elementos que podem ser considerados como parte de uma *agency*, e também são aspectos constituintes da subjetividade. Além disso, a subjetividade está atravessada por marcadores da diferença, como, por exemplo, as categorias gênero, raça e religião. A importância das categorias, em termos analíticos e/ou políticos, a ênfase em uma ou em outra, a inter-relação entre elas, se dão de acordo com o contexto, e não de antemão. Tratam-se de marcadores de diferença mutuamente imbricados, em que umas podem ser mais determinantes que outras, ou, ainda, que certos conjuntos de diferenças mereçam ênfase em determinada situação — mas é importante ter em mente que não são formas acabadas e que não são separáveis entre si.

Tentando ser coerente com meu contexto de pesquisa, ou seja, atentando ao que a etnografia e a observação da prática dos sujeitos indicava como central, dividi esta análise em dois momentos, enfatizando, primeiramente, os valores ligados aos marcadores de diferenças: classe, trabalho, consumo e corporalidade; e, num segundo momento, a intersecção entre a categoria gênero e as questões em torno da “violência”, pois esta parece exercer papel importante na constituição da subjetividade dos sujeitos desta pesquisa.

De acordo com Ortner (2005), situar a subjetividade no pensamento social é importante, pois se trata de uma dimensão essencial da existência humana e toca na complexidade dos sujeitos, que sentem, pensam e refletem, que fornecem e buscam sentido. A autora sublinha a importância, não só teórica, mas também política, de considerar a subjetividade na análise social. A subjetividade é a base para a *agency* dos sujeitos; constitui-se em um processo cultural e histórico, e é importante para pensar o modo pelo qual as pessoas são influenciadas por certas estruturas — significados culturalmente construídos — e como elas refletem e atuam no mundo.

A autora coloca que os sujeitos são, ao menos em parte, “sujeitos cognoscentes”. Uma outra abordagem, que ela chama de pós-levistraussiana, volta a pôr o sujeito no centro da teoria social,

tentando evitar o pretensão universalismo do “homem”. Aqui teríamos uma série de abordagens teóricas sobre o sujeito, entre elas a de Bourdieu, para quem “o sujeito internaliza as estruturas do mundo externo, tanto o objetivamente real como o definido do ponto vista cultural” (Ortner, 2005, p. 28) — eis o conceito de *habitus* de Bourdieu, e, nessa perspectiva, é dentro das possibilidades dessa estrutura que os atores conseguem atuar, pensar e sentir.

Essa é uma perspectiva importante para esta pesquisa, pois estou, a todo momento, buscando relacionar valores que se referem a uma estrutura ampla, ligada a ideais da modernidade ocidental, às práticas dos sujeitos e às maneiras como eles incorporam ou reagem a esses princípios, seja valorizando-os e tomando-os como importantes para si, seja resistindo, de acordo com as contingências de seu contexto, a essa incorporação em detrimento de outras sociabilidades.

Segundo Ortner (2005), a subjetividade é pensada em termos ambíguos: ora ela se refere a um sentido mais psicológico, a sentimentos internos (angústias, desejos, intenções), ora a um sentido mais coletivo, em suas formas culturais e de grande escala. Utilizando-se de uma perspectiva mais crítica do conceito de cultura, a autora procura pensar grupos ou sujeitos locais que, por mais marginalizados e submetidos a um poder dominante que estejam, buscam levar uma vida significativa para si mesmos. Assim, a cultura — que encarna um tipo de resistência frente às estruturas de dominação — é compartilhada por um grupo, o que funda uma certa “identidade” comum.

É possível pensar, à luz dessas questões, na relação entre o vivido e o internalizado. Ou seja, sobre as maneiras pelas quais as experiências dos atores em suas práticas sociais influenciam na constituição de sua subjetividade e na sua atuação no mundo. Como coloca Moore (2000, p. 20): “Fontes inconscientes do conhecimento e da práxis são obviamente cruciais para qualquer noção de agência, e particularmente para uma noção que queira dar conta de diferenças visíveis, como as de gênero e raça”. Nesse sentido, tomando como exemplo os casos de brigas entre meninas, é possível pensar que elas internalizam práticas recorrentes no seu contexto social: a resolução de conflitos

através do uso da força física, por exemplo. Parece que elas apropriam-se da agressão física — questão geralmente associada e naturalizada ao universo masculino — como forma de linguagem e de se colocar em relação de maior igualdade de gênero.

Butler (1998) afirma que o “eu” é construído no jogo de “posições” das práticas materiais e institucionais imersas em relações de poder e em discursos que produzem um sujeito viável. Assim, o sujeito não pode ser pensado como seu próprio ponto de partida — e é o sujeito como constituído que permite pensar na sua *agency*. Se o sujeito se constitui no bojo das relações sociais e políticas, é nesse contexto que ele tem a possibilidade de repensar, retrabalhar, resistir e atuar. Isso permite pensar em um sujeito feminino que se constitui também pelo uso da força física e da resolução de conflitos através das brigas, pois as meninas estão atuando de acordo com o que as relações sociais de seu contexto apontam como positivo ou negativo, que, nesse caso, traz a possibilidade da positividade em se constituir enquanto *mulher de verdade*.

Isto é, se o sujeito é construído, essa construção está sempre em jogo nas relações, e é nelas que ele tem possibilidade de buscar estratégias de resistência e ação. Além disso, para Butler (1998), o sujeito se constitui a partir da posição que ocupa em detrimento de sujeitos que ocupam posições diferenciadas; por outro lado, também se constitui pelo apagamento do outro diferente, sendo a diferenciação sexual um dos eixos centrais de constituição das “identidades” a partir da exclusão. Essa é uma questão central para pensar a maneira como os sujeitos desta pesquisa constroem a idéia de um *outro* que remete especialmente a sujeitos das classes médias e altas. Também me utilizo dessa reflexão, explícita ou implicitamente, ao tratar de alguns princípios que marcam as diferenças de gênero, tanto no que toca aos valores masculinizados presente no *rap* quanto nas hierarquias em torno da sexualidade, quando os meninos são privilegiados, tendo maior possibilidade de “autonomia” em suas práticas sexuais. Essa hierarquia valorativa em relação à sexualidade é um dos principais estopins para as brigas entre as meninas.

Nessa perspectiva, os sujeitos se constituem e assumem posições que variam de acordo com a gama de discursos na qual estão inseridos. Assim, como coloca Moore (2000, p. 23), os indivíduos “são sujeitos multiplamente construídos, e podem assumir múltiplas posições de sujeito dentro de uma gama de discursos e práticas sociais. Algumas dessas posições de sujeito serão contraditórias e entrarão em conflito entre si”. É essa ambigüidade que permite, por exemplo, que algumas meninas se coloquem em uma posição de igualdade em determinadas práticas, como nas brigas, mas que elas também reproduzam hierarquias no que toca à sexualidade.

Este capítulo teve como objetivo explicitar a abordagem teórica que fundamenta esta análise e pontuar as principais questões que serão problematizadas nos próximos capítulos. Neles, vou me deter mais longamente nas questões etnográficas que aqui foram anunciadas e me valer de outros autores, que ajudam a enriquecer a análise. Para finalizar, vale ressaltar o aspecto relacional da constituição dos sujeitos e que a importância que dou às categorias que elegi para esta análise tenta dar conta do contexto e das situações que encontrei no campo de pesquisa. Além disso, privilegio a relação entre valores ligados ao individualismo moderno e valores dos grupos populares, assim como a produção e reprodução desses valores nas políticas e a maneira como os sujeitos, dentro de seu contexto sociocultural, constroem estratégias de *agency*.

Capítulo 2

JUVENTUDE E VALORES: CLASSE, TRABALHO, CONSUMO E CORPORALIDADE

Ao tratar da questão etária entre sociedades negro-africanas, Rifiotis (1995) lembra que culturas diferentes podem produzir significações diferentes para as chamadas “idades da vida”, relativas aos processos de socialização, que remetem a um complexo sistema de aprendizado, de projeção e introjeção, de ligação e de identificação que atua na constituição das personalidades. O autor assinala o fato de que essa socialização acontece, em um primeiro momento, no nível familiar, no qual há diferenciação entre o mundo adulto dos pais e o das crianças, tendo por consequência a internalização da imagem do adulto, que é estendida para fora do âmbito familiar. Desse modo, há uma hierarquização reforçada pelos adultos que generaliza para o indivíduo o lugar privilegiado dessa categoria etária e, ao mesmo tempo, restringe o acesso a esse *status*. Tal hierarquia extrapola o universo familiar e de descendência, ou seja, a hierarquia entre adulto e não-adulto é generalizada para toda a sociedade e produz uma solidariedade etária, porém a hierarquia também se reproduz entre iguais.

Na minha última semana de trabalho de campo no Agente Jovem, conversei com Clara (15 anos) e Joana (15 anos) — ambas participantes desse Programa — na área utilizada para a atividades de esportes. Falamos sobre vários assuntos, e elas também apontaram conflitos que vivem no interior da família:

Joana: Minha mãe não deixa eu ficar muito na rua porque eles têm ciúmes; [nem] meu pai nem minha mãe. Ai ele não quer deixar eu sair pra rua porque ele tem ciúmes. Eles não sentem medo, eles têm ciúmes.

Clara: Não é, não é ciúmes; eles têm cuidado com a filha deles, fala a verdade, né.

Joana: É ciúmes, sim; não é cuidado, é ciúmes.

Clara: Ah, minha mãe deixa eu sair.

Joana: Nem com meu pai. Meu pai não quer que eu saia na rua nem com ele. Mas eu saio, saio no grude, aí fico do lado dele.

Elias: Ele sabe que você tem namorado? [anteriormente falávamos sobre os namorados das meninas]

Joana: *Não, eles não gostam do menino que eu namoro porque...*

Clara: *Eu acho assim, né, Elias, que tinha que o pai e a mãe deixar eu namorar, né. Se eles não namoram dentro de casa, faz coisa errada lá na rua, não é verdade? É pior.*

Joana: *Minha mãe só quer que eu namore com moleque feio e esquisito. Que raiva!*

Clara: *Minha mãe, não, minha mãe gosta do meu namorado. De todos os meus namorados, o que ela mais gosta é do Danilo. Sério mesmo, de todos é o que ela mais gostou que eu arrumei já.*

Joana: *Lá da vila, deixa eu ver: eu namorei com um moleque — o nome dele era Edvaldo —, minha mãe deixou; aí, eu fui pra ficar com outro, fui pra começar a namorar com outro, ela já tesourou, porque o outro era meio bandidinho. Meio, não, né, inteiro, né, Clara? [as duas riem]*

Clara: *Nem conta.*

Nessa conversa, as discordâncias com os pais apareceram no que se refere a namoro e ao acesso ao “mundo público”. Em outros momentos, o conflito intrafamiliar veio acompanhado de uma reflexão que apontava para a maior aceitação do lugar que a família ocupa nessa relação, principalmente no que toca à responsabilidade do *cuidado* com os filhos. Clara apontou para essa maior aceitação, mas sem deixar de afirmar sua opinião quando se referia a namoro, no qual mostrou valorizar o controle dos pais, negativizando o sexo ao enfatizar o perigo de fazer “*coisa errada lá na rua*”, longe do olhar dos pais. Joana não via sentido na preocupação de seus pais, e procurava se impor junto a eles; reclamou do controle familiar, atribuindo ao ciúme essa vigilância. As duas não mostraram passividade na relação com os pais, apesar de discordarem, em alguns momentos, sobre o papel da família no processo socializador. Por um lado, havia aceitação da hierarquia familiar, e, por outro, a busca por maior igualdade.

Em nossa sociedade, é comum que algumas questões sejam mais compartilhadas entre sujeitos de um mesmo grupo etário (assuntos acerca da sexualidade, por exemplo), reforçando a solidariedade no grupo etário. Foi recorrente, nas oficinas, a idéia de que é mais fácil falar sobre sexo com os amigos do que com os responsáveis ou professores. O fato de os sujeitos passarem a compartilhar suas práticas no interior do grupo de pertencimento aponta para a intensidade dos laços de amizade, e também para uma sociabilidade com referências mais holistas e que busca

maior igualdade — mas, como veremos no decorrer desta análise, no interior desse grupo etário também existem as mais diversas hierarquias, como a de gênero, por exemplo.

Rifiotis (1995), ainda se remetendo à etnologia africana, afirma que a instituição dos grupos etários extrapola o mundo intrafamiliar e das linhagens, abrindo espaço para relações sociais nas estruturas mais amplas. Nesses grupos existem relações de solidariedade fortemente estabelecidas, acarretando uma função compensatória às relações hierárquicas que se constituem no interior das famílias. Conforme Rifiotis (1995, p. 116): “O caráter funcional do sistema de grupos etários tem no antagonismo entre as gerações um elemento dinâmico intrínseco. A oposição entre as gerações aparece no seio da própria família, ainda que a unidade familiar seja mantida: a tensão está sempre presente em estado latente”.

A juventude emergiu como tema para a sociologia nas sociedades ocidentais capitalistas quando passou a ser percebida como elemento que está fora do padrão de socialização vigente. Abramo (1994) assinala que a relação entre grupos juvenis e delinquência/desvio/marginalidade/criminalidade era marcante nas primeiras pesquisas sobre o tema, principalmente a partir dos estudos da Escola de Chicago. No Brasil, os estudos sobre juventude, especialmente nas abordagens sociológicas, têm como marco os anos 1960, quando ela é pensada como revolucionária e questionadora da ordem social. Tipicamente da classe média, essa “juventude engajada” expressava certa politização e ideais utópicos de construção de uma nova sociedade (Abramo, 1994; Fausto Neto & Quiroga, 2000). Abramo (1994) aponta que as recentes gerações de jovens têm sido marcadas, nas reflexões sobre juventude, pela idéia de negatividade e de ausência de crítica da ordem social, pela sua passividade em relação aos valores e práticas inscritos socialmente e pela falta de empenho transformador e de imaginação utópica; e coloca a necessidade de relacionar a juventude à conjuntura social na qual está inserida. Sousa (2003) responde a essa necessidade em sua análise sobre novos modelos da relação juventude X política (modelos de fazer política críticos às práticas tradicionais institucionalizadas em meio a ideais partidários, revelando novas

sociabilidades no cenário social). O jovem contemporâneo socializa-se em meio a um modelo social em crise, resultante “da reorganização das relações entre Estado e sociedade civil, instituições sociais e atores, movimentos sociais e novas demandas” (Sousa, 2003, p. 2). Também afirma que as identidades das ações coletivas do jovem contemporâneo apóiam-se em convicções políticas e ideológicas presentes em práticas de resistência que se distinguem de ações pragmáticas convencionais, que atuam sobre estruturas sociais e políticas; e chama a atenção para a importância de distinguir, no conceito de política, a atuação na esfera do poder institucional formal e a atuação nos espaços da experiência social — esta última, podendo configurar-se como insurgências e ações contra-instituintes:

As manifestações juvenis contemporâneas se qualificam como atividade política numa abrangência social e cultural diferenciada daquela de que se ocupa a esfera institucional com um sentido singular [...] discutir o que há de político nos seus movimentos, ou onde é possível identificar a transferência do elemento político como 'resposta humana' uma vez que a política pensada apenas no universo de uma luta pelo poder limita a dimensão explicativa das suas práticas contestatórias atuais. (Sousa, 2003, p. 3)

Mas mesmo que existam “jovens contestadores”, boa parte da juventude brasileira não tem na política uma forma expressão, não manifesta publicamente suas insatisfações. Tratados como “problema sociais” e objeto de políticas públicas de caráter ensaístico, os jovens são, na sua grande maioria, trabalhadores que não estão presentes em manifestações e debates de questões políticas e sociais. Para Sousa (2003), a educação formal precária e a falta de informação constituem os principais motivos para a sua pouca (ou nenhuma) participação na esfera da política institucionalizada. Outras características desses jovens são: a crítica ao individualismo e ao poder dominante, a valorização da família e do trabalho, o fato de aprovarem a modernidade mas serem conservadores nos assuntos que tocam à vida privada.

Tal quadro é muito semelhante ao que encontrei nesta pesquisa. Os sujeitos fazem muitas críticas em relação à política parlamentar — é importante levar em conta que a crítica política não remete necessariamente à “militância” ou “participação política” tradicional, mas, como vou

explorar, essa crítica pode estar contida, por exemplo, na corporalidade —, preocupam-se (em sua maioria) com o futuro profissional e com a inserção no mercado de trabalho, e, quando valorizam a escolaridade, o fazem por conta da sua exigência pelo mercado trabalho. Além disso, valorizam a modernidade (expressa no consumo de objetos eletrônicos) e o namoro, e sempre colocam como projeto a constituição de família.

Mesmo não se engajando em grupos contestatórios ou políticos, ou seja, sem se manifestarem pública e formalmente sobre seus problemas cotidianos, não deixam de refletir sobre sua situação e de se indignar com ela. É difícil saber sobre suas possibilidades efetivas de atuação pública. Por isso, entender o quadro social em que se constituem é importante para pensar o campo de possibilidades que eles têm à sua frente.

A noção de *campo de possibilidades*, segundo Velho (1994), refere-se à dimensão sociocultural na qual torna-se possível a formulação e implementação de *projetos*, sendo a noção de *projeto* entendida como uma conduta para atingir finalidades específicas. As duas noções são articuladas pelo autor, para evitar tanto a ênfase demasiada no indivíduo quanto o determinismo social — assim, elas articulam *trajetórias* e *biografias* individuais no interior do universo *sócio-histórico*. Desse modo, *projetos individuais* articulam-se com outros, apoiando-se em premissas e paradigmas culturais, tornando-se bastante complexos, o que permite, ao mesmo indivíduo, ter *projetos* diferentes, inclusive contraditórios. A realização ou não dos projetos vai depender do *campo de possibilidades* que o indivíduo tem a sua frente. A noção de *campo de possibilidades* também leva em conta limitações e constrangimentos das mais variadas ordens.

Essas duas noções são importante aqui, dadas as complexas e específicas questões que envolvem a juventude no mundo contemporâneo. Constantemente, na mídia e nos discursos do senso comum (e, algumas vezes, em pesquisas acadêmicas), a “juventude” e a “violência”²¹ são

²¹ Riffotis (1995, p. 118), lembra que juventude e adolescência são categorias que não se constituem, necessariamente, em todas as sociedades, e, além disso, a ligação destas com rebelião — ou rebeldia — remete a uma representação do mundo adulto de nossas sociedades que é projetada sobre os jovens: “Esta fase universal de turbulência característica do desenvolvimento pessoal, não encontra qualquer amparo antropológico, e sua razão de

expostas como problemas sociais, e a partir disso merecem a atenção da sociedade civil e do Estado; e, muitas vezes, apontam a pobreza como causa única da criminalidade, e esta, como a essência da “violência”. Além disso, práticas tidas como “violentas” têm sido sempre abordadas “de fora”, pouco se trata das percepções dos agentes dessas práticas. Os jovens, principalmente os homens, são vistos como os principais atores dessas práticas, já que, na ausência do Estado, seriam facilmente seduzidos pelo “dinheiro fácil” do crime e/ou do tráfico de drogas, ou impelidos a práticas “violentas” por sua constituição hormonal. Ou seja, a questão é reduzida ao plano econômico ou ao sexo/corpo biológico masculino. Sem descartar as questões materiais envolvidas, também é necessário pensar nos sentidos que essas vivências adquirem para os sujeitos e como essas sociabilidades influenciam na sua constituição.

Se, por um lado, a juventude e “ser jovem” têm sido tomados como valores positivos na sociedade contemporânea, como coisas a serem consumidas, por outro, a juventude, como objeto de estudo, é constantemente relacionada ao tempo livre, ao lazer e ao ócio, e, muitas vezes, pensada como problema social vinculado à delinqüência. Como mostra Novaes (2007), os jovens de hoje vivem uma intensa integração globalizada, e nunca houve um processo tão claro de exclusão e profundos sentimentos de desconexão, e as mudanças profundas no mercado de trabalho os acometem de modo específico, por estarem passando por processos de busca de autonomia e emancipação. Além disso, grande parte dos jovens de famílias pobres deixa a escola — elemento historicamente constituinte da noção de juventude em sociedades modernas ocidentais — para entrar, de forma prematura e precária, no mercado de trabalho. O trabalho, nesse contexto, além de necessidade de sobrevivência pessoal e familiar, ajuda na emancipação financeira desses sujeitos, e, mesmo que de forma parcial, os inclui no mundo do consumo e lhes facilita o acesso a atividades de lazer. Novaes (2006) coloca a necessidade de destacar a especificidade e a complementariedade das

ser parece estar ligada às nossas projeções e contradições frente ao ‘adolescente’, dando origem a uma fantasia dos adultos”. É importante enfatizar que, em minha análise, as referências a categorias como juventude ou adolescência remetem especificamente à realidade brasileira, e que estarei levando em conta que elas não precisam, necessariamente, ser significadas da mesma forma pelos sujeitos aos quais estou me referindo. Além disso, algumas vezes trago essas categorias de autores que utilizo nesta reflexão.

diversas dimensões da vida dos jovens e de pôr em questão as tradicionais temáticas que envolvem esse segmento social, ou seja, desnaturalizar as idéias correntes de “problemas da juventude” como gravidez precoce, drogas e “violência”, e problematizar a limitação da categoria juventude ao tema da educação, pois todas essas limitações seriam contraditórias no que toca aos direitos difusos nos quais os direitos dos jovens estão englobados.

Novaes & Cara (2008) situam a apropriação do Direito como ferramenta pública e apontam a constituição histórica de gerações de direitos, lembrando que a consolidação de cada uma dessas gerações abre espaço para a formulação da seguinte. A primeira dessas foi a de direitos civis e políticos, seguida da constituição de direitos sociais, e, por fim, como consequência da atuação de movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, criaram-se os direitos difusos, que se referem não a direitos individuais, mas a grupos sociais: mulheres, homossexuais, negros, crianças e adolescentes, jovens e idosos. No caso específico que interessa aqui, o da juventude, esses direitos procuram esclarecer para a sociedade “que os jovens, sendo sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas, não aceitam participar de Programas que pressuponham e/ou produzam aculturação e normatização de suas práticas sociais, modos de ser e identidades” (Novaes & Cara, 2008, p, 119). Nesse contexto, de jovens como sujeitos de direitos, procura-se não fazer generalizações que coloquem a juventude como fase problemática ou que a idealizem como a única protagonista de mudanças. Como lembram os autores, “a juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira” (Novaes & Cara, 2008, p, 119).

Para fugir a uma categorização universalizante do “ser jovem”, assim como do ser homem ou do ser mulher, é necessário pensar os jovens em seus contextos específicos. Em uma análise que leve em conta as relações e situações específicas, como é o caso da minha, marcadores de diferença como classe e gênero tornam-se centrais, na medida em que delimitam as possibilidades de sociabilidade e influenciam na maneira como os sujeitos se relacionam.

Discriminação e (in)justiça: a classe como marcador de diferenças

Muitas vezes, a juventude, especialmente a pobre, é percebida como um “problema” que merece atenção do Estado, dada a sua potencialidade para envolver-se com o crime. O Agente Jovem e o CFC, que se localizam em um bairro estigmatizado como violento, são exemplos de políticas públicas voltadas a essa população. Mesmo que não esteja claro, está subjacente, na escolha do local onde esses tipos de Programa serão implantados, que eles devem ajudar a evitar a inserção desses jovens na “rede do crime”. Mas, se dessa forma o Estado procura afastá-los da “violência” ou do crime, são muitas as maneiras como o próprio Estado ajuda a reforçar certas prescrições que lhes permitem aderir a sociabilidades tidas como “violentas”. Ao longo deste item, o foco é a forma como estigmas e preconceitos atuam na constituição desses sujeitos e as redes simbólicas que apontam para uma ética que valoriza a força em vez da palavra ou do diálogo e dificultam a sua entrada em instâncias que o Estado e a sociedade cobram que se insiram.

O que mais foi colocado pelos sujeitos desta pesquisa, nas questões referentes a discriminação e preconceito, refere-se ao seu local de moradia, que, segundo mostra Novaes (2006), é um dos critérios de diferenciação para boa parte da juventude brasileira que vive em contextos urbanos, além do gênero, da classe e da raça. Apesar de haver um número considerável de negros e mestiços participando dos Programas, poucas vezes os ouvi relacionar discriminações por conta da cor. O mais freqüente foi a referência à imagem que pessoas “de fora” têm de seus bairros. Exemplo disso foi a discussão que aconteceu em uma atividade no Agente Jovem, quando a educadora problematizava a idéia de ações sociais que poderiam ser identificadas em suas comunidades. João (17 anos), comentou que faltava, em sua *vila*, uma padaria, um mercado; que lá não tem nada. Assim, mesmo para comprar pão, ele tem que andar bastante. Afirmou que as pessoas têm medo de ir até lá, e que, se tivesse “alguma coisa” as pessoas não iam ficar com tanto medo, pois um comércio daria outra aparência para o lugar. Na sua interpretação, tal discriminação também está

presente na polícia, que os trata de modo diferente do que trata moradores de localidades mais nobres da cidade.

Nessa discussão, quando discorriam sobre (des)igualdade, a instrutora perguntou a opinião deles sobre igualdade e justiça, e João comentou que elas existem “*para os outros, pra trabalhador não tem, não*”; e que “*só tem igualdade com o pessoal de bairros melhores, lá a polícia não dá geral*”. E confessou: “*eu levei uma geral na saída da igreja, fiquei morrendo de vergonha! Fiquei, nossa!*”.

Leandro (16 anos) contou que ouviu um policial falando que “*trabalhador apanha porque é loke [gíria para otário], que quer discutir com o policial; que malandro não discute, é sim senhor e não senhor*”. Por vezes apareceu a idéia de que a polícia é necessária e, no contexto dessa discussão no Agente Jovem, ela também foi identificada como ação social de combate à “violência”. Mas, na maior parte das vezes, foi relacionada a perigo, pois agride inocentes e trabalhadores. Era comum, ao andar com eles pela rua, ouvir “*ó os pilantra*”²² quando avistávamos uma viatura policial. Na atividade, Maria (16 anos) contou que um policial foi a sua sala de aula e falou que todo mundo ali na região era bandido. É provável que haja algum exagero em seu comentário, no entanto ajuda a reforçar as interpretações sobre a polícia presentes entre os sujeitos pesquisados.

Quando conversei com João, ele falou sobre a forma como a polícia o abordou quando saía da igreja e sobre outras abordagens policiais. Essa conversa foi realizada na praça em que aconteciam as atividades de esportes do Agente Jovem e do CFC, e outros meninos, integrantes desses Programas, começaram a se aproximar:

João: *Aquela polícia, eu vou falar pra você, uma vez, eu tinha acabado — olha a vergonha que eu passei, meu, eu pá, duas vez — eu acabei de sair da igreja, na frente da igreja a polícia chega: ‘Mão na parede!’.* E pá, tive que colocar a mão na parede, em frente da igreja, mano. Nossa! aquele dia vou falar pra você.

Elias: E tinha um monte de gente saindo da igreja?

João: *Tinha um monte saindo da igreja. Porque eu tava com uma camisa preta e uma calça cinza, e o cara que tava correndo, ele tava quase com a mesma roupa que eu. Aí eles foram atrás dele, aí eles pensaram que era eu; aí já mandaram*

²²

O adjetivo *pilantra* também era usado para se referirem a jovens de localidades rivais.

colocar a mão na parede e pediram identidade, me dão um cola²³ na cabeça. Eu não sabia que menor tinha identidade naquela época, né, eu falei: 'Que identidade? Eu sou de menor'. Aí minha mãe já entrou no meio. Aí eu quis falar: 'Ah, senhor...'. Aí o cara já falou que o senhor tá no céu. Vichi! começaram a folgar no negócio.

Leandro: *Folgar? Esses caras são o maior pilantra.*

[...]

João: *Você fala 'Tio', [e eles] 'Não sou parente da sua mãe', já te dá outro [cola ; risos]. Ou então, 'O senhor', [e eles] 'O senhor tá no céu', já te dá outro [cola; risos].*

Elias: *Você não sabe o que fala, né.*

João: *Vichi! na hora você não sabe nem...*

Leandro: *Eu já não falo é nada. Só foi uma vez também, só [...]. Foi perto da igreja também; o cara roubou, entrou, ficou mocado, depois ele pulou o muro e vazou.*

[...]

João: *Uma vez a gente tava saindo do ensaio — que a gente ensaia na igreja —, a polícia... à noite, umas 10 horas... nós ensaiamos, no que nós saímos a polícia enquadrrou a gente. Sabe quando faz geral e os policiais ficam fora da camionete e ficam cercando as ruas? Enquadrrou a gente e fez a gente deitar no chão, aí pediu nota fiscal do violão, das coisas... Aí algumas pessoas da rua começaram a discutir com a polícia, aí eu falei: 'Pára de discutir senão nós não vamos sair daqui nunca'. E aí tinha que chamar nossa mãe pra ver de quem que era esse violão. Vichi!*

Elias: *E vocês sempre comentam que isso acontece porque é aqui, né.*

João: *Não, é porque, agora não é favela mais, né, mas, antes, quando era favela, eles pensavam que era roubado; até na igreja eles pensavam. Ó, teve uma vez que teve arrastão, eles fazem arrastão até na igreja [...]. Depende, né. Tem gente que não é nada e querem ficar pagando aí, aí acho que eles te enquadram mesmo. Teve uma certa vez que eu tava com um colega lá da vila, ele pegou e xingou as polícia, a Rone ainda por cima, aí não fez nada, a polícia não fez nada. Aí, quando a gente tava descendo, ela vem: 'Mão na parede, você nunca mamou na teta da sua mãe?'. Em vez dele bater nele, que xingou, aí ele pensou que eu que tinha xingado, me deu um colão na orelha, fio. Eu falei: 'Nossa senhora! só desacerto'.*

[...]

João: *Não sei se vocês já assistiram, uma vez eu assisti, as polícia pedindo segurança lá em São Paulo. [risos]*

Leandro: *É, mas lá os cara é cruel: rouba arma, rouba tudo.*

João: *Lá o povo é cruel? O povo já mata o policialzinho, já.*

[...]

Leandro: *Passaram de carro e sapecaram o quartel dos pilantra. Nunca mais também! [risos]*

João: *Os cara estavam entrando de carro e saindo de a pé.*

Essas falas refletem um problema complexo, pois remetem à discriminação e ao preconceito que esses sujeitos sofrem em seu cotidiano e que contrariam direitos dos quais são portadores. Ou seja, seus direitos formais são desrespeitados na prática cotidiana, a qual dita outros códigos de conduta e outras linguagens. A polícia reproduz aqui uma hierarquia valorativa que aponta para a

²³

Gíria que quer dizer levar um tapa.

idéia de perigo social que esses sujeitos representariam, que os define, *a priori*, como potenciais criminosos. Porém, os risos que aparecem na narrativa apontam que esses sujeitos, além de se sentir envergonhados (ou, talvez, humilhados), se reapropriam dessas “aventuras”, as quais se transformam em histórias que ajudam na constituição de um sujeito que já vivenciou algum tipo de adversidade. Sugerem também certo protagonismo na maneira como lidam com a polícia, criando códigos de conduta práticos, já que não lhes é permitido fazer uso da formalidade do Direito.

A polícia, e, em última instância, o Estado, distanciam esses sujeitos da possibilidade de direitos (o de igualdade, por exemplo) quando se impõem através da autoridade e da força. Não adianta discutir, é preciso deixar que o Estado use sua autoridade. Os códigos utilizados pelos sujeitos, ali, não são os do individualismo de direitos, são os do malandro e do trabalhador; não lhes cabe o uso da expressão oral ou a possibilidade de questionar a atuação da polícia, ou seja, impedem que atuem enquanto sujeitos de direitos. No entanto, eles não deixam de se constituir enquanto sujeitos de suas práticas e de possuir algum tipo de *agency*.

Por várias vezes, João fez questão de dizer que ali não é mais favela, que já é um bairro certinho, demonstrando que esperava que isso diminuísse os estigmas da favela e, assim, que pudesse adentrar no mundo dos direitos, como o daquelas pessoas que *se julgam* de alta sociedade. Como se formalizado o espaço de moradia, formalizado estivesse o direito aos direitos, à Justiça, à igualdade. Mas não são esses os códigos que se instauram entre eles; o código de direitos, ali, vale a experiência vivida, o código que se aprende vendo e ouvindo os pares. E aprendem também com a ação da polícia, a qual sinaliza que não adianta discutir, que o que resolve é *cola* na cabeça, é a autoridade. É possível sugerir que a polícia é considerada “alienígena” àquele lugar, o que enfraquece a possibilidade de solidariedade entre ela e os moradores.

Como exemplo de “resistência”, Leandro fala que, em *São Paulo*, “*os cara é cruel: rouba arma, rouba tudo*”. “*O povo já mata o policialzinho, já*”, e, com essa “resposta” a polícia não exerceria o poder da mesma forma, pois lá não se discute, não se reclama, “resolve-se” o conflito

com “as mesmas armas”. Talvez uma das mensagens desse tipo de relação com a polícia seja a de que os conflitos devem ser resolvidos com força e autoridade, e que naquele espaço marginalizado não existem os mesmos direitos.

Na conversa, falei de uns dados de “violência” que tinham sido divulgados, apontando Londrina como uma das cidades mais “violentas” do país, e João comentou sobre as diferenças entre centro e *vila*:

João: *No centro, lá, é pessoa de alta sociedade, né, elas se julgam de alta sociedade. Não vai ter dinheiro pra comprar um violão? Acho que eles pensam assim, né. Agora, num bairro, agora, a antiga favela, que agora é bairro certinho, acho que as polícia pensam que tudo que é lá, que é tudo roubado, não tem dinheiro pra comprar, são muitas pessoas desempregadas, só tem traficante.*

[...]

João: *Tipo, esses empresário aí, são os mais bandidão, que fornecem as drogas, que compram arma, que vende pros outros. Tem gente que entra, assim, no mundo do crime porque não tem outro recurso; que perde a mãe, perde o pai, ou o pai é alcoólatra, ou a mãe morreu, aí não tem outra escolha, né. Tipo deputado e esses negócio, se cuidasse do dinheiro certinho, não ia ter muita violência. Ia ter, que tem pessoas que eles não pensam, que quer viver na vida loka²⁴ mesmo, quer viver perigo.*

[Estabelece-se um breve silêncio, rompido pelo verso de um rap cantado por Pablo] ‘*Se Deus der rolê com cartão magnético*’.²⁵

Nessa fala de João estão presentes a crítica aos políticos (deputados), que, se “*cuidasse do dinheiro certinho, não ia ter muita violência*” e a idéia de vitimização de jovens que aderem à “vida no crime” por conta da desestruturação da família. Ele também se refere aos jovens que optam por viver na *vida loka*, pelo prazer do perigo e a uma esfera mais ampla do problema do crime organizado: os empresários que fornecem drogas e armas seriam os maiores bandidos.

Suas falas mostram a contradição na constituição da juventude enquanto sujeito de direitos, ou seja, há dissonância entre um Direito abstrato e a vivência dos sujeitos, o que remete à pergunta

²⁴ Esse termo remete a um estilo de vida, pode tanto se referir à vida de sujeitos envolvidos em atividades ilícitas como a de sujeitos que vivem nas periferias e enfrentam problemas devido a preconceitos e estigmas de classe. Então vida loka sugere uma vida carregada de tensões e insegurança.

²⁵ Primeira frase da música “Hoje Deus anda de blindado”, do grupo Facção Central, que, junto com Racionais MC's, é um dos mais ouvidos e cantados pelos sujeitos desta pesquisa: “Se Deus der rolê com cartão magnético / nem com marca de nascença reconhece no exame médico. / Pro boy a causa é o código fora de época, / O cusão quer pena de morte, prisão perpétua. / Acha que com menor cumprindo como adulto / Não vai ter na CNN político do Brasil com furo / Aposto na repressão, na polícia hostil, / Um gambé me torturando num terreno baldio. / Enquanto era pobre disfigurado no caixão preto / Vale o ditado: no cú dos outros é refresco. / Só que o vulcão explodiu, entrou em erupção / E a lava que escorreu foi derreter sua mansão [...]”.

sobre quem são os sujeitos de direito em nosso país. Como lembra Rifiotis (2007, p. 240), a constituição do sujeito está relacionada à estratégia de estar no mundo e reflete na forma como ele exerce a cidadania, questões que remetem ao debate sobre os Direitos Humanos, pois “falar em sujeitos de direitos é pensar num sujeito social que se apropria e re-significa seus direitos de modos específicos e contingentes ao campo de possibilidades a partir das quais ele organiza sua ação”.

No que toca à relação entre os sujeitos desta pesquisa e a polícia, o seu exercício enquanto sujeitos de direitos fica restrito ao campo de possibilidades, o qual é condicionado pelas desigualdades de classe. Não quero, com isso, desprezar outros elementos como a categoria gênero, por exemplo, que é um marcador de diferenças importante nesse contexto, dado que em nenhum momento do trabalho de campo ouvi meninas reclamando de ter sofrido abordagens policiais. No entanto, se comparássemos experiências de meninos de diferentes classes sociais, é provável que os de grupos populares sofram mais com esse tipo de discriminação. Por isso, coloco a classe numa hierarquia maior de diferenciação sobre esse tema.

Como sugere Souza (2006), as hierarquias morais relacionadas às classes sociais apontam quem são os “classificados” e os “desclassificados” sociais. O autor indica que na modernidade, há uma regulação de princípios que orientam a atribuição de respeito e reconhecimento social, e tais princípios têm por base a noção moderna de cidadania jurídica e política, as quais são influenciadas pela universalização da concepção de igualdade, que deve ser perceptível na dimensão da vida cotidiana para que tenha eficácia legal. Nesses termos, é necessário que haja uma generalização do que o autor chama de “economia emocional”, ligada ao domínio da razão sobre as emoções, do cálculo prospectivo e da auto-responsabilidade, processo que ocorreu em sociedades ocidentais “centrais” — como as européias e a norte-americana. Tais atributos, quando generalizados e internalizados, podem produzir o efeito de marginalização daqueles que não os “efetivam”. Tais princípios passam a ser inquestionáveis devido a sua total naturalização, criando um campo de

exclusão, também naturalizado, daqueles inadaptados, que podem constituir um estilo de vida reativo, ressentido ou criminoso e marginal.

Partindo de Bourdieu, o autor aponta para o caráter pré-reflexivo e opaco dos elementos estruturantes da desigualdade, que levam à apatia política e à invisibilidade da dominação social. O mérito individual — ligado ao autocontrole e à disciplina para o trabalho útil socialmente — é elemento capaz de atribuir valor social aos sujeitos, o que naturaliza, de modo cifrado, tanto a solidariedade quanto o preconceito de classe através de pressupostos sociais, culturais e de consensos pré-reflexivos. Isso tem por consequência a constituição de uma hierarquia moral que produz a naturalização da desigualdade social e fundamenta e diferencia os cidadãos possuidores de direitos dos “subcidadãos” sem direitos. Assim, a naturalização da desigualdade na vida cotidiana está diretamente relacionada a valores e instituições modernos — o autor se refere principalmente ao Estado e ao mercado —, e sua eficácia está na impessoalidade e racionalidade típicas da modernidade. Tanto o Estado quanto o mercado são permeados e atualizam hierarquias valorativas, disfarçadas por uma suposta “neutralidade” meritocrática. O que há é a produção e reprodução de hierarquias valorativas dos seres humanos, que fundamentam práticas sociais e institucionais concretas. O autor enfatiza que não é possível pensar a reprodução de “valores” independente das instituições concretas, especialmente o Estado e o mercado. Esses são “elementos estruturais” e “impessoais” que atuam na constituição das “hierarquias sociais” das sociedades modernas — trata-se, em última instância, de pensar nas hierarquias morais que se constituem em nossa sociedade e em como elas são mediadas por essas instituições fundamentais.

Essa naturalização da desigualdade e seu caráter pré-reflexivo ajuda a explicar a relação que se estabelece entre a polícia e os sujeitos desta pesquisa, particularmente se pensarmos que essa naturalização permeia as instituições, o que implica no fato de os policiais, enquanto sujeitos que se constituem nesse contexto valorativo, reproduzam essa mesma hierarquia.

Porém, gostaria de acrescentar que não se pode esquecer que no interior das classes também se estabelecem outras hierarquias morais, produzindo sujeitos valorizados e desvalorizados segundo quem está classificando no interior dos grupos, trazendo representatividade e *status* que concorrem com esses valores englobantes, e, desse modo, não se pode pensar os valores como fixos ou cristalizados — ou seja, para o “bandido”, o trabalhador autodisciplinado e socialmente útil pode ser o sujeito a ser desvalorizado. Nesse sentido, não se pode reduzir os sujeitos das classes menos favorecidas, como se eles sempre fossem se sentir humilhados ou com baixa auto-estima, mesmo que não estejam incluídos no que o autor chama de *habitus primário* — a incorporação da “dignidade” apoiada na meritocracia ou no trabalho, no auto-controle, na disciplina ou no racionalismo.

Se, por um lado, aquelas relações entre os sujeitos da pesquisa e a polícia podem ser exemplos de preconceito e discriminação de classe, segundo a lógica que desclassifica socialmente sujeitos que estão no pólo inferior da moralidade moderna, da qual o Estado é portador, por outro, os sujeitos também desvalorizam moralmente o Estado, representado aqui pela polícia, na medida em que os policiais são nomeados como *pilantras* e são distanciados e inferiorizados. A relação entre esses sujeitos e a polícia pode ser pensada a partir da lógica da reciprocidade — nesse caso, uma reciprocidade negativa.

Lacourse (1987), faz alguns apontamentos sobre os fundamentos da reciprocidade negativa, entendendo a reciprocidade como a obrigação de retribuir o que foi recebido não necessariamente com o mesmo produto/mercadoria/coisa. Assim, a equivalência da reciprocidade pode variar segundo o caso, e tanto pode ter um pólo positivo (reciprocidade geral ou equivalente), que implica solidariedade entre as partes, como pode conter um pólo negativo (reciprocidade negativa), quando não há solidariedade envolvida e cada parte tenta obter o máximo possível sem dar nada em troca ou quando a obrigação de retribuir se estabelece pela retaliação. O autor se refere a duas modalidades de reciprocidade negativa: a *exploração mútua*, de orientação individualista, e que

aponta para o fato de cada um querer tirar o máximo oferecendo o mínimo; e a *hostilidade mútua*, quando cada um procura prejudicar o outro.

No sentido da reciprocidade entendida como uma *hostilidade mútua* é que sugiro, a partir de uma das possíveis conseqüências dessa relação entre os sujeitos da pesquisa e a polícia, que pode acabar se estabelecendo um modelo de relação desses sujeitos com o Estado, ou seja, um processo de distanciamento e desvalorização do que se refere a ele. Dessa forma, o prestígio do Estado é abalado, e isso não apenas no que se refere à polícia, pois o próprio Estado de Direito acaba sendo colocado em xeque.

O Trabalho como Ética, a Ética para o Trabalho ou Outras “Correrias”

João é um exemplo significativo de trabalhadores que passam por um processo de socialização em meio a dificuldades de entrar no mercado de trabalho formal e de preconceitos de classe que os sujeitos podem enfrentar. Uma das suas pretensões é a de entrar para o Exército assim que completar 18 anos. Muitas vezes, o Exército pode se apresentar como alternativa de emprego formal. Aos 17 anos, João já teve vários empregos, mas nunca foi registrado porque é “*de menor*”:

João: *Eu já trabalhei de várias coisas: já trabalhei no ferro velho, já trabalhei na reciclagem, já trabalhei de servente, de vendedor. Eu também já trabalhei no lava rápido.*

Elias: *Algum deles foi registrado?*

João: *Não! Porque eu sou de menor, não é registrado.*

Elias: *Você curti?*

João: *Eu curti, né, por causa do dinheiro pra mim. Também gosto de fazer algum exercício.*

Elias: *Dava pra tirar uma graninha boa?*

João: *Dava, sim. O serviço mesmo, de lava rápido, eu tirava 450 [reais].*

Elias: *O dia inteiro?*

João: *O dia inteiro. Tinha que chegar lá 7:30 e saía só na hora que acabassem os carros: 6 horas, 8 horas.*

De acordo com Novaes (2006), os jovens que, como João, se inseriram de alguma forma no mercado, já foram empregados em muitos lugares, com vínculos e tempos diferenciados. Isso remete ao campo de possibilidades de acesso ao mercado de trabalho formal para esses sujeitos —

vale retomar que, segundo Velho (1994), o campo de possibilidades refere-se à dimensão sociocultural na qual os sujeitos procuram realizar seus projetos. O campo de possibilidades aqui é marcado por vários problemas, entre os quais está o que Novaes (2006) chama de “discriminação por endereço”.

Muitas vezes, ouvi os sujeitos dizerem que, ao procurar emprego, quando escreviam seus endereços em fichas ou diziam onde moravam, eram logo dispensados; ou o possível empregador prontamente dizia para deixar o número do telefone para contato, mas a ligação nunca acontecia. Como coloca Novaes (2006), o local de moradia tem sido um critério de diferenciação que pode ampliar ou restringir acessos, ou seja, interfere no *campo de possibilidades* dos sujeitos. Esse critério significava, para gerações passadas, um indicador de renda e classe, mas hoje, além disso, alguns endereços remetem a áreas urbanas estigmatizadas pela “violência”, ou seja, esse é mais um preconceito que soma-se aos de classe, gênero e cor. Mas é importante acentuar, como lembra a autora, que os sujeitos acabam encontrando estratégias para ocultar o lugar onde moram, usando endereços de outras pessoas. Isso é importante, pois marca as possibilidades de *agency* que os sujeitos conseguem encontrar.

Apesar de todas essas dificuldades, o trabalho é uma das “cobranças” recorrentes sobre eles, além da frequência escolar. Trata-se de um marcador de diferença muito significativo, pois se a cobrança em relação à frequência escolar atravessa a classe, a entrada no mercado de trabalho é mais facilmente postergada para sujeitos das classes média e alta, dadas as suas possibilidades materiais, que facilitam o acesso a um curso superior. A necessidade de rápida inserção do mercado de trabalho era um projeto claro entre os sujeitos desta pesquisa, especialmente no Agente Jovem. Aqueles que tinham como projeto o acesso a um curso superior o colocavam sempre em paralelo ao de um emprego que lhes possibilitasse pagar a mensalidade de uma faculdade particular. Nos grupos populares, a cobrança da frequência escolar vem sempre associada a uma preparação para a entrada no mercado de trabalho o mais rápido possível, e isso se reflete também nas políticas

públicas direcionadas a essa população. Nesse contexto, para muitos deles, o Agente Jovem tem o sentido de facilitar a entrada no mercado de trabalho — em vários momentos ouvi comentários sobre a importância de ter algum curso para colocar no currículo, assim como a de se aperfeiçoar para saber o que falar e como se comportar em uma situação de entrevista.

O trabalho, ou a ética para o trabalho, é um dos elementos fundamentais dos valores hegemônicos da modernidade. Para Souza (2006), a “virtude”, que está no topo da hierarquia de valores modernos, relaciona-se diretamente aos valores que fundamentam a idéia de trabalho útil socialmente. A “história das idéias” que constituem esses valores remete à concepção de moral no Ocidente, e esta, por sua vez, é consequência da relação entre determinadas concepções filosóficas: a platônica, através de sua idéia do *self* que se constitui pela “luta” constante entre desejo e razão; a adotada pelo cristianismo e por Santo Agostino, de interioridade e de *bem*; e a cartesiana, que propõe a lógica de controle racional sobre os processos mundanos.

Segundo a esquematização de Souza (2006), é em meio a esse processo histórico-cultural que se consolidam as noções de virtude e de bem, e se constitui um sujeito moral. Tais noções adquirem sentido prático na medida em que passam a permear a vida cotidiana dos sujeitos, especialmente após a Reforma protestante, quando o trabalho e a família tomam o lugar de atividades superiores e assumem maior importância, sendo a sacralização do trabalho manual e simples a responsável pela redefinição da hierarquia social. A partir dessas configurações surge

[...] uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidido pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, auto-controle e trabalho produtivo [...]. A concepção do trabalho dentro desse contexto vai enfatizar não o que se faz mas *como* se faz o trabalho (Deus ama advérbios). O vínculo social adequado às relações interpessoais vai ser de tipo contratual (e por extensão a democracia liberal contratual como tipo de governo). Em linguagem política essa nova visão de mundo vai ser consagrada sob a forma de direitos subjetivos e, de acordo com a tendência igualitária, definidos universalmente. [...] Dignidade vai designar, portanto, a possibilidade de igualdade tornada eficaz por exemplo nos direitos individuais potencialmente universalizáveis. (Souza, 2006. p. 30)

O autor sugere que as políticas assistencialistas no Brasil seguem a lógica dessa generalização liberal para todas as classes, e reproduzem a ideologia que valoriza a capacidade de disciplina, autocontrole e auto-responsabilidade. Assim, o marginalizado seria pensado como tendo as mesmas condições para o exercício de tais “qualidades”, o que justifica políticas pontuais que os colocaria em condições de igualdade.

O Agente Jovem pode ser associado a esse tipo de política, pois procura tanto promover a inclusão social através da formação para o mercado de trabalho como estimular os participantes a um trabalho que seja útil socialmente no momento em que devem realizar algum serviço em sua comunidade. Ainda, procura estimular um disciplinamento do corpo e das atitudes, visando um processo de racionalização, ou seja, de controle dos desejos e do corpo. Nesse sentido, o Programa, assim como outras instituições, reforça e reproduz uma “ideologia do desempenho” que, combinada com valores hierarquicamente mais valorizados, aos quais já me referi, atua na naturalização das desigualdades, na medida em que essa ideologia passa a ser de tal forma incorporada, tanto no senso comum quanto no Estado e no mercado, que aparece como dotada de princípios universais e neutros, e legitimadora dos papéis de produtor e cidadão.

Esse processo de produção e reprodução de racionalização do “desempenho” voltado ao trabalho e acesso ao mercado — ou o *habitus* primário — é uma preocupação de parte dos sujeitos desta pesquisa pesquisa, mas é ainda maior para alguns instrutores do Agente Jovem, como mostro pelo seguinte exemplo. Numa tarde, alguns participantes do Agente Jovem, sentados em círculo no gramado ao lado da quadra de esportes, conversavam com um dos instrutores. Era uma das primeiras atividades desse instrutor com aqueles sujeitos, e ele falava sobre o seu trabalho na Epesmel e o da própria instituição. Comentou que os jovens que participam de cursos ali são chamados, muitas vezes, para realizar entrevistas em empresas, e citou o exemplo de um, que tinha ido bem na entrevista e havia sido contratado. Com o passar do tempo, o jovem, que sempre tinha ido trabalhar bem vestido, com roupas limpas e o cabelo bem cortado e penteado, começou a se

“acomodar” e a usar boné durante o expediente. Logo foi demitido do emprego. Colocado o exemplo, explicou, para os integrantes do grupo, que deviam ficar atentos a esse tipo de coisa — a maneira como falavam e se vestiam, o uso de boné e adornos (*piercing*, por exemplo). No próprio Agente Jovem, o uso de boné é proibido durante as atividades: logo que chegam, devem deixá-lo na secretaria. Muitas vezes, eles pedem para ficar segurando o boné, e, durante as atividades ou em outros momentos, acabam por colocá-lo. Há sempre um instrutor tirando o boné de um deles, e eles estão sempre esperando uma nova oportunidade de voltar a colocá-lo.

Esse exemplo mostra a naturalização do que Souza (2006) chama de *habitus* primário, reproduzido pelo Estado (através dessa política pública) e, de certa forma, pela Igreja (através da Epesmel), na tentativa de preparar esses sujeitos para um desempenho adequado ao mercado, de torná-los produtores úteis socialmente e, seguindo essa lógica, torná-los cidadãos. Quando os sujeitos não se “adaptam” a essa lógica, e constituem-se a partir do que o autor chama de *habitus precário*, tornam-se desvalorizados socialmente, pois passam a ocupar lugar menor nessa hierarquia valorativa dominante.

Quando conversei com João, este acentuou a importância de saber se portar e de se disciplinar no uso da palavra em uma situação de entrevista; e Davi (15 anos), que estava ao lado, referiu-se à dificuldade em mudar a maneira de falar:

[Perguntei se o projeto poderia ajudar na conquista de um emprego.]

João: *Ajuda. Tem coisa, assim, que você tá... você vai numa entrevista, tem coisas, assim, que as pessoas falam, como [por exemplo] não falar na gíria. Você sabe os negócios, como se comportar numa cadeira.*

Davi: *Você conviver aqui, fio, você vive falando na gíria. Até meu pai, minha mãe, que, tipo, não gosta de ficar falando, mas, até eles, tem vezes...*

Elias: *Mas, em qualquer lugar, né, eu também falo um monte de gíria.*

Davi: *Mas aqui é mais, né, aqui você está falando, sem querer você fala, você nem percebe. Você tenta não falar, mas...*

João: *Mas, tipo, tem gíria, assim, lá na entrevista — eu já fiz entrevista quando eu estudava lá na Epesmel, direto eu ia fazer entrevista —, você chega: ‘Aí, mano’. Aí fala [o contratante]: ‘Senta aí’. ‘Então, firmeza? Então, deixa eu sentar aqui’. [risos]. Aí você já queima. [Referia-se a um jovem, em uma entrevista que ele presenciou] Eu vou falar pra você: uma vez eu fui fazer entrevista: ‘Mano, então, beleza? Então, firmeza?’. O cara lá só fez assim: ‘Ah, tá bom’. Nem mandou o cara assinar papel: ‘Dá seu número aqui que depois eu ligo pra você’.*

Nos termos de Souza (2006), esse seria um tipo de *habitus* precário, ou seja, trata-se de um comportamento que não atende às demandas objetivas e faz com que o indivíduo — ou grupo — não seja considerado útil ou produtivo na sociedade competitiva moderna, sendo “desclassificado”, ao menos frente à lógica dominante. Assim como João, muitos sujeitos do Agente Jovem aderem ao discurso de disciplinarização do corpo segundo a necessidade do mercado de trabalho, e passam a se apoiar nesse valor, o que influencia sua corporalidade. Portanto, esse discurso atua na constituição de um sujeito orientado por valores ligados ao processo de individualização, de racionalização dos projetos, dos desejos, das emoções, da estética. Isso remete ao autocontrole e à autodisciplina do indivíduo, num processo em que a subjetividade dá lugar ao “espírito objetivo” (Simmel, 1979), resultante da crescente divisão do trabalho e da exigência de aperfeiçoamento, que acabam por suprimir a personalidade do sujeito.

Em geral, o valor do trabalho é acentuado como uma ética norteadora das ações. Sem um projeto claro para o futuro, como colocou Sousa (2003), esses jovens procuram garantir a sobrevivência material e simbólica do presente. Então, por um lado temos elementos do individualismo moderno, quando se exige dos sujeitos a capacidade de autocontrole e de autorregulação (Elias, 1994; Oliva-Augusto, 1994; Simmel, 1979; Souza, 2006), e, no caso discutido aqui, do controle da maneira de falar, do que vestir, de como se comportar com o fim de atingir um projeto: o emprego formalizado. Por outro, como coloca Davi, há quase que uma impossibilidade de controlar aquilo que é tão presente em suas vidas: a linguagem verbal compartilhada pelo grupo.

Outra questão que aparece aqui se refere à esfera dos direitos relacionados ao trabalho, pois aponta para o Agente Jovem como política que busca resolver uma demanda em torno da melhor qualificação para o mercado de trabalho e, dessa forma, diminuir os efeitos da exclusão. No entanto, como coloca Souza (2006), o cerne dessa exclusão já está na generalização do trabalho como valor.

É preciso considerar, também, que os sujeitos não reagem ao processo de socialização da mesma forma, e é possível pensar em afrouxamentos dos laços de solidariedade, especialmente no

que se refere aos “de fora”, que não fazem parte de determinado grupo social de pertencimento, como a rede de vizinhança, a família, uma religião e mesmo uma gangue. Junta-se a essas características a idéia de uma vivência exacerbada do presente, a necessidade de deixar marcas, a importância do agora, a dificuldade de fazer projetos para o futuro (Oliva-Augusto, 1994), a maneira como se relacionam com o Estado e com a polícia e como alguns sujeitos querem ser vistos — todos esses elementos podem levar alguns sujeitos a cometer atividades criminosas, o que não quer dizer, como coloca Zaluar (1997), que vão seguir uma carreira no crime.

Ao analisar a “violência urbana” e os *modelos de sociabilidade* tidos como “violentos”, Rifiotis (2006, p. 5) pergunta sobre “o que as pessoas envolvidas estão tentando fazer quando estão fazendo aquilo que chamamos ‘violência’” — e aponta para a necessidade de pluralizar a expressão “violência”, pois o sentido unitário que tem sido atribuído a ela tem por consequência certa homogeneização e generalização.

Encontrei exemplo de sujeitos que se envolvem de alguma forma com a criminalidade, caso de Cláudio e Edgar, ambos de 17 anos. No final do meu trabalho de campo no Agente Jovem, os dois foram presos depois de assaltar uma loja. Durante todo o tempo que frequentei o Programa, Cláudio foi muito discreto e calmo, falava pouco durante as atividades e nunca me pareceu “aderir” ao curso; Edgar era mais brincalhão e mais participativo, sempre gentil e simpático com todos, inclusive comigo — duas pessoas que fogem completamente ao que se poderia considerar estereótipo de um “bandido”. Eles foram presos em um assalto, que, segundo comentários, foi carregado de agressividade (inclusive, bateram em uma mulher).

Mesmo no caso de um assalto, há a necessidade daquele “espírito de objetividade”, e a objetividade, nesse caso, remete a uma *posição* de agressividade, mas, certamente, esses sujeitos não se resumem a esse lugar; eles não necessariamente vão recorrer à “violência” em todas as situações que vivenciam. Também não creio que se trate simplesmente de uma necessidade material, há mais coisas envolvidas — a procura de reconhecimento e de autoridade frente a outros

sujeitos que compartilham da mesma ética, por exemplo. Soares (2005b, p. 215) entende que a intenção desses jovens, ao entrar na criminalidade, é ganhar visibilidade:

Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento — o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade.

Segundo aponta o autor, a correlação entre pobreza e “violência” não pode ser pensada como relações causais, diretas e mecânicas; no entanto, é um fato que esses jovens pertencentes a famílias de baixa renda, especialmente os negros, estão mais vulneráveis à “violência” e ao envolvimento com o crime. Pensando sobre o impacto da indiferença com que são tratados esses adolescentes pobres que circulam invisíveis pelas cidades, Soares (2005a, p. 206) assinala que a construção da identidade, de si, da pessoa, durante a adolescência, se constitui num complexo jogo “para ser *diferente-igual-aos-outros*, isto é, igual àqueles que merecem a admiração das meninas (e da sociedade ou dos segmentos sociais que mais importam aos jovens)”. Nesse processo, busca-se, constantemente, o reconhecimento dos outros e o sentimento de pertencimento; por outro lado, a invisibilidade os anula, provoca falta de sentido e de valor — assim, as identidades se constroem no jogo de interações sociais e na experiência das relações.

Para Souza (2006), não se trata da busca de visibilidade por esses sujeitos, mas da consequência da invisibilidade do processo de diferenciação que fundamenta a desigualdade de classe. Essa sociabilidade “violenta” ou criminosa, seria a construção de um estilo de vida reativo, dada a inadaptação ao princípio generalizado das características do *habitus* primário. Isto é, alguns sujeitos reagem a esse processo de marginalização e desclassificação de forma criminosa ou “violenta”, e outros reconhecem a intocabilidade desse valor, apesar de serem colocados em posição de precariedade.

Concordo que é preciso pensar nas hierarquias valorativas que fundamentam as práticas dos sujeitos na busca de reconhecimento social, especialmente com o valor hegemônico das virtudes relacionadas ao trabalho, que tem total correspondência com meu campo de pesquisa. Mas é preciso, também, considerar que a maior parte do meu campo de pesquisa está situada em uma política pública que tem como um dos seus principais fundamentos a racionalização e valorização das virtudes ligadas ao trabalho (Souza, 2006). Assim, meu campo não esgota a complexidade e a amplitude de valores que os grupos populares portam, sendo importante considerar que em outros contextos e situações o trabalho pode ser um valor inferiorizado e englobado por outros, já que as “virtudes” a serem valorizadas não são fixas. É possível dizer que o crime “violento” é a expressão mais perversa do quadro das desigualdades sociais, e que ele articula lógicas situacionais e valores norteadores. Assim, para os sujeitos que produzem e reproduzem esse tipo de sociabilidade, esses valores podem ser hierarquicamente superiores ao do trabalho.

Esse tipo de sociabilidade é uma clara minoria no contexto desta pesquisa, apesar de ser uma prática marcante e estruturante para os sujeitos. Parece-me que o projeto da conquista de um bom emprego é o principal entre os sujeitos, e posso dizer que o Valor-Trabalho é englobante, o que é muito influenciado, aliás, pelo leque de possibilidades que eles têm a sua frente. Também existe, no Agente Jovem, aqueles que projetam maior extensão do curso escolar, com o acesso a uma universidade — caso de Marquinho (17 anos), que circulava, um dia, com um livro de poemas de Camões, pois este ia cair no vestibular, para o qual se preparava. Além disso, ele contou que seu plano, quando terminasse o curso no Agente Jovem, era se inscrever em um outro curso técnico, na Epesmel. Vários deles se referiram à dificuldade de acesso a um curso de ensino superior, e planejavam continuar fazendo cursos técnicos para poder trabalhar e, assim, pagar uma faculdade particular, já que o acesso à universidade pública se coloca, para eles, num horizonte mais distante.

Se para a maior parte dos participantes do Agente Jovem, este é instrumentalizado para facilitar a entrada no mercado de trabalho, para alguns ele também é oportunidade de fazer algo

pelo seu bairro e pelas pessoas que ali vivem. Esse é o caso de Carlinha (16 anos), cuja maior expectativa em relação ao Programa era com o trabalho comunitário que seria desenvolvido. Sempre preocupada com as atividades, era uma das poucas que sempre faziam sugestões no planejamento do trabalho comunitário.

Também existem aqueles sujeitos que se valem do próprio corpo para questionar, por exemplo, o processo do qual eu falei anteriormente, de disciplinarização do corpo e de autocontrole para adequar-se à normas instituídas, sobre o que deve ou não ser feito na busca ou manutenção do emprego. Assim, é possível identificar, neles, nuances sobre incorporação ou não dessas regras, pois, muitas vezes, os sujeitos insistiam no uso de bonés e de outros elementos que ajudam a marcar uma identidade de grupo. A estética ligada à cultura *hip hop* era marcante na corporalidade de alguns deles, através de roupas e outros adereços — calças e camisetas largas (estas, com nomes de grupos de *rap*), tênis e correntes no pescoço, bonés com emblemas de times de basquete dos Estados Unidos —, ou ainda, expresso nos passos de *break*.

Durante a pesquisa no Agente Jovem, fiquei sabendo que Paulo (16 anos), Davi (15) e Jorge (17), e outros do CFC, freqüentavam regularmente oficinas de *hip hop*, que eram realizadas na Associação de Moradores do Jardim Santiago por garotos do próprio bairro integrantes do movimento *hip hop* da cidade²⁶. Jorge, havia parado de fazer as oficinas mas freqüentava as reuniões de *hip hop* que aconteciam na associação. Davi, que quase sempre estava cantando um *rap*, participava das oficinas de *b.boy* (nome atribuído aos sujeitos que dançam *break*), e, a qualquer momento, mesmo que não estivesse sendo tocada uma música, executava um movimento com o corpo, fazendo um passo de *break*. Paulo, cabelo raspado, sempre de boné e corrente no pescoço,

²⁶ Na Associação de Moradores aconteciam atividades organizadas por jovens do bairro, que compartilham seus conhecimentos sobre a arte de dançar *break* e de *DJ*. Segundo me contou Davi, os que ministram as oficinas não recebem dinheiro por isso, faziam por conta própria. No momento em que eu realizava esta pesquisa só aconteciam oficinas de *b.boy*. Infelizmente, não participei das reuniões desse grupo, portanto as informações em relação a esses encontros são limitadas aos comentários de sujeitos do Agente Jovem. Em Londrina há apoio institucional para alguns grupos de *hip hop* através do programa Rede da Cidadania, da Secretaria de Cultura, que aglutina uma série de projetos financiados por uma lei municipal de incentivo à cultura. Quando perguntei a alguns meninos se as oficinas das quais participavam eram financiadas por essa política, um deles respondeu: “aqueles lá não tão nem aí pra gente”.

era um dos poucos que assumia posição mais marcada em relação à negritude, sempre trazendo alguma referência à cor da pele. Jorge gostava das atividades direcionadas para o aprendizado de *DJ*, e estas não estavam acontecendo no momento desta pesquisa. Ele sempre estava de boné, bermuda ou calça larga, e ouvindo um *rap* no celular — era o que mais trazia no corpo o estilo *hip hop*²⁷. No *Agente Jovem*, algumas meninas também diziam gostar de *rap*, cantavam as músicas, mas não fiquei sabendo de alguma que freqüentasse as reuniões do grupo ou que realizasse oficinas de *hip hop* no bairro.

O *hip hop* tem se tornado, cada vez mais, um elemento de contraposição à atividades ilícitas, atuando na constituição de sujeitos mais críticos em relação à discriminação e às desigualdades sociais. Tais críticas se constituem em meio à “experiência da periferalidade”, como colocou Pinho (2005). Segundo o autor, em um cotidiano marcado pela “violência” e por padrões de conduta sexual, a reprodução social está associada a questões como corporalidade, subordinação, pobreza e privação relativa. Ou seja, há toda uma ambiência que atua na formação de determinado sentido do “eu”. Ao estudar um grupo de jovens urbanos em Salvador, os *brau*, Pinho (2005) mostra que o grupo insere-se em estruturas sociais, em relações de pertencimento, em trocas e fluxos, constituindo de forma criativa novos parâmetros de interação. Nesse contexto social, há um processo de reinvenção de identidade e de representação do negro e da “cultura” negra, com uma forte e agressiva afirmação corporal; e a idéia de reafricanização é pensada com referência à de “guerra”. Entre os *brau*, há um contexto social-discursivo de reconfiguração identitária afrodescendente na busca por reconhecimento e autonomia. O *brau* é entendido pelo autor como um personagem que não só desafia uma norma estética mas “põe em cena novas contradições de raça e gênero in-corporadas no desconforto que sua presença significa para a norma hegemônica sustentadas pelas classes médias brancas” (Pinho, 2005, p. 130).

²⁷ Os sujeitos, em sua maioria, não traziam no corpo a estética *hip hop*, ao menos da maneira como eu estou sugerindo, mas ouviam e tinham por costume cantar *rap*.

As questões em torno da raça e da “guerra”, no contexto dos *brau*, podem ser estendidas para o contexto *hip hop*, que tem no *rap* a sua maior expressão. É possível pensar que, nesse estilo musical, o jovem também procura afirmar uma identidade pautada na idéia de reafrikanização e de “guerra”, ou, pelo menos, na alta valorização de uma negritude estritamente associada ao pertencimento a uma comunidade, região ou, mais amplamente, à periferia das grandes cidades²⁸. Nesse sentido, é possível pensar em positivities como a intensificação de laços de solidariedade e o estreitamento das relações de vizinhanças a partir da idéia de pertencimento a uma localidade. Geralmente, o local de moradia é indicado como um bom lugar, principalmente enfatizando as relações de amizade. Como já mostrei anteriormente, não é rara, nas falas dos sujeitos desta pesquisa, a idéia de o que falta nos seus bairros é maior investimento governamental, mas eles gostam da convivência com os amigos.

No *rap*, o discurso que enfatiza a importância da periferalidade, bem como a valorização positiva da negritude, é um importante elemento de contraposição aos discursos hegemônicos, que normalmente estão associados ao homem branco de classe média. No entanto, também é forte a presença de uma identidade de gênero altamente masculinizada, com ênfase em uma heterossexualidade ativa e provedora, e, por vezes, violenta, o que acaba por reproduzir valores tradicionais, que colocam a mulher em posição de inferioridade. Sem falar da homossexualidade, que raramente é abordada nas letras das músicas.

A ideologia presente no *hip hop* remete a um processo peculiar de individualização, pois resiste a algumas características da configuração do individualismo no mundo contemporâneo; aponta para o valor-comunidade em detrimento do valor-indivíduo, e se assemelha à do individualismo romântico, acreditando, como diz Oliva-Augusto (1994, p. 93), na “possibilidade da existência de seres humanos mais plenos, livres e felizes”, de um sujeito crítico e autônomo. Ela vai ao encontro de uma sociabilidade mais positiva, que, aliás, só é possível frente a um conjunto de

²⁸ Estou recorrendo ao movimento *hip hop* e, particularmente, ao *rap*, pois parece ser este um estilo musical bastante significativo entre grupos populares urbanos, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

processos negativos, como a discriminação e a “violência”, daí a possibilidade de se pensar na “positividade da violência”. Como mostra Simmel (1983), o conflito como forma de “sociação” produz algum tipo de unidade e é produtivo socialmente. A unidade da personalidade do indivíduo não só é alcançada por relações harmoniosas, mas também pela contradição e pelo conflito que antecedem essa unidade e operam nos modos de existência. Como coloca o autor, a sociedade se compõe em meio ao “amor e [ao] ódio”.

Falando em uma esfera mais ampla, em nível nacional — e mesmo internacional —, é louvável o restabelecimento de laços sociais e de solidariedade que tem produzido o *hip hop*, promovendo, de forma autônoma do Estado, uma importante reflexão, que associa o econômico, o político e o social, trazendo exemplos para os sujeitos pobres e apontando para a possibilidade de uma existência crítica que se apóia essencialmente no uso da palavra e de expressões como as artes plásticas e a dança, em detrimento do uso da força, e da possibilidade de uma organização social que tenha por fim o bem comum. No entanto, permanece, no movimento, a dificuldade em aceitar o outro; há um distanciamento em relação a sujeitos de outros grupos sociais e a dificuldade de aceitação de um envolvimento mais efetivo das minorias de gênero, como as mulheres e os homossexuais — o respeito mútuo e a solidariedade acabam se restringindo a grupos específicos, criando vários outros campos de exclusão.

Vale ressaltar que, no contexto nacional, vários grupos de *rap* são formados por mulheres, e vários grupos são mistos. Ao comparar a participação feminina no *hip hop* de São Paulo e no de Berlim, Weller (2005) assinala que as meninas são presença marcante, como *platéia*, mas que ainda é pequeno seu envolvimento direto na produção musical e artística. Apesar da luta por igualdade entre homens e mulheres no discurso das meninas ligadas ao *hip hop*, elas enfrentam dificuldades na prática cotidiana do movimento, em razão, principalmente, de barreiras morais masculinizadas e pelas projeções femininas para o futuro, como a constituição de família e a idéia da obrigação de

cuidado com os filhos, que acabam por representar empecilhos para a constituição de uma carreira dentro do movimento.

Se o *hip hop* configura-se como importante referência simbólica para uma gama considerável de jovens, para aqueles que não se inserem em seu universo tornam-se importantes outras estratégias de valoração.

Consumo e grupos populares urbanos

Alguns elementos são importantes componentes na constituição dos sujeitos desta pesquisa: aparelhos eletrônicos como telefones celulares — especialmente aqueles que possuem câmeras fotográficas —, aparelhos de MP3, tênis e roupas de marcas conhecidas, adereços e adornos como bonés, pulseiras, correntes. O consumo desses objetos está relacionado à corporalidade e à imagem que o indivíduo constitui para si mesmo e como quer ser visto. O celular é um bem que possibilita *status* e era bastante valorizado pela maior parte dos sujeitos. Uma das conversas mais frequentes era sobre ele ou sobre jogos de vídeo game. Alguns meninos conversavam bastante sobre jogos de vídeo game, trocavam dicas e estratégias para um melhor desempenho durante o jogo — o maior conhecimento desses “truques” pode estabelecer sutis hierarquias entre os que são mais envolvidos nesse tipo de lazer.

Apesar de o consumo ser uma das mais claras características da incorporação do individualismo no mundo contemporâneo, podendo ter, como mostra Oliva-Augusto (1994), um fim em si mesmo, a maneira como é simbolizado pelos sujeitos indica, também, que tem os mais diversos fins. Em uma das discussões que acompanhei no Agente Jovem, João, falando sobre a diferença entre eles e as pessoas “bem de vida”, explicitou que, para eles, fica o acesso aos *nike* de “segunda linha”, comprados no camelô; no entanto, em não dando para perceber a diferença entre estes e um original, já daria para “fazer uma média”.

Numa das vezes em que acompanhei parte do grupo do Agente Jovem à área destinada à prática de esportes, jogamos um pouco de futebol, mas, com o sol forte a brincadeira não durou muito²⁹, e logo estávamos todos sentados — alguns ouviam música no celular de Jorge (17 anos); Mônica (16 anos) e Clara (15 anos) ouviam rádio num MP3 emprestado do instrutor. Eles começaram a conversar sobre os aparelhos de MP3, discutiam os preços, as vantagens e desvantagens de um ou outro modelo. Alice comentou que não via vantagem em ter um celular, preferia um MP4: “*Pra que que eu quero um celular desse? Eu tenho um pra minha mãe me ligar, mas eu não preciso*”. Davi falou sobre um MP4 que não precisava de pilha e que era melhor; eu tinha em mãos um desses e lhes mostrei. Olhando o meu MP4, ele perguntou o preço que eu paguei — anotei a conversa em meu diário, e ela foi mais ou menos assim:

— *Quanto você pagou?*

— Cento e sessenta reais.

— *Em quantas vezes?*

— A vista.

— *Ah...*

— Eu comprei no camelô, lá não parcela. [Quase me desculpei, pois fiquei envergonhado em falar que comprei a vista.]

Poder fazer compras e pagar em parcelas lhes possibilita adquirir certos bens de consumo em prestações de 10 ou 15 reais, e essa é uma das possibilidades que a bolsa do Agente Jovem proporciona. Isso também remete à valorização do tempo presente no mundo contemporâneo, quando o sujeito pode adquirir algo que considera importante sem precisar esperar ou planejar a compra do objeto no futuro, através da acumulação do dinheiro. No entanto, o dinheiro é compartilhado com a família, pois alguns dão parte da bolsa para ajudar na renda de casa, o que aponta, por sua vez, a um “Valor-Família” característico, como mostra Duarte (1986), dos grupos populares. Para os sujeitos aos quais eu perguntei o que faziam com o dinheiro da bolsa, a resposta

²⁹ A principal atividade de esportes é o futebol, e os times são mistos, jogando meninos e meninas. Na maior parte dos grupos com os quais tive contato, as meninas jogavam futebol, e algumas o citaram como seu esporte preferido.

foi praticamente a mesma: uma parte ia para a família e a outra era usada para comprar roupas, tênis, celulares, etc.

Alice (15 anos) pediu para ficar um pouco com o meu MP4, e disse que ia comprar um daqueles. Ela ficou algum tempo ouvindo rádio e depois me entregou. Percebi que, constantemente, os sujeitos compartilhavam suas coisas: era comum os celulares circularem pelas mãos de várias pessoas, e que emprestassem uns aos outros camisetas, bonés, colares, anéis, tênis, CDs e DVDs; por vezes, um pegava a corrente de outro, só para usar ali dentro, por alguns minutos. Havia a circulação de bens, que dava a idéia de *humildade* para quem o emprestava, e uma espécie de “valor-grupo”, muito significativo nessa fase da vida, o que reforçava os laços de solidariedade e de confiança entre os sujeitos.

Quando eu contei a Davi o preço que paguei no meu MP4, alguém me perguntou quanto eu ganhava, e respondi dando o valor da bolsa que recebia do CNPq: 940 reais³⁰. Nesse momento, devia haver umas seis pessoas na roda, e Leandro, um pouco espantado com o meu “salário”, imediatamente soltou a frase: “*E você anda desse jeito?!*”. Essa frase dá dicas da importância de se compartilhar determinado estilo — além de deixar clara a diferença entre pesquisador e pesquisados. Alguns estilos são hegemônicos naquele contexto: para os meninos existem tipos específicos de camisetas, mais justas e geralmente com inscrições de alguma marca famosa, calças jeans e tênis *nike*; para as meninas também há camisetas, de preferência *baby look*, calças de *cotton* ou *jeans*, tênis, algumas usam boné, e, geralmente, os cabelos são compridos — enfim, as roupas que estão na moda, aproximando-se muito do universo das classes médias urbanas, com exceção das divisões entre *de marca* ou *não*.

Segundo Featherstone (1995, p. 35), existe “uma ‘lógica do consumo’, que aponta para modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais”. Assim, é possível

³⁰ Aliás, quando eles me perguntavam se eu trabalhava, eu respondia que a pesquisa que eu estava fazendo era o meu trabalho, e eles não entendiam que trabalho era esse. Acho que nunca entenderam, também, o que era *essa tal pesquisa* que eu estava fazendo ali.

pensar que as mercadorias podem ser utilizadas e também renegociadas para marcar diferentes estilos de vida. Como diz o autor, há relação direta entre preferências de consumo e estilos de vida, os quais, por sua vez, estão relacionados a frações de classe específicas.

Um dia, no Agente Jovem, alguns meninos discutiam sobre um estilo de calça *jeans* que vem sendo usado por muitos, no qual as pernas da calça são justas. Alguns diziam que não a achavam bonita e que não usariam, e João comentou que usaria se fosse com um “*tênis massa, grandão*”. Em Londrina, esse é um estilo bastante comum hoje, entre os meninos, independente da classe social: calça *jeans* mais justa e *nike* nos pés. Entre as discussões possíveis aqui, seguindo os argumentos de Featherstone (1995), resalto a ambivalência da relação entre diferenciação e imitação, as quais são ligadas, respectivamente, ao processo de individualização e ao de maior referência ao grupo. Em todas as relações ligadas ao consumo expostas até agora, há um processo de individualização através da aquisição de determinados bens — buscam construir uma imagem de si que se destaque, por vezes bastante estetizada, aproximando-se da noção do mundo contemporâneo que tem, no consumo exacerbado, uma de suas importantes expressões. É interessante pensar que, nesse mesmo processo, além das questões que já coloquei, como a da circulação das mercadorias no Agente Jovem, há uma busca de identificação com o outro pela “imitação”, o que aproxima, inclusive, sujeitos de classes diferentes através de um mesmo estilo, o que é possibilitado pela compra de produtos em prestações e pelo acesso a produtos falsificados. Mas, mesmo com a possibilidade de acesso a certos bens que antes eram mais restritos a pessoas de maior poder aquisitivo (os *nike* falsificados, por exemplo), os grupos sociais continuam a marcar diferenças:

[...] Os estilos e marcas diferentes de roupas e produtos da moda, conquanto estejam sujeitos a mudança, imitação e cópia, constituem um conjunto de pistas usado no ato de classificar os outros. Como nos lembra Bourdieu (1994) com seu conceito de capital cultural, os sinais das disposições e esquemas classificatórios que revelam as origens e a trajetória de vida de uma pessoa manifestam-se também na forma do corpo, altura, peso, postura, andar, conduta, tom de voz, estilo de falar, senso de desembaraço ou desconforto em relação ao próprio corpo, etc. Assim, a

cultura é corporificada, e isso não é uma questão de quais roupas são usadas, mas também de como são usadas. (Featherstone, 1995, p. 39-40)

O processo de corporificação integra o processo social e se torna parte da história, sendo, portanto, possível objeto de políticas. Mesmo que isso possa remeter à idéia de corpo como lugar em que práticas sociais são inscritas, este assume uma variedade de formas de controle e de simbolismo social. Na constituição da masculinidade (mas não só), o corpo é um elemento inescapável, mas não é fixo (Connell, 1995). Nesse sentido, a corporalidade é importante para a constituição dos sujeitos, pois ajuda a marcar a pertença a um determinado grupo social; ela atua como marcador de diferenças e, como vimos, através da sua corporalidade os sujeitos desta pesquisa indicam a maneira como querem ser vistos e os grupos com os quais querem ser identificados. Por um lado, ela é um demarcador de classe (no entanto, cada vez mais tênue) e, por outro, um significativo marcador de geração.

Mauss (2003a, p. 401) chamou de técnicas do corpo “as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo”. O autor propõe uma tríplice relação para analisar o corpo: a noção de “homem total”, a *educação* e a *imitação* (estas duas, elementos centrais na utilização do corpo humano):

[...] a criança, como o adulto, imita atos bem-sucedidos que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela. O ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativo ao corpo. O indivíduo assimila a série de movimentos de que é composto o ato executado diante dele ou com ele pelos outros. (Mauss, 2003a, p. 405)

A antropologia pode contribuir para trazer à luz alguns elementos a serem pensados como “instrumentos metodológicos para uma abordagem do corpo, não apenas como objeto da cultura, mas como também dotado de agência própria, não apenas como receptáculo de símbolos culturais, mas como produtor de sentido” (Maluf, 2002, p. 88). Em sua análise sobre homens de grupos populares em Porto Alegre, Jardim (1995, p. 193) aponta para a importância das “experiências que um determinado grupo vivencia e os significados atribuídos à corporalidade”. Entre os homens que

pesquisou, freqüentadores de botecos, o corpo é um demarcador social, e nele está representada a experiência masculina. Histórias são legitimadas através das marcas que se inscrevem no corpo, como cicatrizes, tatuagens e mutilações, que trazem à tona as singularidades imprimidas no sujeito e apontam para uma experiência de vida heróica. Esse corpo singularizado fornece uma prova física condizente ao lugar social ocupado pelo sujeito em contraste com as mulheres e, principalmente, com outros homens: “em termos de masculinidade, essa inscrição é relida entre homens e só aí adquire um valor específico [...] o próprio corpo físico é um operador e dado fundamental da produção da auto-imagem” (Jardim, 1995, p. 202).

Tanto as práticas relacionadas ao consumo como as relacionadas à corporalidade apontam para processos sociais nos quais os sujeitos desta pesquisa estão inseridos. No que toca ao consumo, mesmo estando claro um processo de individualização acentuado, há elementos que indicam que a individualização é mediada por valores simbólicos mais totalizadores, que amenizam o autocentramento do sujeito; indicam, portanto, algumas práticas mais solidárias com o grupo. Nas questões ligadas à corporalidade, parece ser mais enfatizada uma relação totalizadora e de densa sociabilidade, homogeneizadora pra os de “dentro” e contrastiva em relação aos de “fora”. Em ambos os casos, parece haver preeminência do grupo em relação ao indivíduo isolado e autônomo.

Tempo e espaço: tempo produtivo, tempo livre e tempo perigoso

“O tempo não passa”. Essa é uma questão muito presente no Agente Jovem, tanto através das falas dos seus participantes como de outras formas: o balançar incessante das pernas e das mãos, as faces por momentos entediadas no decorrer de alguma atividade e alegres ao seu término, a insistência em lembrar o horário no final do dia. Como contraponto, quando consideravam a atividade interessante, faziam comentários do tipo “*hoje passou rápido*”. A questão da “ocupação do tempo”, como se este não fosse ocupado por outras atividades, é um dado importante nesses contextos.

Conversando com Rodrigo (16 anos), apareceu a idéia da rua como lugar perigoso, quando falou sobre a importância que o Agente Jovem tinha para ele: *“Ah, não sei, ajudando ele está, mas... Tá ajudando, né, não tou ficando, mais, muito tempo na rua; minha mãe não gostava que eu ficava muito tempo na rua. Só ficava na rua, só”*. A idéia de “ocupar o tempo”, e a conseqüente desvalorização do “tempo livre” em casa ou na rua também estava presente na fala de Flávia, 15 anos, quando falou sobre o Programa:

Elias: E o Agente jovem? Qual era a sua expectativa com o projeto?

Flávia: *De fazer amigos mesmo, né. [...] É, porque eu não tenho amigos; eu tenho amigos no colégio, mas, fora, assim, não [...]. Eu vim também porque minha avó queria, porque ela falava que eu ficava muito em casa. Eu ficava só na frente da TV, sabe? Ela falava que ia ser bom eu vir.*

Elias: Você tinha participado alguma vez de algum tipo de projeto, assim como o CFC, por exemplo?

Flávia: *Já. O [ano] passado eu fiz CFC, porque eu entrei, assim, já no final, né, aí eu não aproveitei quase nada. Mas esse ano eu já entrei no Agente Jovem. Daí, no CFC, assim, a gente já... já tinha feito um pouco de amigos, já tinha se aberto um pouco mais, né [...]. Eles são bem legais mesmo. Eu gosto. Pra falar a verdade, eu vim em busca de amigos. Mas eu não achava que ia ser legal, eu achava que ia ser um desastre. ‘Gente do céu!’, eu falava, ‘que que eu vou ficar fazendo lá?’. Eu era viciada em Sessão da Tarde, assistia a novela, tudo que passa à tarde, aí pensava: ‘Ai, meu Deus! que que eu vou fazer lá? Mas acabou que eu gostei, foi bem legal.*

Vê-se a importância do Programa como possibilidade de ocupar o tempo e também como espaço de socialização e constituição de laços de amizade. Rodrigo falou sobre o que ele mais gostava e o que menos apreciava no Agente Jovem: *“O que eu gosto bastante é dos colegas e dos professores; tem aula que eu não gosto muito”*. Disse o mesmo sobre a escola: o que mais gostava era dos colegas, e não gostava muito das aulas, com exceção da de educação física. Era perceptível a ocupação desse espaço (Agente Jovem), pelos sujeitos, como lugar de sociabilidade, de encontros, de flertes. O próprio espaço físico onde acontecem as atividades favorece a maior proximidade entre eles e os que participam do CFC. Aliás, era comum a passagem do CFC para o Agente Jovem. A maior parte dos que participavam deste já havia integrado aquele.

Ao refletir sobre um Programa de ensino musical em São Paulo, Hikiji (2006)³¹ aponta para um fator comum entre projetos governamentais e não-governamentais que atendem jovens considerados em “situação de risco”: a recorrência da idéia da necessidade de “ocupação” do tempo. Tanto pais como proponentes, educadores, opinião pública e mesmo os/as jovens, indicam que seria preciso ocupar o tempo livre, e tal “tempo” é relacionado a perigo.

No contexto dos jovens que pesquisou — e também nos contextos desta pesquisa — , o tempo livre é aquele que se tem fora do período de permanência na escola. Esse tempo livre, assim como o perigo referido a ele, é um dos elementos de aproximação entre os jovens das classes populares e os das classes média e alta: “O ‘perigo’ do tempo livre une crianças e jovens separados pelas desigualdade social e cultural ímpar em nosso país” (Hikiji, 2006, p. 266). Mesmo que o “tempo livre” acabe se tornando um elemento comum entre meninos e meninas de diferentes realidades sociais, como afirma a autora, é preciso enfatizar que, para os sujeitos das classes média e alta, sempre existe a possibilidade do ingresso nos mais diversos cursos (idiomas, artes e música, esportes), além de maior facilidade para encontrar espaços de lazer. Porém, a sua tese central, de que ele é relacionado ao perigo, é importante.

A autora mostra a relação entre tempo livre/espço da rua e a idéia de perigo; e afirma que tanto pais quanto alguns jovens tendem a associar o espaço da rua a aspectos negativos como o crime e a “violência”. Além disso, alguns jovens também desvalorizam o tempo em que permanecem em casa, pois o remetem a tarefas domésticas e escolares, sendo o tempo livre ocupado pela televisão.

Para concluir este capítulo é importante pontuar a dificuldade em definir esses jovens como sujeitos de direitos frente ao campo de possibilidades no qual estão inseridos. O importante a ser

³¹ Trata-se da análise de um projeto chamado Projeto Guri, vinculado à Secretaria de Cultura de São Paulo para “jovens de baixa renda”, tanto na Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) quanto em bairros da cidade.

ressaltado aqui é o fato de que projetos e políticas públicas, ao procurar ocupar o tempo desses jovens, acabam associando a juventude de grupos populares a perigo, como se fossem criminosos em potencial. Assim, acaba ficando implícito, nesses projetos, tanto o preconceito de classe quanto uma estratégia de combate à criminalidade. Apesar disso, os sujeitos elaboram, de forma criativa, as mais diversas estratégias para constituírem-se enquanto sujeitos sociais, o que nos remete às questões, tratadas por Rifiotis (2007), da relação entre direitos dos sujeitos e sujeitos de direito e da institucionalização dos “problemas sociais”.

Além do caráter valorativo, “camuflado” pela neutralidade e meritocracia das instituições da modernidade (Souza, 2006), é preciso atentar para o que os sujeitos estão informando em suas práticas, para as relações sociais que eles admiram e valorizam. Assim, a cidadania e a política podem, e devem, ser relativizadas, e é possível chamar a atenção para a diversidade de possibilidades de atuação pública e de estabelecimento de novas solidariedades que busquem o bem comum sem abandonar as diferenças.

Capítulo 3

GÊNERO E “VIOLÊNCIA”: UMA QUESTÃO DE SUJEITOS MORAIS E DE DEGRADAÇÃO DE SUJEITOS “OUTROS”

Para a discussão deste capítulo é importante retomar algumas questões acerca dos processos de subjetivação e de constituição dos sujeitos, dando enfoque especial ao gênero e à constituição das masculinidades. Segundo Moore (2000), a identidade de gênero, pensada como construída e vivida, não é simplesmente passiva frente ao processo de socialização. Identidades são forjadas durante as práticas vividas, tendo, portanto, além de sua parcela coletiva, uma variante individual. Dessa forma, é importante pensar sobre a forma como as representações sociais de gênero atuam sobre as construções subjetivas, ou o inverso: como as representações e/ou auto-representações subjetivas do gênero atuam sobre a construção social das subjetividades.

Os recentes estudos sobre as masculinidades têm focado a necessidade de pensar o gênero em seus aspectos relacionais, de acordo com as mais diversas situações e diferentes contextos empíricos (Connell, 1995; Almeida, 1996). A atenção se volta não só para a relação entre homens e mulheres, mas para a relação dos homens entre si e com outras categorias, como, por exemplo, as de classe e raça. Esse é o esforço de Connell (1995), que aponta para a tarefa de pensar as masculinidades de modo que estas não sejam um objeto isolado, mas um aspecto de uma estrutura maior. O autor procura relativizar o termo masculinidade, indicando que nem todas as culturas possuem uma definição para o que seja masculino, apesar de todas apresentarem diferenciação de gênero. No entanto, seu uso no contexto moderno — o autor está se referindo à concepção européia/norte-americana — aponta que uma pessoa não masculina seria aquela mais pacífica que violenta, mais conciliadora que dominadora, sem a preocupação com a conquista sexual, e assim por diante.

Ou seja, pode-se dizer que o masculino, nessa concepção, refere-se a um *homem* possuidor de *agência* em detrimento a uma idéia de *passividade*, associada à *mulher*, essencialmente feminina.

Tanto Connell (1995) quanto Almeida (1996) apontam para o estabelecimento de masculinidades hegemônicas e subalternas no interior das relações entre homens. A masculinidade hegemônica, para Almeida (1996), é um consenso vivido, um fenômeno do discurso e da sua vivência na prática. O autor procura mostrar o caráter fluido e disputado das percepções em torno do gênero, especificando as relações entre as masculinidades e ressaltando a importância do contexto em que se definem certas hierarquias e assimetrias, que pode variar de acordo com situações específicas.

Durante meu campo, freqüentemente apareceram tanto concepções hierárquicas quanto igualitárias no que se refere ao gênero. Mas, em geral, os homens ocupam posição privilegiada no que toca à sexualidade: era recorrente a valorização da virgindade feminina e, ao mesmo tempo, a da experiência sexual masculina. De todas as relações analisadas nesta pesquisa, a esfera da sexualidade é a que apresentou maior preeminência de valores hierárquicos em detrimento de valores igualitários (Duarte, 1986). A sexualidade feminina é mais controlada, e as mulheres têm menos possibilidades de envolvimento afetivo-sexuais, sem que isso lhes traga alguma desvalorização.

Em geral, pode ser percebida certa igualdade de gênero nas questões relacionadas ao trabalho, elemento estruturante para a maior parte dos sujeitos, e também é possível sugerir certa igualdade de gênero no que se refere à maneira como esses sujeitos se apropriam da “violência”, questão também estruturante naquele contexto. No que toca à intersecção entre gênero e “violência”, alguns elementos freqüentemente associados às masculinidades, como, por exemplo, a resolução de conflitos através da agressão física e de brigas, também estão muito presentes entre as meninas. Ao analisar essas relações neste capítulo, retomarei alguns elementos relacionados ao gênero, para

assim relativizar a relação entre “violência” e masculino, bem como a associação entre ativo/masculino *versus* passivo/feminino.

Gênero e os “jogos” de conquista

Na minha última semana em campo no Agente Jovem, numa das atividades a turma levantou questões em torno da sexualidade. Diante da pouca intimidade da instrutora com o tema, me propus a realizar uma oficina abordando-o. A oficina aconteceu no meu último dia de campo nesse Programa e durou a tarde toda. Nela, após assistirem ao desenho animado *Minha vida de João*³², começaram a discutir virgindade, pois, em uma das cenas, quando João tem sua primeira relação sexual, ficam claros seus medos e expectativas. Surgiram diferentes perspectivas sobre virgindade. Davi (15 anos) falou — num tom de valorização da virgindade feminina — que é muito difícil achar uma menina virgem “*hoje em dia*”, no que concordaram outros meninos, e contou que ainda era virgem. Dirigindo-se a ele, Rosa (15 anos) disse que era virgem — apontando para a valoração positiva da própria virgindade — e que era importante que os homens fossem experientes sexualmente. Davi também valorizou a própria virgindade, e ambos começaram a se provocar — como brincadeira —, um duvidando da virgindade do outro. Mas a afirmação de Davi, de que era virgem, não provocou espanto ou ironia entre os meninos, indicando que, entre eles, há certo relaxamento em torno do “problema” da virgindade masculina. Rosa continuou duvidando da virgindade de Davi (da qual duvidavam também outras meninas).

Nessa oficina, uma das discussões girou em torno de uma “figura” bem comum nas conversas: as meninas “interesseiras” ou “meninas gasolina”. Segundo Davi, “*é só o cara ter uma moto que as meninas já dá moral; se passar umas gotinhas de gasolina, assim, no pescoço, elas já vêm atrás*” — fala que provocou risos em toda a turma. Ao que Rosa respondeu: “*Não é que*

³² Esse desenho foi produzido pelo Instituto Promundo e mostra a vida de um menino desde o nascimento até se tornar um jovem adulto. Trabalhando com as possibilidades de construção das masculinidades que atravessam a vida do personagem, ajuda a discutir a construção social do gênero em contraposição a concepções essencialistas, que remetem à natureza biológica do masculino e do feminino.

precisa ter moto, mas, se tiver, melhor” — o que fez com que algumas meninas rissem e trouxe falas como “*Tá vendo?*”, por parte de alguns meninos. Pelo que conversei com as meninas durante o campo, especialmente no Agente Jovem, onde tive contato mais contínuo com os sujeitos, elas não colocam como significativo para o estabelecimento de laços amorosos ou para um flerte, a posse desses bens.

Quanto ao tom provocativo e de brincadeira, sobre as “meninas interesseiras”, essas *tiradas*, como já apontei anteriormente, eram freqüentes nas conversas, tanto no decorrer das atividades quanto nos momentos de intervalo, mais ligado ao lazer. Mas, apesar das brincadeiras, é preciso levar a sério essas falas, pois as “trocas humorísticas”, a jocosidade e o humor atuam em uma lógica ágil e fluida, e estes permitem o acesso aos discursos “alternativos”. Como Fonseca (2004c, p. 138-139) afirmou em sua análise: “não ousaríamos dizer que a ‘chave’ das relações homem-mulher na Vila São João, em Porto Alegre, se encontre nas piadas e no humor licencioso. Aí, aparecem representações também estereotipadas, mas com a vantagem de serem diferentes dos estereótipos presentes no discurso normativo [...]”.

No caso das “meninas gasolina”, dificilmente uma menina assume publicamente essa posição para si própria, dada a carga pejorativa que traz. A categoria acusatória “meninas gasolina”, aqui, remete à discussão sobre os “jogos de conquista” entre meninas e meninos; sobre os desejos e estratégias destes últimos a respeito da maneira como gostariam de ser vistos, ou seja, a imagem que projetam para si e à qual gostariam de ser associados.

Foi comum, no Agente Jovem e nas oficinas em que participei pelo RAP, falas que colocavam determinadas meninas no lugar de “meninas interesseiras” e “meninas gasolina”. Se existem as “meninas interesseiras”, também existem os “meninos interessados” em determinadas meninas, e, portanto, “meninos interesseiros”. Mas, quanto a estes, nunca ouvi qualquer discussão sobre meninos que se interessavam por meninas que tinham carro ou moto — o que traz um aspecto

interessante de gênero, cabendo pensar sobre o porquê de a posse de tais bens acabar sendo um projeto que tem mais importância para os meninos do que para as meninas.

Era recorrente a idéia de que ter moto ou carro ajuda na conquista de mulheres. Para eles, uma moto ou um carro permite a entrada em um universo representativo, uma mudança de *status*. É possível sugerir que a posse de um veículo está associada à posição de provedor, na medida em que se mostram capazes de conquistar tais bens e, tradicionalmente — apesar do grande número de mulheres trabalhando e de essas proporcionarem uma renda significativa ou mesmo sustentarem as famílias —, em termos morais, cabe ao homem esse papel. Da mesma forma, essa idéia pode ser representativa de ascensão social (esse também pode ser o interesse de algumas meninas, o de fazer parte dessa ascensão e desse estilo ao serem vistas com esses meninos), na medida em que traz aproximação com o universo das camadas médias urbanas, indo ao encontro de valores mais individualistas, pois tais bens estão na ordem de bens duráveis, cujo consumo está associado a essas camadas. Mas, me parece que o mais significativo é o caráter simbólico dessa posse: ter um veículo é importante não só frente às meninas mas também entre eles, sendo um marcador de diferenças de gênero e de estilo de vida.

Certo dia, Edgar apareceu com uma moto no curso. Parte da turma ficou admirando a moto após o término da atividade; Davi a empurrou por determinado trecho em frente ao CFC, subiu nela e, com Joana na garupa, simulou uma “voltinha” de moto. Às vezes, Edgar não aparecia para o curso, mas ficava circulando pelas ruas do entorno CFC com a moto, exibindo-se para os amigos. Um dia, quando a turma estava na quadra, ele apareceu acelerando a moto, dando voltas no quarteirão. Os meninos que estavam perto de mim faziam comentários sobre a moto do amigo — por exemplo, um dos comentários foi que a moto não “andava” nada (tinha pouca potência) e que Edgar não sabia conduzi-la; que, se precisasse “dar uma fuga” (fugir da polícia), Edgar não conseguiria. Observe-se que existe um domínio específico de termos e avaliações sobre o evento, e, assim, os sujeitos mostram um conhecimento específico sobre o assunto.

Pode-se dizer que ele estava *se achando* com sua moto. Essa cena sugere um processo de tentativa de diferenciar-se dos demais, de pertencimento aos grupos que detêm esses bens. É possível identificar, aqui,

A preocupação com o estilo de vida, com a estilização da vida, [o que] sugere que as práticas de consumo, o planejamento, a compra e a exibição dos bens e experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor de troca e cálculo racional instrumental. [...] Assim, é possível falar no hedonismo calculista, no cálculo do efeito estilístico e numa economia das emoções, por um lado, e numa estetização da dimensão racional instrumental ou funcional, mediante a promoção de um distanciamento estetizantes por outro. (Featherstone, 1995, p. 123)

Como coloca Featherstone (1995), o indivíduo moderno tem consciência de que se comunica não só através de suas roupas mas também de outros bens — no caso aqui, de motos e carros. Outros processos comparativos e de diferenciação passam a vigorar quando sujeito é possuidor de determinados bens, e exemplo disso são os comentários sobre a habilidade com que Edgar conduzia a moto, sobre a potência desta — o que informa, também, o conhecimento dos que estão comentando, diminuindo, assim, as distâncias. A habilidade e destreza, a potência, também sugerem algumas analogias com características tradicionalmente atribuídas às masculinidades, e apontam para a concepção de que cabe ao homem a conquista das mulheres, como se estas fossem passivas. Juntando-se essas questões às questões relativas ao consumo, fica mais clara a instrumentalização de determinados bens como estratégia de conquista por parte dos meninos.

Uma história que aponta para questões semelhantes foi contada por João (17 anos), do Agente Jovem. Um dia, ele — que era evangélico — e um amigo foram a uma grande festa promovida pela Igreja Católica, que reuniu jovens de todas as regiões e classes da cidade³³. A mãe do amigo os levou, e chegaram em grande estilo: “*Aí pá, a mãe dele trouxe nós de carrinho, um corsinha; as meninas já começaram a pagar*”³⁴. Apesar de ter falado de outros elementos da festa

³³ A festa chama-se Hallel, e é promovida anualmente pela Igreja Católica em todo o país.

³⁴ *Pagar*, aqui, refere-se a paquerar.

(as músicas, as danças), o elemento determinante era o jogo de sedução que se deu entre eles e as meninas que começaram a “pagar” para eles quando chegaram no “*corsinha*”:

João: *Seis reais. Nós dois, eu e meu colega, cada um tinha seis reais certinho. Ai pá, a mãe dele trouxe nós de carrinho, um corsinha, as meninas já começaram a pagar; sentaram perto de nós. Ai nós começamos a trocar aquela idéia; daqui a pouco nós vamos lá, compra uma cerveja, isso já vai dois reais de cada um, ai compra mais uma, ai os últimos dois reais era pra nós ir embora. Ai nós pegamos, fomos lá dar uma volta, ai demos um rolê; ai nós voltamos, ai as meninas queriam beber uma cerveja. Mais uma cerveja. Ai peguei e falei: ‘Ah, vamos a pé embora e vamos dar cerveja pras mina’. Ai pá, demos uma cerveja pras mina, ai nós fomos lá, catamos as mina. Ai, daqui a pouco, o ex-namorado dela, que ela era... eles já foram casados, e ela tinha só uma discussão com o cara; deu uma discussão e saiu de casa. O cara chega — olha pra você ver a coincidência —, o cara chega e começa a andar junto com a gente. Ai pá, ai a gente chega perto das mina, começa abraçar as mina, ai pronto! o cara já quis tirar satisfação com a gente; ai ele queria brigar com a gente. Se não fosse umas meninas falar que elas eram nossa namorada, a gente tinha apanhado naquele mesmo momento. Ai nós entramos lá, no tutchi tutchi [termo para exemplificar o tipo de música que estava tocando; refere-se a música eletrônica], né; ai pá, nós dançando. O cara falou assim: que tava armado e que ia matar a gente. Ai pá, nós nem acreditamos. Ai nós fomos dançando com as meninas, aquela música assim: ‘Está no céu, está no mar, no infinito...’; ai, na hora do infinito você tem que dar aquela rodadinha, quando eu fui dar aquela rodadinha eu dei de cara com o cara. Eu peguei voltei, abaixei, sai no meio da multidão — e ele atrás de mim e de meu colega [a história é acompanhada de risadas]. Ai, nisso, nós tivemos que ir embora. Ai, a moral da história: nunca pagar nada pras meninas. E voltamos a pé.*

Em sua história, as meninas se interessaram por eles porque chegaram de “*corsinha*” na festa, e, a não ser no primeiro momento — o da sedução, quando eles chegam de carro, que elas sentam perto deles, quando começam “*a trocar aquela idéia*”—, as *atitudes* são sempre dos homens: ele e o amigo é que *cataram as mina*, que *chegaram perto da mina*, *abraçaram as meninas*, como se elas não tivessem feito o mesmo movimento de *catar*, de *chegar*, de *abraçar*.

O comportamento do terceiro personagem masculino dessa história, o ex-marido da garota com quem João estava, traz à tona a relação entre “violência” e masculinidade. Grossi (2004) faz uma boa revisão sobre várias abordagens antropológicas que dão exemplos de como os homens, em várias culturas, são submetidos a rituais marcados pela “violência”, e de como, no Brasil, o modelo de masculinidade hegemônica está muito relacionado à atividade e esta, à agressividade.

Outra característica relacionada a essa masculinidade é o código relacional da honra — que traz semelhanças com a cultura ibérica, que, segundo Machado (2004)³⁵, ainda é muito presente no Brasil —, que orienta as condutas do gênero masculino e da “violência” tanto de homens contra mulheres, para mantê-las sob seu controle, quanto de homens contra homens, em relações de rivalidade. Grossi (2004) também fala da questão da honra; para garanti-la, o homem deve ter o controle sobre “sua” mulher — mas a autora afirma que, como essa honra depende muito respeitabilidade da mulher, esta adquire algum poder sobre aquele. Como coloca Fonseca (2004b), a honra é um código social de interação, no qual se coloca em jogo o prestígio pessoal, este entendido como um bem simbólico de troca³⁶. O prestígio, entre os jovens de sua pesquisa, se apóia na bravura, na virilidade e na generosidade. Aqui, é importante destacar a bravura, que está relacionada à coragem e à disposição para a “violência”, e à virilidade, relacionada à conquista sexual das mulheres.

No caso da história contada por João, temos essas duas características: ele demonstra sua virilidade, expressa pela conquista da *mina*, generosidade e “atitude”, ao pagar cerveja para ela, mesmo tendo pouco dinheiro e sabendo que teria de voltar a pé. Além disso, ao contar a sua história ele enfatizou aqueles elementos que lhe davam atributos de masculinidade, inclusive a maneira como ele “burlou” o controle de outro homem, no caso do “ex-marido da mina”, e, assim, ele ainda ocupou o lugar de malandro. O “ex-marido da mina”, por sua vez, procura afirmar sua masculinidade pela coragem, tentando reparar aquilo que poderia causar desonra. Ambos remetem a um modelo tradicional de masculinidade; no segundo caso, ainda há o agravante de uma possível arma de fogo — a combinação de uma masculinidade apoiada na agressividade com a posse de

³⁵ Essa é uma questão polêmica nos estudos de gênero. Fonseca (2004c, p. 135-136) lembra que “este modelo mediterrâneo já foi longamente criticado. [...] Acusa-se os antropólogos estrangeiros de terem simplificado as relações de gênero nas sociedades meridionais, criando estereótipos do homem macho e da mulher submissa para assim realçar as vantagens de seu próprio modelo cultural. [...] Hoje, graças à tradição da ‘crítica cultural’ que volta a lente de análise para a sociedade do próprio pesquisador, estamos em condições de ver o ‘casal igualitário’, típico das camadas médias ocidentais, como tradição histórica ideológica”.

³⁶ A autora sugere que há mais proximidades entre os sujeitos de sua pesquisa com certas sociedades indígenas do que com povos mediterrâneos. Como exemplo disso, ela cita a “honra” presente nas vendetas yanomami e a fofocagem kalahari.

armas tem contribuído para os índices gritantes de homicídio entre jovens, especialmente os pobres, em nosso país.

Na história de João, as *atitudes* ficam quase todas restritas aos personagens masculinos. Mas também tem aqueles momentos nos quais as meninas tomaram a iniciativa: essa atitude pode ser interpretada nas cenas em que as meninas *começaram a pagar*, quando sentaram-se perto deles. Ou, ainda, na atitude das meninas que estavam próximas, que, ao perceberem que poderia acontecer uma briga, simularam estar acompanhadas de João e seu amigo, evitando, assim, que acontecesse o confronto físico.

Outro exemplo de atitude feminina está em Sofia, 14 anos, participante do CFC. Ela contou que já “ficou” com muitos meninos, mas “sério, dentro de casa”, só com o menino com quem estava namorando (seu primeiro namorado “de verdade”) havia algum tempo. Também falou sobre charme feminino e de algumas estratégias de conquista de que se valem as mulheres:

Sofia: Mas sabia que o homem é mais difícil de arranjar namorada do que a mulher? Porque a mulher, né, com aquele charme, com aquela sensualidade... Sabe o que o meu namorado olhou pra minha cara e falou pra mim? Que eu sou muito... como é que ele falou? Vulgar. É, que eu sou vulgar. Porque eu conquistei ele pelo olhar, né. [risos] Então, ele falou pra mim que eu sou muito vulgar, você acha? Porque, naquela época, eu era um pouquinho mais magra, né. Lembra [dirigindo-se a Clara, Joana e Mônica] quando eu era bem mais magra? Eu era bem mais magra, tinha o quê, uns 20 quilos a menos, 10 quilos a menos. Daí eu usava aquelas saíngas, aquelas blusa decotada. Então, assim sou eu, sabe? Eu tava toda! Aí, eu acho que ele se encantou, né, pelo meu jeito de andar, pelo meu jeito de vestir, de olhar, e tal e tal.

Clara: Pensa só: você conquistar um moleque só pelo olhar.

Sofia ocupa uma posição próxima ao ideário da mulher moderna: como *objeto* de desejo e como *sujeito* de sua ação. Apresenta-se como uma mulher de iniciativa: foi ela quem conquistou o namorado, e o fez pelo olhar, pelo jeito de andar, pelas blusas decotadas e saias curtas que usava. Por isso é lançada ao lugar da *vulgaridade* pelo companheiro. Ela sugere que o charme está no olhar, no andar e também na exibição do corpo feminino sensualizado, indo ao encontro do que é

valorizado, em termos sexuais (mas não em termos morais), por uma masculinidade hegemônica e pelo ideal de beleza da sociedade contemporânea: uma mulher magra e sensual.

Nas oficinas, Sofia falava abertamente sobre sua vida sexual. Fazia várias perguntas e não se furtava em dar opiniões, e era muito bem informada sobre sexo pelo seu ginecologista (segundo ela), que lhe explicava em detalhes questões referentes à prevenção, etc. Em uma das oficinas, Raquel (13 anos) disse que “*os garotos só querem pá³⁷ e sair fora*”, e Sofia a contestou: “*Quando um não quer, dois não briga. Eu dou porque eu quero; é minha e ninguém tem nada a ver com isso*”. Sofia trabalha (vende roupas), assume postura ativa em relação à sexualidade e sugere a idéia de igualdade entre homens e mulheres nessa esfera.

Fonseca (2004b) lembra as várias possibilidades para as mulheres exercerem poder em suas relações com os homens, ou em relação a outras mulheres. Em seu campo de pesquisa, a manipulação da reputação, tanto masculina quanto feminina, através da fofoca é exemplar. Mesmo o uso da força física era utilizado para a garantia da honra e do respeito pelas mulheres, mostrando a importância da “violência” na organização social daquele contexto. Essas questões também podem ser percebidas nesta pesquisa.

“Na dor de uma lágrima”: tratos e “tretas”

A história do conflito entre Pantanal e Bratac é um fato significativo no contexto desta pesquisa, e vale lembrar que se trata de rivalidade entre grupos de moradores do Jardim Santiago e grupos de bairros vizinhos, que a Pantanal é uma rua que fica nos fundos do Jardim Santiago e que Bratac é “uma antiga favela” (hoje, Jardim Nossa Senhora da Paz) e que é conhecido como a *treta* entre Pantanal e Bratac. *Treta* que, inclusive, foi encenada pelos participantes do Agente Jovem durante uma atividade na qual a instrutora sugeriu que construíssem uma história, nos moldes de uma peça de teatro ou de uma novela, e a interpretassem. Eles adotaram a idéia e, depois

³⁷ Nessa fala, *pá* tem o sentido de “só querem transar”.

de uma discussão sobre quais temas poderiam ser tratados na encenação, optaram pela história da *treta* e da *paz* entre as *vilas*³⁸.

Quando fui combinar o início minha observação no Agente Jovem, eu me reuni com a sua coordenadora e a do CFC. Expliquei-lhes meu projeto e disse que minha idéia inicial havia sido fazer uma pesquisa sobre “violência”, mas que estava caminhando para uma discussão sobre “cidadania”, pois o campo que vinha realizando, através de oficinas no João Turquino e no União da Vitória I, não apontava para a centralidade daquele tema. A coordenadora do CFC me falou, então, que, se o meu interesse era discutir “violência”, ali seria um campo interessante, pois era uma questão muito presente naquele bairro. Além dela, várias pessoas me falaram da existência de gangues na região, duas em especial: os “aliados” e os “correria”³⁹, pertencentes, respectivamente, à Pantanal e à Bratac.

Durante a observação no CFC e no Agente Jovem, foram muitos os momentos nos quais os conflitos na região vieram à tona nas falas dos jovens, e as referências a brigas foram muito mais frequentes que nos outros grupos. Mas o que me chamou a atenção foram as falas que se referiam a brigas entre *as meninas*. Na conversa que tive com Clara e Joana surgiram elementos importantes sobre a configuração do conflito existente na região:

Joana: [...] *as meninas da Bratac viviam brigando com as meninas do [Jardim] Santo André, mas a gente evitava mexer com as meninas do Santo André porque a gente era amiga. Juntava eu, a Gisa, a Dora — na época que era tudo tretado —, a Bia.*

[Eu pergunto sobre essas alianças entre os bairros na época da *treta*.]

Clara: *Era assim: Pantanal, Vila Rica e Santiago era tudo aliado, e Santo André e Bratac era tudo aliado; aí eles tretavam, esses [dois] grupo.*

Joana: *O grupo de cá com o grupo de lá.*

Clara: *E sempre havia tiroteio [...] teve um moleque lá que levou um tiro na perna, daí o outro que morreu lá no Vila Rica [...] daí apaziguaram.*

³⁸ Eu já havia ouvido falar desse pacto de paz por uma amiga, funcionária do “bolsa família”, que trabalhava naquela região, e por minha parceira de oficinas e coordenadora do RAP, Arielle Sversut Dias, as quais também me falaram de um jogo de futebol entre as *vilas* rivais que teve a função de selar o acordo.

³⁹ Apesar de ter mantido os nomes verdadeiros dos bairros, pois o referido conflito é público e já foi noticiado várias vezes em jornais locais, optei por mudar o nome das gangues.

Percebem-se, em suas falas, as configurações de aliança e rivalidade que se constituíram no local, e o clima de tensão existente entre Bratac e Pantanal. Também é possível perceber que essa rivalidade apresentava novas configurações, pois, apesar da aliança entre os grupos do Santo André e da Bratac (rivais do grupo ligado ao Santiago), as meninas moradoras do Santiago eram amigas das do Santo André e evitavam brigar com elas. Por outro lado, existia a rivalidade entre as meninas do Santo André e as da Bratac (que, segundo elas contaram, são vilas aliadas). Isso mostra uma agência própria das meninas, que constroem suas próprias alianças, mas permanece um conflito englobante entre Pantanal (ligado ao Santiago) e Bratac.

Joana: *O Teco apaziguou! Foi por causa dele.*

Clara: *Depois que morreu bastante gente.*

Joana: *Porque eles sentiram dó da família; porque eles viram a mãe do Chiquinho desmaiando um monte. Passou na TV. Assim, ela desmaiava, nossa! ela chegava perto do caixão, ela quase morria. Ah, gente, dava muita dó.*

Clara: *Nossa! maior dó. Porque o moleque era pequenininho de tudo, gente.*

Joana: *Esse moleque, ele não saía de dentro de casa [da casa de Joana]; ele colava de lado a lado com meu irmão. No último dia, ele tava escutando só música de rap. Sabe aquela música 'Na dor de uma lágrima'? Ele ficou o dia inteiro escutando essa música; aí eu cheguei do curso ele foi jogar vídeo game. Aí, quando deu 10 horas da noite, eu falei assim: 'Chiquinho? Sobe Chiquinho, tá muito tarde; só que sobe correndo'. Ele subiu correndo. No outro dia de manhã, eu fiquei sabendo que ele tinha morrido. Mas eu chorei tanto!*

Clara: *Daí, depois disso, o Teco mandou apaziguar, né. Falou pra apaziguar.*

Joana: *O Dito!*

Clara: *O Dito e o Teco! Daí falou pra apaziguar, porque morreu muita gente inocente. E também não dá certo esse negócio aí, sabe? Melhor assim, agora que você pode ir pra tudo quanto é lugar.*

Essa parte da conversa traz alguns elementos importantes, entre eles o fato de que a história do conflito é conhecida em detalhes e o de que, mesmo havendo alguma discordância sobre quem teria tido a iniciativa de *apaziguar*, são os próprios sujeitos que decidem pelo fim do conflito, independente da interferência do Estado. Interessante, também, é a maneira como Joana acentuou sua proximidade com o evento que é o marco do fim da *treta*, a morte de Chiquinho, e a riqueza de

detalhes, citando inclusive um *rap* que o garoto ouvira o dia todo, cuja letra⁴⁰ é como um prelúdio do que iria acontecer:

Clara: A vez que meu pai e minha mãe brigaram lá em casa, eles foram lá pra delegacia que tem lá perto do [colégio] São José, né. Nós fomos lá ver se eles estavam lá, pra levar a carteira e os documentos da minha mãe, pra ela catar dinheiro pra vir embora. [...] Daí, a gente tava vindo embora, os moleques da Bratac: ‘Ôu, eu te conheço, menina, você mora perto da Pantanal; você mora na rua da Pantanal’. Falou desse jeito assim pra mim. Eu falei: ‘Não, eu não moro na Pantanal; eu moro ali, ó, ali naquela oficina ali, ó, onde mora o Vilson’ — porque o Vilson é meu tio, né. Daí ele falou assim: ‘Você não mora ali nem aqui nem na China! Você mora lá na Pantanal’. Eu falei assim: ‘Não, pode ir lá perguntar’. Aí ele falou assim: ‘Ah! tá bom!’. Aí, na hora que a gente chegou lá, assim: a gente veio correndo, daí, na hora que a gente chegou na oficina do meu tio Vilson, os moleque tava tudo na esquina, lá parado. Aí a gente entrou na casa do meu tio: eu, meu irmão, minha prima — tudo correndo — e o Davi. Nós fomos tudo pra casa do meu tio. Aí eles falaram assim: ‘Deixa aquela menina lá, que eu vou catar ela’. Falou desse jeito, eu escutei, que eu tava atrás do muro, fio. Daí eu falei assim: ‘Eita, porra!’.

No que toca à tensão entre os esses sujeitos, nessa parte da fala percebe-se a sobreposição do local de moradia sobre o gênero, o que permite pensar na possibilidade de um sujeito do gênero masculino (no caso, os meninos da Bratac) agredir uma garota (Clara, moradora da localidade rival, a Pantanal), algo condenável em outras situações, dada a idéia de que seria uma *covardia* tal agressão. Essas questões mostram o quanto a “violência” é estruturante para estes sujeitos. Constantemente, a tensão referente à rivalidade entre as *vilas* daquela região aparecia nas falas dos

40

A música, do grupo Expressão Ativa, diz: "Pra quem foi, pra quem ficou//De quem vai, de quem fica//Só Deus explica, só Deus pra explicar//Pra me conformar, assim é a vida//Minha parte eu faço, a minha parte eu faço"// A vida segue o sentido a//caminho da morte eu sei//(Mas não me acostumei...)//Com cadáveres, flores dentro de um caixão//Lágrimas, dores dentro de um coração//Não me interessa como está o tempo, não//Dia de luto é muito sofrimento, então//Um silêncio toma conta de quem chora por dentro//E uma palavra de lamento, não pode amenizar//Esse momento triste de quem deixou de existir//Que nunca mais vai chorar, ou muito menos sorrir//O céu escuro sustenta um temporal que não acalma//Será chuva ou fúria, de Deus chorando pela alma//Não sei, não posso entender porque sou só um réu//Um réu que pode sentir que existe luz ali no céu//Prontas pra perdoar alguém que acabou de morrer//Numa viagem pro além//E nada supera a dor de quem ficou pra trás//Dos familiares, dos pais, os filhos choram demais//O sino toca pra fechar o caixão//Com gritaria, com choro, o pastor termina sua oração//Mesmo sabendo que naquele corpo não há vida//O sentimento de perda, bate na hora da partida//Carregando uma rosa, cheguei perto da cova//Com aquele aperto no peito, expresso o meu sentimento//A multidão troca de mão pra carregar o corpo//E eu olhando aquela cena, vi que a vida é um sopro//Que a morte suga de volta no ultimo suspiro//O peso do mundo levou mais seis espíritos//Um minuto de silêncio tive esses pensamentos//Só voltei a mim, porque durante aquele sepultamento//Alguém gritou e eu ouvi ...//eu também quero ir, meu filho meu Deus...// Deus, meus olhos não vão resistir...//Rola uma lágrima//Só uma gota e nada mais//Esse mundo é um rio de sangue// Rola uma lágrima//A minha lágrima a mais, //Talvez não seja tão importante//Rola uma lágrima//Só uma gota e nada mais, //Nesse mundo jorrando sangue//Rola uma lágrima//Só uma gota te pedindo a paz, //Só uma lágrima e nada mais [...]"

sujeitos do CFC e do Agente Jovem, e, com o acordo de paz, as referências à vivência ali sempre remetiam a antes e depois da *paz*:

Joana: *Antes, você não podia sair nem na rua. Se você sáisse como daqui... se você fosse daqui lá na Bratac com o uniforme daqui do projeto, já desciam a lenha em você.*

Clara: *É mesmo, já desciam a lenha.*

Joana: *Lá no colégio.* [No sentido de que as brigas entre as *vilas* se estendiam para o interior das escolas.]

[...]

Joana: *No tempo das tretas, eu tive que sair do São José: as meninas queriam juntar em mim. Pior que elas não vêm sozinha, elas vêm só num bolo.*

Clara: *Pior.*

Joana: *Vêm naquele monte! Nossa! dez, quinze é pouca ainda.*

Uma oficina no CFC em que não se conseguiu a atenção da turma para o tema proposto — prevenção e gênero —, acabou se transformando em uma conversa sobre rachas de moto e carro, futebol e a *treta*. No momento em que esta surgiu na discussão, a maior parte dos participantes começou a prestar mais atenção no que se falava, e alguém já comentou: “*Morte era quase todo dia*” — falas do tipo “*Antes era tiro pra todo lado*” ou “*Vários morreram*” também eram recorrentes no Agente Jovem. Gabriela (13 anos) disse que o clima, nessa época da oficina, era mais tenso entre as meninas que entre os meninos: “*Só uma palavrinha errada, já rola treta [entre as meninas]*”; e que, depois da *paz*, é possível andar pela Bratac, coisa que antes não era: “*Eu vou lá morrendo de medo, mas eu vou [...] minha prima vai também — vichi! cagando nas calças, mas vai*”. Gabriela comentou que era muito briguenta e que ultimamente havia parado com as brigas, depois que sua avó foi morta a facadas. Também contou sobre um primo seu, que teve um acidente de carro na Bratac e não conseguiu sair do veículo: vieram os rivais e lhe deram um tiro na cabeça.

Arielle, facilitadora dessa oficina, perguntou a Gabriela se a prima a que se referia era Camila, pois ambas tinham o mesmo sobrenome. Quando respondeu que sim, Arielle lhe contou

que havia conhecido sua prima quando trabalhava no Murialdo⁴¹, e Gabriela disse que também estava cumprindo medida de liberdade assistida lá.

Eu também conheci Camila em oficinas que fiz pela Alia no Murialdo, em 2004. Naquela época, Camila tinha por volta de 15 anos e era a única menina num grupo onde havia cerca de dez meninos. No Murialdo, os grupos eram formados a partir do *pertencimento*, e os sujeitos deviam se apresentar no local duas vezes por semana. Também ali havia o grupo da Bratac e o da Pantanal⁴² — do qual ela fazia parte —, e, para evitar que se encontrassem, eram atendidos em dias diferentes da semana⁴³. No final das oficinas no Murialdo, todos iam embora juntos — andar junto era uma das estratégias das quais eles se valiam para se proteger, e, assim, se por um lado o conflito gerava um clima tenso entre os grupos rivais, por outro fortalecia os laços de vizinhança e amizade. A impressão que tivemos⁴⁴ de Camila, na época, foi a de que exercia liderança entre os garotos — o que foi depois confirmado por Arielle, que havia convivido mais com esse grupo.

No Agente Jovem, no primeiro dia em que se juntaram para pensar a peça na qual encenariam a *treta* e a *paz* entre Pantanal e Bratac, Alice comentava com algumas pessoas sobre seu irmão, que, segundo ela, “*morreu como herói*”, pois tinha sido o único a ter coragem de ir à Bratac naquele período. Outras pessoas também falavam sobre a *treta*, e muitos detalhes eram negados ou reafirmados — mas os elementos centrais tanto do conflito quanto do acordo de *paz* eram os mesmos narrados por Clara e Joana. A turma mostrava-se empolgada com a peça: simulavam armas com as mãos, as vozes seguiam a entonação do clima eufórico, trechos de *rap* eram cantados.

⁴¹ O Projeto Murialdo, da Epesmel, atende jovens aos quais foram aplicadas medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, e é vinculado ao Instituto Murialdo. Apesar de levar o nome do instituto, o projeto refere-se à atividade específica de liberdade assistida.

⁴² Na época do meu trabalho de campo, uma amiga, que trabalhava na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), me contou que no período mais intenso da briga entre os bairros, qualquer pessoa que fosse presa, independente de onde morasse, era obrigada, pelos outros presos, a escolher “se era Bratac” ou “se era Pantanal”.

⁴³ Numa segunda-feira, dia em que era atendido o grupo da Pantanal, quando chegamos no Murialdo para realizar a oficina o clima estava bastante tenso e triste, pois um dos meninos desse grupo havia sido assassinado, no fim de semana, pelo grupo rival. Durante a atividade, os meninos deixavam recados e ameaças nas mesas e nas paredes da sala, pois sabiam que os rivais também a usariam durante a semana.

⁴⁴ Refiro-me às duas colegas que realizavam a oficina comigo.

Também em outras turmas e contextos, várias vezes as histórias sobre a *treta* e outras brigas — quando não terminadas em morte, como no caso do irmão de Alice — eram contadas em tom de aventura heróica, muitas vezes provocando riso. Nessas situações, era perceptível uma ambigüidade: ao mesmo tempo em que afirmavam que, depois da *paz*, a vivência ali era muito melhor, o tom das histórias era descontraído, chegando a ser cômico em alguns momentos. As falas excitadas sobre o conflito revelam a importância deste para a constituição de determinados sujeitos. No entanto, alguns sujeitos, ao falar do assunto, não mostravam essa “euforia”, como Cláudia:

Cláudia: Eu não sei muito disso [sobre a treta] porque quando começou esses negócios aí, eu estava morando lá em Cambé⁴⁵. Mas, assim, ficava um provocando o outro [...] daí ia lá e começava: um atira pra cá, outro atira pra lá. Daí, nisso ameaçava todo mundo, né. Primeiro eu comecei a morar lá [...], uma rua pra cima da Pantanal; depois que começou isso eu mudei pra uma rua de cima, mas sempre morei por perto. Mas, quando eu tava morando pra lá, pegava tiro na minha casa, daí tivemos que sair de lá. Lá onde eu morava, as casas eram todas viradas para o lugar onde era o buraco, assim [refere-se a um fundo de vale entre as duas vilas em conflito], [...] era uma casa bem bonita, mas o aluguel era mais barato pelo motivo de ser nesse lugar, daí sempre pegava tiro lá. [...] não tinha uma alma viva na rua, todo mundo pra dentro de suas casas. Na minha casa tinha um quintalão bem grande na frente, e um quintal pequeno no fundo, mas a gente nem saía pro quintal da frente, por causa dos tiros; ficava lá no fundo.

Dado o contexto social no qual estão inseridos os sujeitos desta pesquisa, é importante refletir sobre o processo de constituição desses sujeitos em meio a essa ambiência carregada de insegurança e imprevisibilidade, sobre as suas possibilidades de sociabilidade e sobre as suas estratégias para evitar ou enfrentar o conflito, ou seja, sobre as suas possibilidades de *agency*. É interessante perceber que essa geração, que cresce naquela região, vivenciou a intensificação da chamada “violência urbana”, assim como vivenciam um processo que eles chamam de *paz*. Essas são questões importantes para a constituição desses sujeitos, e acabam por ajudar na orientação de suas práticas cotidianas.

45

Cambé é uma cidade vizinha a Londrina.

“Tem que ser folgada pra ser respeitada”: respeito e brigas entre meninas

Desde o início do campo no CFC, chamou-me a atenção a participação das meninas em brigas. No primeiro dia que realizamos uma oficina no local, três haviam brigado na frente do prédio onde funciona esse Programa: Roberta, participante do CFC, e sua irmã, Leila (que não participava de atividades ali), tinham batido em Magali (15 anos), do Agente Jovem.

Segundo me contaram, a briga aconteceu porque Roberta achava que Magali estava flertando com o seu namorado. Na briga, esta era segurada por Leila enquanto Roberta lhe dava chutes e socos. Magali acabou abandonando o Programa e, pouco tempo depois, sua família deixou a *vila*, pois a menina passou a ser agredida sistematicamente quando estava na rua. São vários os motivos para que um conflito acabe em agressão física, e esta é uma das estratégias para garantir a *honra*, seja *pessoal*, seja da *família* ou da *localidade*. Em última instância, trata-se de uma estratégia para a aquisição de (ou manutenção do) *respeito* ou para *ser respeitado(a)*.

Muitas vezes, presenciei os sujeitos se provocando, se xingando, inventando apelidos carregados de adjetivos pejorativos uns para os outros, e todas essas provocações (*tiradas*) eram bastante toleráveis. Mas, por vezes, geravam tamanha irritação que acabavam em agressão, como aconteceu um dia no Agente Jovem. Durante o intervalo, alguns meninos provocavam Rodrigo, chamando-o por um apelido. Ele foi ficando cada vez mais irritado, especialmente com Jorge, o que mais insistia com a brincadeira. Rodrigo acabou atirando uma caneca de alumínio na direção Jorge, que quase foi atingido pelo objeto. Este então se levantou, e a situação ficou tensa. Os companheiros amenizaram a situação, mas Rodrigo deixou claro: “*Se não parar, eu vou dar porrada*”.

Esse tipo de provocação é, na maior parte das vezes, tolerável e encarada como brincadeira. A cada momento, um deles passava a ser o alvo das *tiradas*, então todos se voltavam para um mesmo sujeito e seguia-se a *zoeira*⁴⁶, até que outro era escolhido, e assim sucessivamente. A

⁴⁶ Neste caso refere-se à provocação, mas *zoeira* é uma gíria que também pode se referir à algazarra, bagunça

provocação é uma disputa verbal⁴⁷ legítima, em que as partes concordam com ela. No entanto, em alguns momentos a disputa verbal pode passar a uma disputa física, dependendo do tipo de acusação, do tipo de xingamento e do tom de voz com que é pronunciado.

Num outro dia, em que a turma foi dividida em pequenos grupos para um exercício no qual eles recortavam revistas para montar cartazes, houve uma cena entre Beto e Alice. Durante toda a primeira parte da atividade do dia, Rodrigo, Jorge e Alice sistematicamente provocaram Beto. Por várias vezes este respondeu às provocações, mas o *provocado* era ele; os outros permaneceram na posição de *provocadores* durante todo o tempo. Desistindo de contestá-los, Beto ficou um tempo em silêncio e depois abandonou o grupo, indo sentar-se com Marquinho. Quando acabou a atividade, várias pessoas ficaram circulando pela sala, e ele permanecia com o colega. Alice continuou a provocá-lo, e ele, bastante irritado, a mandou calar a boca. Ela riu e continuou a provocação, e ele repetiu: “*Cala a boca, filha da puta*”. Então Alice se levantou e foi em sua direção: “*Não xinga minha mãe, não, heim!*” — e tentou acertá-lo com um soco, que passou de raspão pelo seu rosto. Ele a empurrou e se preparava para revidar a agressão quando os colegas afastaram os dois. Antônio (14 anos), do CFC, o empurrou contra a parede, segurou em seu pescoço e, ameaçando lhe bater, disse: “*Você não vai bater em mulher na minha frente, não, seu cuzão*”.

Alice pode ter ficado irritada com o xingamento da mãe, mas também é possível sugerir que ela usou o fato como justificativa para a briga, e talvez ela simplesmente estivesse esperando uma oportunidade para brigar e, assim, chamar a atenção para ela, mostrar sua disposição para brigar, mesmo que fosse com um menino. Beto ficou em uma situação difícil, pois, apesar de estar sendo provocado, não pôde revidar da mesma maneira, e ainda foi tachado de “covarde”, “*cuzão*”, e quase foi agredido por Antônio. Nesse quadro, temos questões que tanto podem remeter à idéia da *honra* quanto à importância dos laços de parentesco, especialmente a importância da mãe. O xingamento

⁴⁷ Talvez pudesse associar com as provocações com apelidos e falas mutuamente depreciativas têm semelhança com a batalha de *rappers* — evento onde estes se desafiam frente a uma platéia e um tenta desautorizar o outro com adjetivos depreciativos à qualidade do adversário enquanto *rimador*; em relação a alguma característica física, ou mesmo da família.

da mãe é um dos principais estopins de brigas, tanto entre meninas quanto entre meninos, e uma das características dos grupos populares urbanos é a importância dos laços de parentesco, onde a mãe ocupa lugar moral altamente valorizado. A força dos laços de parentesco e a depreciação da prostituta remetem a um código de honra tradicional.

Grossi (2004) lembra que, nas sociedades cristãs, a mãe ocupa lugar central, com associações constantes à Virgem Maria e sua pureza, e à *mater* dolorosa que se sacrifica, desde o parto, pelos filhos. Como coloca a autora, entre casais pode acontecer de, após o nascimento de filhos, o homem colocar a mulher num lugar sagrado e assexuado, que sua própria mãe ocupa, justificando, para muitos, a procura por prostitutas, que ocupa justamente o lugar simbólico oposto, de altamente sexualizada:

[...] Isto é o que se conceitua dentro do campo da honra, de dupla moralidade, ou seja, para o homem é perfeitamente possível ter uma mulher em casa e procurar outras na rua, sem que ele se sinta traindo ninguém. É justamente porque ele ‘respeita’ sua mulher que ele vai procurar na rua outra, a prostituta, que é paga para o sexo. A própria ofensa ‘filho da p...’ ou ‘filho da mãe’ reflete essa dicotomia associada ao feminino. (Grossi, 2004, p. 14)

A questão também foi colocada por Clara e Joana: a primeira disse que *odeia* que xinguem sua mãe. Era recorrente a utilização o termo *biscate* — nomeação para mulheres que têm vários parceiros — para se referir a uma sexualidade feminina desvalorizada. Joana e Mônica mostraram valorizar o papel tradicional do gênero e da sexualidade feminina, remetendo, mais uma vez, a valores tradicionais:

Joana: [...]. *Tinha uma menina, lá no Quati, domingo, né, ela só que coça* [gíria para se insinuar, flertar, etc.] *com meu namorado; só que coça, chega perto dele. O Roni: ‘Ah, amor, que que você tá brava?’* [Joana:] *‘Vai tomar no seu cu, você e essa biscatinha aí’. A menina veio conversar comigo, veio pedir desculpa, perguntando porque que eu xinguei ela. Eu disse: ‘É, fia, é ciúmes’. Aí chegou a noite, aí ela foi e xingou a Bárbara, mas levou um coro, lá no bar. Eu cheguei na Bárbara: ‘Meus parabéns, Bárbara! você sim é mulher’. Não precisei bater, mas chegou outra e bateu pra mim.*

[Pergunto o motivo da briga.]

Joana: *Porque essa menina biscatinha chamou ela de filho da puta; chamou ela de nojenta e de biscate. Aí a tia da Bárbara foi, segurou a menina na parede, assim, e empurrou a menina em cima... Sabe aquelas mesas de bar que têm aqueles nome de cerveja, de plástico? Empurrou a menina e ela caiu deitada. [...] se jogou,*

assim, na frente e deu um soco na boca da menina. Mas eu dei tanta risada, e meu namorado começou a se agarrar e cascar o bico.

Mônica: Engraçado, né, os homem que aprontam e depois ficam dando risada, né.

Joana: Não! mas meu namorado tava desbaratinado, falando que ia casar comigo. [...] Aí, ele falando que ia casar comigo e a menina só em cima dele, todo mundo se tocou. Aí a gente foi jogar bola, e quando eu fui jogar bola, dei altas bolada na menina.

Clara: Nossa! dá até raiva, véio, quando essas meninas...

Além da depreciação de certa sexualidade, aparece aqui o ciúme, apontando para a valorização do namoro (ou do “amor romântico”). Uma questão importante apareceu na fala de Joana, que parabenizou Bárbara, esta “sim uma mulher”, indicando que a atitude de agredir a outra menina deve ser entendida como constituinte do sujeito feminino — idéia que Joana reafirmou:

Joana: [...] Tem uma mulher, lá no Quati, que falou que vai juntar em mim, na Débora e na Júlia. Agora: quer bater em três? — a gente vai se unir pra catar ela. Depois eu vou dar uma bica no pé da Débora, no cu da Débora: 'Some de perto de mim, eu não quero nem graça com você'.

Mônica: É aquela coisinha feia lá?

Joana: Aquela coisinha feia. A gente vai ter que se juntar pra catar uma mulher. Só. E essa mulher que a gente vai catar, briga, heim? E ela falou, assim, que vai catar a gente. E vai catar eu porque... é... porque eu sou prima do marido dela, que o marido dela fica... Eu chego lá e o marido dela [...], aí vem a Débora. A Débora ficava passando as mãos nas costas dele, e a Júlia... Porque ele veio dar um beijo na Júlia e a Júlia tesourou ele, e ele falou pra mulher dele que ela tava coçando pra ele. Aí a gente vai se juntar pra catar ela, porque ela disse que, antes do dia 25, ela vai dar um coro em nós três. Vamos ver se ela vai ser mulher pra catar as três. Aí nós vamos ter que nos juntar, mas depois eu vou falar pra Débora: 'Ó, Debora, nem cola comigo'.

Clara: Só cola na hora, só.

Joana: Só cola na hora da briga; depois não cola mais, não.

Mais uma vez Joana apontou para a constituição da idéia de sujeito feminino apoiado no uso da força física: “*Vamos ver se ela vai ser mulher pra catar as três*” — bem como indica a construção de uma imagem positiva da mulher que sabe brigar. Em tom de admiração, ela contou: “*E essa mulher que a gente vai catar, briga, heim?*”.

Ao contrário da imagem normalmente associada à mulher, de passiva e delicada, nestas situações há a construção de um sujeito que se afirma no uso da força física enquanto “mulher de verdade”. Pelo que eu observei em campo, esse *tipo ideal* construído por essas meninas não parece

provocar nos meninos qualquer rejeição, ao contrário: na verdade, existe uma valorização positiva, por parte de alguns meninos, das meninas que resolvem seus conflitos através do uso da força física. Ou seja, independente do gênero, há a valorização de um determinado *sujeito* que, em certas situações, se vale da força física.

Essas são situações que se diferenciam daquelas onde as mulheres exercem poder através da palavra (Fonseca, 2004b; Maluf, 1992), como a fofoca, que pode ser usada como “arma” da qual as mulheres se valem tanto em relação a outras mulheres quanto em relação aos homens (Fonseca, 2004b). Maluf (1992), na sua “caça às histórias de bruxas” na Lagoa da Conceição, em Florianópolis, mostra que o que está em jogo nas narrativas de “bruxas” é a disputa pelo poder entre mulheres, e entre mulheres e homens; e que os conflitos se resolvem pela palavra, pelos encantamentos e desencantos.

Nos casos que estou apresentando aqui, as meninas abandonam a idéia de diálogo e passam a apoiar-se no uso da força física. Outro exemplo disso foi colocado por Clara:

Clara: *Lá da rua de casa é, é meio bagunçado, mas todo mundo lá, tipo assim: tem um monte de gente lá que gosta de mim, sabe? Mas tem umas pessoas lá que pelo amor de Deus! nem olha pra minha cara porque eu já sou encrenqueira também. [...] Na escola mesmo, vichi! As meninas caçam encrenca comigo, eu já saio na porrada já. Sabe? eu não sou daquelas meninas que chega conversando: ‘Olha, menina, você fez tal coisa pra mim’. Eu falo assim: ‘Da próxima vez não vai ficar assim’. Eu só falo isso, só. Daí elas ficam esperta já [risos]. Elas falam que eu sou muito briguenta; elas falam que eu tenho que parar um pouco com isso. Daí eu falo assim: ‘Não, fio, essas meninas são muito folgadas, sabe?’. Porque, se você deixar, elas montam em cima de você, fio. Agora, eu já não, eu sou linha dura; se vir começar com gracinha já, falar as coisa, ó, não quero nem papo.*

Elias: Quantas vezes você já brigou?

Clara: *Acho que umas cinco vezes, mais ou menos [risos], assim, de sair na porrada. Na escola mesmo, o ano passado, catei uma menina lá; ficou xingando minha mãe. Vichi! ela veio, começou a puxar meu cabelo, ela começou a puxar meu cabelo, eu catei a cabeça dela, assim, no pescoço, assim, catei e levei pro chão. Na hora que ela levou o meu cabelo pro chão, eu comecei a bater a cabeça dela no chão, aí ela me deu um tapa, assim. Nossa! eu fiz assim ó... O professor entrou no meio, eu dei um monte de arranhada no professor [risos]. Nossa! eu sou atentada pra brigar, fio.*

[...]

Joana: *Minha mãe só sabe de duas brigas, a da Mariana e quem? E da Paulinha. O namorado da Silvana viu eu brigando com a Gisele.*

Clara: *Arrebentou.*

Clara deu a entender que tem fama de briguenta, imagem que ela, por sua vez, procura manter. Talvez porque lhe dê visibilidade, a diferencie dos demais — elementos presentes na idéia do individualismo moderno, quando o sujeito busca ser *uno e indivisível* frente aos outros.

Durante uma oficina no CFC, Gabriela afirmou: “*Tem que ser folgada pra ser respeitada*”. A idéia de ser *folgado*, ou de *folgar*⁴⁸, foi constante durante essa oficina. Segundo Gil (13 anos): “*Se você deixa alguém folgar com você, [a pessoa] acostuma e quer folgar todo dia*”. Também na conversa com Clara e Joana a idéia apareceu. Mônica — que participava da conversa junto com as duas —, falou sobre uma briga da qual participou e em que um dos motivos (ou “o estopim”) foi uma menina tê-la deixado “falando sozinha”. Clara e Joana também já brigaram por causa disso:

Joana: *Não sei, a menina deixou eu falando, deu uma raiva! Eu: ‘Volta aqui, desgraçada!’.* Depois, eu fui lá e dei um tapa, assim, pegou de raspão; depois eu dei um outro, pegou certinho. [...]

Clara: *Nossa! Se uma menina deixa... sai andando e deixa eu falando sozinha, fio, tá pedindo pra morrer. Pra falar a verdade, nossa! mas eu cato e desço o pau, arrebento.*

Joana: *Eu não deixo ninguém folgar comigo, não; sem mancada, eu não deixo. Eu não deixo mesmo folgar, eu já endoio já.*

Deixar alguém “falando sozinho” remete a falta de respeito ou a provocação deliberada, o que é interpretado como se o agente da ação estivesse folgando, justificando assim uma atitude agressiva: “*eu cato e desço o pau, arrebento*”. A interpretação da idéia de *folgar* sugere uma postura que coloca o sujeito como indivíduo autocentrado, pois quando *ser folgado* é uma atitude para si mesmo, isso é interpretado como uma estratégia para se manter respeitado, e a mesma prática, no *outro*, é interpretada como um excesso. O *folgado* é o sujeito que de alguma forma está querendo se manter em um nível de superioridade, mas a ação de *folgar* só se torna repreensível quando é praticada pelo *outro*. Constitui-se, assim, um conflito insuperável, na medida em que o *outro* vai ser repreendido por uma atitude que, quando tomada pelo próprio sujeito, é uma estratégia legítima para se tornar ou se manter respeitado. E essa repreensão geralmente é feita através do uso da força.

⁴⁸

No sentido aqui utilizado, o termo folgar *folgar* é sinônimo de desrespeito.

Gabriela descartou a alternativa de resolver conflitos com o diálogo, ou de uma disputa verbal, em vez do uso da força física: “*Xingar não dói, bater dói; depois de uma surra, ninguém mais mexe com você*”. Em uma outra história que contou, ela e algumas amigas também bateram em uma menina que as havia provocado: “*A gente arrebitou ela. Ela levou capacetada, vichi!*”. Aqui, um grupo de meninas agrediu uma única. Não se trata mais de uma simples briga, há a configuração de uma espécie de gangue, mesmo que não “institucionalizada”. Joana já havia dito: “*No tempo das tretas, eu tive que sair do São José: as meninas queriam juntar em mim. Pior que elas não vêm sozinha, elas vêm só num bolo*”; e Clara, que “*Vêm naquele monte! Nossa! dez, quinze é pouca ainda*”.

Gabriela também relatou uma outra situação de briga, em que por pouco não bateu em uma menina: “*La bater nela porque ela chifrou meu irmão*” — que estava preso — “*se eu não batesse nela as meninas da minha rua ia me tirar, iam falar: ‘Ela folgou com seu irmão e você não fez nada’*”. Junto com as amigas, Gabriela foi até a igreja, onde a menina estava, com a intenção de bater nela quando saísse. Quando a menina saiu e percebeu a situação, começou a chorar — e Gabriela desistiu de agredi-la. Nesse caso, a humilhação pública da rival e a demonstração de disposição para “cobrar” a traição já foram suficientes para manter a *honra* de Gabriela frente às amigas. Aqui há uma cobrança coletiva entre elas para que resolvam conflitos através da força, o que mostra a importância do código de honra: cabia a Gabriela garantir a honra do irmão e a sua própria, e era importante que a punição fosse pública, na medida em que ela seria cobrada por suas amigas caso não tomasse uma *atitude*. Essa possibilidade do uso da “violência”, tradicionalmente ligado ao universo masculino, pode ser entendida como uma apropriação, pelas meninas, desta como linguagem, bem como é constituinte de uma posição de sujeito, o que não quer dizer, como se poderia pensar para os meninos, que seja prova de virilidade ou de masculinidade.

Gabriela também “cobrava” da menina uma postura conservadora no que toca a sua posição de *namorada* que deve se manter “fiel” ao seu relacionamento. Reproduz, portanto, valores

tradicionais tanto no que se refere à liberdade sexual feminina quanto no que se refere à *honra do homem* traído. Mas se esse código de honra tradicional diz, por exemplo, que é uma covardia um homem bater em uma mulher, outras éticas podem se sobrepor em determinadas situações e contextos. Por exemplo, pode haver tolerância para a agressão de uma menina por parte de um menino, como num caso contado por Mônica:

Joana: *Quando eu era criança, eu brigava com o Fabiano [seu irmão].*
 Lara: *Ah, mas mulher bater em homem é foda também; é foda bater.*
 Mônica: [...] *Ela dedurou ele. Pra quê, menina! Chegou a hora do recreio, era soco... ela tava comendo, ele catou o prato da mesa, tacou na cara dela. Ela usa aparelho, ele catou a cabeça dela, assim, socou a cabeça dela na mesa, socou, o aparelho saiu fora; ele socou a cara dela, [...]* [um comentário que eu não entendi e depois Mônica comenta o que falou para ele depois] *‘O que é isso, você não deixou eu bater pra você bater? Isso não vale, não, eu quis bater nela, você não deixou eu bater’.* [O menino teria falado para ela, no dia anterior, quando ela queria bater nessa mesma menina:] *‘Você não vai bater’.*
 Mônica: *No outro dia, ele deu um coro na menina.*
 Clara: *Ah, não!*
 Mônica: *Não acredito nisso!*

Nesse caso, um menino bateu em uma menina porque ela “*dedurou ele*”, e Joana, Clara e Mônica não demonstraram censurar essa atitude, dada a hierarquia de valores que se sobrepõem aqui, sendo, a confiança, valor moralmente mais valorizado do que o gênero. No final, Mônica ironizou a cena, reclamando por não ter podido bater na menina no dia anterior. Na seqüência da conversa é acentuado que o importante, no fim, é que a menina — que acreditavam merecer a surra — acabou apanhando.

Clara e Joana, que me contaram a maior parte das histórias de brigas, não eram “violentas” e “agressivas” no cotidiano do Agente Jovem. Durante o meu campo ali, nunca presenciei qualquer cena de “violência” ou agressividade sua em relação aos seus colegas de curso ou aos educadores do CFC, apenas uma ou outra *tirada*. Suas histórias de brigas têm algo de *aventura heróica*. Tudo parece soar para elas como se fosse um momento de relevo em seu cotidiano, que deve ser vivido no que o presente tem a oferecer. O presente vivido em um cotidiano marcado por sociabilidades conflituosas e relações instáveis. Também não quero enquadrá-las como simples vítimas das

circunstâncias ou incapazes de refletir sobre aquilo que fazem, pois acredito que suas brigas são racionalizadas e trazem algo de objetivo, principalmente a procura por respeito. Mas essas ações não deixam de conter uma gama de sentimentos, por vezes circunstanciais — obviamente elas sentem raiva, compaixão, prazer:

Joana: *Não, foi massa a Aninha. Ela queria fazer bonito pensando que ia me bater na frente do Naldo; o Naldo não tava lá e [ela] ainda apanhou [Joana, Clara e Mônica riem]. Quis fazer bonito pro menino, quem acabou se fodendo foi ela, não fui eu. [Na seqüência, fala de uma briga anterior com a mesma menina]. Eu tenho raiva, sabe, quando a pessoa vem pegar você pelos cabelos, nossa! eu tou distraída, assim, num canto, bem prestando atenção na coisa que eu estou fazendo, vem, cata você por traz e roda você pelos cabelos. Deu uma neurose em mim! Eu fui pra cima dela, o professor me segurou. Chegou a vez dela. Foi tão gostoso.*

Clara: *Você pega e, quando você tá com bastante raiva assim, você bater em alguém, nossa! passa tudo a sua raiva.*

Joana: *Você não vê na hora que você esta batendo; você fica só batendo, só que você não vê, fica preto.*

Clara: *É.*

Joana: *Apaga. E você tá batendo.*

Clara: *Tá batendo ou tá apanhando.*

Clara: *Quando você tá assim mesmo, fio, quando você tá com muita raiva também, você não sente dor, quem tá batendo em você, fio.*

Clara: *É, fio, você pode apanhar agora, mas depois, tem a volta.*

Joana: *Tem a volta.*

Em um momento não tem dor nem prazer, é só o escuro, a suspensão do tempo. Não há um movimento racional de provocar a dor, há apenas uma explosão de raiva. Passado o momento em que o tempo é suspenso, a racionalidade volta e, se o sujeito ficou em desvantagem, ele pode procurar a revanche. Entra-se em um movimento circular, como na idéia da reciprocidade, do dom; nesse caso, uma reciprocidade negativa. O que importa em ter apanhado ou batido não é a dor que provocou ou sofreu, mas a imagem que ficou; é o que ficou para o olhar dos outros, da platéia; é se você esta sendo valorizado ou desvalorizado. Trata-se de *respeito*.

A partir dessas histórias de brigas entre *as meninas*, e tomando como referência a análise dos códigos de valores que orientam as práticas dos sujeitos, entendo que aquelas se apóiam ora em elementos ligados a uma honra tradicional, a concepções mais tradicionais no que toca ao gênero e à sexualidade, ora a características próprias do individualismo moderno ou contemporâneo, a uma

valorização demasiada de si e a uma busca excessiva para se destacar. Tudo isso mostra o caráter relacional entre códigos e valores que orientam as práticas dos sujeitos, o que não deixa de influenciar na constituição do gênero, que, também sendo relacional, incorpora elementos da cultura — no caso, de uma complexa interdependência entre valores tradicionais e modernos.

Se por um lado é possível sugerir uma equidade de gênero entre esses sujeitos no que se refere ao respeito e à honra em determinadas relações, por outro há uma série de motivos que acarreta brigas e que sugere a forte permanência das hierarquias de gênero, endossando determinada masculinidade hegemônica e a idéia de feminino como *objeto* do poder — como nos casos em que os xingamentos têm conotação sexual (quando a mãe é chamada de *puta*, quando a menina é chamada de *biscate*) e quando elas se referem à “fidelidade” no namoro.

Continua impossibilitado, para elas, o exercício mais autônomo da sexualidade, sendo desvalorizadas aquelas que mantêm relações com vários parceiros. Não que essa norma seja incontestável, pois há exemplos de meninas que assumem posição de maior liberdade sexual, porém há certa hegemonia, tanto entre as meninas quanto entre os meninos, que permite maior liberdade sexual masculina.

Sexualidade e prevenção entre jovens de grupos populares

O fato de aparecer certa homogeneidade entre as práticas sexuais femininas e uma maior diversidade masculina na pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil (Gravad)* (Heilborn et al., 2006) sugere maior liberdade dos segundos em detrimento das primeiras (Bozon & Heilborn, 2006). Isso não implica em que a sexualidade dos sujeitos também não se defina a partir das suas trajetórias individuais, ou seja, tanto o meio social quanto a biografia interpenetram-se na orientação das práticas afetivo-sexuais; e que a sexualidade ocupa lugares diferentes na construção das identidades dos sujeitos:

[...] a sexualidade é uma das áreas mais proficuas para investigar na dinâmica social as intrincadas relações entre processos de modernização e permanência de lógicas tradicionais, tanto no que concerne ao nível das práticas quanto ao plano dos valores. Como domínio socialmente construído, as transformações macroestruturais já aludidas, que ensejaram uma alteração do status da mulher na sociedade, são centrais. No entanto, isso não significou uma relativa aproximação das experiências entre os dois sexos. Nos costumes sexuais há notáveis mudanças, apesar da permanência de relações assimétricas, que continuam a informar a conduta de homens e mulheres. (Heilborn, Cabral & Bozon, 2006, p. 211)

Com uma perspectiva semelhante, no que toca à importância cultural das práticas em torno da sexualidade, e acrescentando as questões em torno das práticas preventivas entre jovens de grupos populares do Rio de Janeiro, Monteiro (1999) identificou que a maioria os sujeitos não sabia explicar corretamente as diferenças entre o uso da pílula e o do preservativo, o uso ou não do preservativo entre aqueles sujeitos baseava-se em outras lógicas⁴⁹.

Os sujeitos desta pesquisa tinham poucos conhecimentos sobre métodos contraceptivos. Numa oficina no Viva Vida, sobre gravidez e DSTs/aids, na parte sobre esses métodos eles citaram: pílula, tabelinha e DIU — ninguém falou em camisinha. Disseram que tinham curiosidade em conhecer melhor tais métodos (pílula, tabelinha e DIU) e que essas informações são importantes — falas muito comuns nos primeiros encontros com os grupos, pelo fato de que o objetivo ali era realizar um trabalho de prevenção e, nesse tipo de trabalho, os sujeitos, para mostrar que estão interessados na discussão, dizem coisas que entendem ser o que se deseja ouvir.

Ao falarem sobre as diferenças entre os métodos que citaram e a camisinha, Alexandra (13 anos) afirmou que aqueles eram mais seguros e que esta poderia estourar; e Carlos, que ela era usada para prevenir doenças. Houve consenso de que ela é pouco utilizada como método contraceptivo. Na discussão sobre os motivos pelos quais não é usada, Rafaela (14 anos) disse que era por “safadeza”, referindo-se não ao sexo em si ou ao fato de não se usar camisinha; “safadeza” porque as meninas não a exigem porque querem engravidar — jogando, portanto, para as meninas,

⁴⁹ Monteiro (1999), mostra que o preservativo era usado com parceiros considerados desconhecidos e a pílula, em relacionamentos mais estáveis. A autora apóia sua análise na matriz explicativa “casa” e “rua”, de Da Matta — o uso do preservativo estava relacionado à “rua” e o da pílula, à “casa”.

a responsabilidade da prevenção, além de indicar o “interesse” de algumas em provocar uma gravidez, o que também pode sugerir uma forma de falar de um “poder” feminino.

Roselaine (14 anos) citou, como exemplo, uma amiga, que teria engravidado propositalmente: *“Ela gostava do menino, achava ele bonito, e achou que ele ia ficar com ela se ela engravidasse. Mas não ficou”*. Cleber (14 anos) complementou: *“Algumas meninas engravidam pra segurar o namorado”*. Luciana (13 anos) reafirmou a idéia de que engravidar de propósito é uma “safadeza”, e colocou que o aborto também é “safadeza”: *“Não acho que fazer sexo seja safadeza, mas fazer aborto, sim”*. E citou o exemplo de uma prima sua, que, grávida, teria tentado abortar (tomando um remédio), mas a mãe a teria impedido.

Ao final dessa oficina, quatro ou cinco pessoas começaram a colocar questões que mostram a falta de conhecimentos sobre métodos contraceptivos, e algumas interpretações sobre sexo. Jaqueline (13 anos) perguntou se *“é verdade que tem um chá que faz em casa que toma pra não engravidar”*; e Ronaldo (13 anos) queria saber se *“tem uma pílula que a mulher toma pra não engravidar e volta a ser virgem”*. Além dessas perguntas, houve algumas afirmações, como a de Fernanda (14 anos), que contou como sua tia “contraiu” o HIV: *“Minha tia achou uma camisinha usada na rua; ela usou e pegou aids”*. Rafaela contou que sua irmã estava grávida e, durante a oficina, a usou como exemplo em diversas situações, sempre em tom irônico, muitas vezes chamando-a de “safada”⁵⁰.

A idéia de gravidez proposital e do aborto como “safadeza” podem estar remetendo à condenação da vida sexual feminina ativa e sem compromisso. Como afirma Heilborn (2006, p. 37): “Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de virgindade moral, que se apresenta sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em matéria sexual [...]”. Segundo a autora, ajudam a explicar a gravidez na “adolescência” o fato de que as meninas não podem se expor sexualmente e o de que

⁵⁰ Tem-se aqui um exemplo daquilo que coloquei na introdução, quando algumas falas acabam se tornando referência para os sujeitos, que passam a reproduzi-las durante a oficina.

são limitados os espaços em que podem conversar sobre o assunto — e, a isso, alia-se a dinâmica de um namoro tradicional no que toca às relações sexuais, em que há um movimento de insistência por parte dos meninos e de temporização por parte das meninas.

Não foram poucas as vezes que meninas se recusaram, ao final das oficinas, a levar preservativos para casa; diziam que suas mães ou pais não poderiam vê-las carregando um, e muitas das que levavam diziam que era para a mãe, para a irmã ou para alguma amiga, deslocando assim a possibilidade de estarem tendo relações ou prevendo alguma. Isso remete novamente às relações sociais de gênero, na medida em que é mais difícil para a mulher se prevenir, especialmente na primeira relação sexual, pois, se expõe um método de prevenção, pode dar a entender que ela estaria prevendo tal relação, indicando uma postura ativa, e nesse sentido, questionável moralmente.

É importante lembrar, mais uma vez, que nas discussões sobre sexualidade, em geral as colocações dos sujeitos estão permeadas por expectativas de gênero. Assim, é preciso levar em conta que as coisas ditas estão permeadas daquilo que se espera da atuação dos sujeitos segundo o seu gênero.

A gravidez é a grande questão?

Como lembra Heilborn (2006), normalmente a gravidez é, *a priori*, englobada por concepções generalizantes e antecipadamente dramatizadas desde as diretrizes do próprio Ministério da Saúde, quando as referências às jovens apontam que estas engravidam sem planejamento por falta de informações, pela dificuldade de acessar os serviços de saúde especializados, por não conhecerem os métodos anticoncepcionais, ou, ainda, porque elas estariam à procura de uma relação afetiva, de amor, ou de experimentação sexual:

A adolescente grávida é portanto apresentada sob a égide da vitimização. As diretivas insistem sobre as consequências psicossociais, tais como abandono dos estudos, dificuldade de inserção, conflitos familiares e incapacidade para cuidar de maneira adequada de uma criança. A função da assistência médica é definida como um Programa de atenção integral que deve perdurar desde a gravidez até o primeiro ano de vida da criança. A primeira entrevista pré-natal toma a forma de um

interrogatório, destinado a identificar os fatores de risco adicionais, como, por exemplo, baixo salário, inexistência de um companheiro ou marido, pais separados, tentativa de aborto, problemas psiquiátricos, trabalho cansativo, consumo de tabaco, álcool, drogas, etc. Aquelas portadoras de fatores de risco devem ser vistas mais freqüentemente que as outras. Paralelamente, um perfil familiar é traçado, construindo a noção de família de risco ou de família disfuncional. (HEILBORN, 2006, p. 33)

Tais perspectivas dão o tom do discurso sobre a gravidez nessa fase da vida, que passa a permear não só as instituições mas também os formadores de opinião, e, muitas vezes, acaba por ser incorporado pela população em geral, formando o senso comum acerca do tema, afetando, portanto, também as interpretações dos sujeitos desta pesquisa.

Na primeira oficina realizada no Viva Vida, o grupo era bastante disperso e mostrava-se pouco interessado na discussão, o que pode ter resultado em falas mais preocupadas em dizer aquilo que eles achavam ser a resposta esperada. Apesar disso, com base nas discussões posteriores nesse mesmo grupo e em grupos diferentes, e na recorrência de determinadas questões, algumas das falas revelaram algo sobre suas interpretações em relação à sexualidade e também de alguns discursos correntes sobre “gravidez na adolescência”.

A maioria das colocações, nessa oficina, foi de meninas e sobre gravidez. Na discussão sobre as responsabilidades masculinas e femininas no caso de uma gravidez, contaram de parentes, vizinhas e conhecidas que estavam grávidas ou que já tinham um filho. Ao comentar esses casos, em geral sugeriam que aquelas engravidaram propositalmente, para “segurar” o namorado, mas em nenhum momento — não só nessa oficina, mas durante todo o campo — uma apontou a possibilidade de ela própria fazer isso⁵¹. As falas remetiam, sempre, a um “outro”, que é distanciado e, em boa parte das vezes, desvalorizado — nos termos de Butler (1998), constitui-se assim uma alteridade degradada. Essa foi uma questão presente em todos os grupos em que foram realizadas

⁵¹ Durante o campo, a única mãe que conheci foi Rosângela, à qual já me referi na introdução — ou seja, não trato aqui das percepções de sujeitos que passaram pela experiência de ter um filho, o que seria mais apropriado para refletir sobre o tema; no entanto, as discussões que aqui apresento podem ajudar a pensar sobre ele. Aqui, é interessante o fato de que é sempre deslocado para o “outro” a ação de “engravidar propositalmente”, assim como os riscos da infecção pelo vírus HIV e pelas DSTs sempre são deslocados para um “outro”.

oficinas: sempre que a discussão era sobre gravidez, falavam em “meninas que engravidam” de propósito na tentativa de “segurar” o namorado ou o parceiro. Também era comum a concepção de que “os meninos” dificilmente “assumem” essa gravidez.

É interessante notar — fazendo uma generalização do que foi discutido em todos os grupos —, que em nenhum momento, quando se falava em gravidez, alguém se referiu espontaneamente à paternidade. As falas sempre remetiam a meninas que ficaram grávidas, e quando se falava no pai era para dizer que este havia “sumido”, se pagava ou não pensão alimentícia para a criança ou se cuidava desta ou não — mas ele nunca era lembrado quanto ao momento específico da gravidez, era como se apenas a menina estivesse esperando um filho.

Quando o assunto foi abordado em uma oficina no CFC, a maior parte da turma falou que a responsabilidade maior era da menina; que é comum os meninos não assumirem a criança. Na discussão sobre a responsabilidade dos meninos no caso de gravidez, Cristiano (13 anos) disse que a responsabilidade maior do homem é com o sustento: *“o homem tem que trabalhar pra sustentar o filho”* — e complementou que *“ele também tem que ajudar a cuidar”*, mas, como *“é da natureza dela, né”*, a responsabilidade do cuidado pela criança é da mulher. Essa uma das facetas da idéia de “assumir” um filho, que incorpora o reconhecimento público da paternidade e a garantia de, ao menos em parte, sustentar a criança. No entanto, há um reconhecimento moral, entre os meninos, de que, mesmo que o pai não possa assumir responsabilidades financeiras com a criança, deve manter com ela um relacionamento próximo.

Minha impressão, nas muitas vezes em que ouvi o termo “assumir”, é a de que ele vai além da representação de gênero tradicional, na qual o homem deve assumir o papel de provedor. Mas a idéia de assumir, principalmente por parte das meninas, aponta que a paternidade também deve dar conta de uma relação de cuidado com a criança — sugerindo maior igualdade de gênero.

Em todas as oficinas, o tema mais abordado foi gravidez, e a idéia hegemônica era a de que aos meninos caberia responsabilidade menor em relação a ela, na medida em que o seu “perigo” é

diretamente associado às meninas. Monteiro (1999), falando da associação entre perigo e gravidez — entre os meninos de sua pesquisa, esse era o principal risco em relação ao sexo com parceiras “conhecidas” —, coloca que esta trazia uma concepção positiva de afirmação de virilidade e era tida como reversível, graças à possibilidade de aborto, diferente do risco em relação a parceiras “desconhecidas”, relacionado a doenças. A partir da afirmação de que “doença já é um problema, não tem jeito de tirar”, a autora sugere que “a gravidez da parceira é de certo modo um problema exterior ao rapaz” (Monteiro, 1999, p. 81); e ressalta que a gravidez é um bem simbólico entre as meninas, em contraste com a infertilidade.

Segundo Heilborn (2006), no Brasil, são três os discursos que predominam acerca da “gravidez na adolescência”. O primeiro, monopolizado pelos tradicionais especialistas em “adolescência” — médicos, psicólogos, psicanalistas e psiquiatras —, é o biomédico, que coloca a gravidez, nessa fase da vida, como um risco psicossocial, diagnosticando, como causa, a imaturidade psicológica dos jovens, o que traria conseqüências graves para eles e para as crianças. O segundo, psicologizante, remete a uma carga moral, e, muitas vezes, atribui à mídia a responsabilidade pela erotização precoce dos jovens; aponta, ainda, a gravidez à ignorância e irresponsabilidade dos jovens, à falta de autoridade dos pais e de diálogo entre as gerações. O terceiro tipo aponta para a “gravidez na adolescência” como um problema social, decorrente da pobreza, da ausência de informações e instruções sobre contracepção, e para a precariedade dos serviços de saúde e falta deles; considera que aquela é um “fator que reforça a pobreza e a marginalidade” (Heilborn, 2006, p. 31).

A autora assinala que esses discursos não levam em conta questões centrais, que remetem à mudança dos padrões de relacionamento sexual no Brasil. Em certa medida, já se aceita a sexualidade feminina pré-conjugal e a experimentação sexual das meninas que namoram, o que, antes, era permitido somente aos rapazes e àquelas meninas consideradas desviantes (ressaltando-se que tais mudanças foram acompanhadas por um paradoxo social: conversas sobre sexualidade

continuam interditas no interior das famílias; pouco mudou o ambiente social de discussão sobre o tema; e as Igrejas continuam tentando impor restrições ao conteúdo dessas discussões). A adolescência é um período da vida em que os amigos e os pares ganham importância central, o que é preponderante no processo de autonomia do jovem frente a sua família. No Brasil, como coloca Heilborn (2006), as mulheres continuam a ser culpabilizadas pela gravidez, e os homens continuam a ser absolvidos ou esquecidos no que toca a sua participação nela.

Mesmo que nas representações sociais esteja presente a associação entre “gravidez na adolescência” e “perigo”/“problema”, inclusive tomada como questão de saúde pública, para muitos sujeitos a gravidez pode adquirir uma variedade de sentidos — como tentativa de efetivação de maior autonomia em relação ao núcleo familiar, por exemplo, na medida em que a maternidade é altamente valorizada entre as mulheres adultas, sendo também a representação de um signo de feminilidade; entre os meninos, a paternidade é considerada signo de virilidade e potência sexual, além de ser tomada como comprovação efetiva da heterossexualidade, o que lhes traz tanto o *status* de homem quanto o de “adulto”.

As oficinas mostraram que os sujeitos falam pouco sobre sexualidade em casa e, na escola, o assunto se reduz aos aspectos reprodutivos, abordados nas aulas de ciências e biologia. Em uma das oficinas no CFC, foram distribuídas três fichas para cada participante, cada ficha com uma destas palavras: “vermelho”, “amarelo”, “verde”. Nelas, escreveram perguntas ou assuntos que gostariam de discutir, segundo o grau de dificuldade em falar sobre eles. A grande maioria das fichas foi preenchida simplesmente com as palavras sexo ou sexualidade⁵².

Disseram que, às vezes, se falava de sexo na aula de ciências — a discussão sobre sexo nessa disciplina foi citada por todos os grupos em que houve oficinas. Segundo eles, nessa aula se fala das partes do corpo e seu funcionamento (informações que eles consideram importantes). Vê-se

⁵² Tais termos podem remeter a certa displicência com a atividade, já que, muitas vezes, quando algumas dessas dinâmicas exigiam que se escreva algo, as frases eram lacônicas ou repetiam algo que já havia sido falado pelos facilitadores em alguma circunstância.

que o tema sexo continua sendo tratado, em boa parte das salas de aula, pelo viés do funcionamento biológico do corpo, especialmente do corpo reprodutivo, não se discutindo os sentimentos ou as relações mais amplas que se dão em torno da sexualidade (como o gênero, por exemplo).

Quanto às conversas sobre sexualidade em casa, com os responsáveis, algumas meninas disseram que conversam com as mães e alguns meninos, com os pais, mas a maior parte disse que não conversa sobre o assunto em casa porque sente vergonha, e que é mais fácil conversar com os amigos. Sofia contou que gosta de ler sobre o assunto, e também conversa com sua mãe, com amigos e com seu ginecologista — este, segundo ela, sua principal fonte de informações. Algumas afirmaram que nunca tinham ido ao ginecologista e que jamais permitiriam que alguém as examinasse dessa forma, que tinham *nojo* só de pensar nisso, independente de ser médico ou médica.

Questões semelhantes foram constatadas por Bozon e Heilborn (2006, p. 157) no âmbito da pesquisa *Gravada*: a informação sobre aids e DSTs é “institucionalizada” e basicamente transmitida pela escola e pela TV, pouco aparecendo os serviços de saúde como fonte de informação; no que se refere a sexo, geralmente a informação é “personalizada”, transmitida principalmente pela mãe e pelos pares. Nesse processo de socialização, ressaltam algumas diferenças de gênero:

A mãe é sempre uma das principais fontes de informação das adolescentes do sexo feminino, mas exerce também papel importante na socialização dos meninos, sobretudo no que diz respeito à gravidez e à contracepção. Homens e mulheres se diferenciam entre si porque o pai também funciona como fonte de informação para os primeiros, enquanto seu papel é nulo para as adolescentes do sexo feminino. Além disso, o grupo de amigos(as) e de colegas exerce um papel mais relevante junto aos rapazes que junto às moças, sendo seu peso relativo mais forte, nesse caso, que o da mãe no que se refere às relações sexuais em geral. (Bozon & Heilborn, 2006, p. 158)

Na comparação de classes, os autores apontam maior importância dos pares, tanto para meninos como para meninas, entre os sujeitos de grupos populares. As diferenças de gênero também aparecem quando o assunto é homossexualidade: a pesquisa *Gravada* identificou maior

tolerância das mulheres, tanto em relação à homossexualidade feminina quanto em relação à masculina.

A homossexualidade: entre direitos formais e distâncias morais.

Após uma das oficinas realizadas no Jardim João Turquino, Michele, uma travesti de 20 anos, falou sobre o problema de sua posição de gênero nesse bairro. Comentou que um colega estava começando a ter relações com meninos, e querendo assumir-se como homossexual; e que o alertou sobre as dificuldades que ela já havia enfrentado no bairro, onde levou anos para adquirir algum respeito entre os moradores. Também falou dos seus problemas com a polícia, em que sua posição de gênero é um agravante — além de ser discriminada por ser moradora desse bairro. Para facilitar sua circulação ali, usava roupas masculinas durante o dia — como não tinha o corpo modificado, sua posição de gênero passava despercebida. Esse tipo de estratégia, muitas vezes, se faz necessário, mesmo que vá de encontro ao desejo do sujeito.

Com já expliquei na introdução, no João Turquino as pessoas eram convidadas para as oficinas por uma liderança comunitária e por sua filha — que geralmente convidavam quem já freqüentava a casa. Assim, ia quem tinha interesse no tema, e, talvez por isso, as discussões eram sempre mais homogêneas, quase todas⁵³ participavam, colocando-se com menos timidez e mais propriedade. Foi o grupo que mais discutiu discriminação, preconceitos e hierarquias de gênero.

Numa das reuniões, em que foram discutidos os estigmas que as pessoas carregam e os problemas decorrentes de se reduzir as pessoas a determinado lugar, as meninas mostraram posição bastante crítica em relação aos preconceitos contra homossexuais masculinos, entendendo que eles devem ter os mesmos direitos que qualquer pessoa; no entanto, disseram, várias vezes, que sentiam “nojo” em relação à homossexualidade feminina, “nojo” só de pensar em duas meninas se beijando.

Aqui vale lembrar que o sujeito se constitui a partir da posição que ocupa em detrimento a

⁵³

Além de Michele, só meninas participaram das oficinas do João Turquino.

sujeitos que ocupam posições diferenciadas, sendo a diferenciação sexual um dos eixos centrais de constituição das “identidades” a partir da exclusão (Butler, 1998):

Em certo sentido, o sujeito é constituído mediante uma exclusão e diferenciação, talvez uma repressão, que é posteriormente escondida, encoberta, pelo efeito da autonomia. Nesse sentido, a autonomia é a conseqüência lógica de uma dependência negada, o que significa dizer que o sujeito autônomo pode manter a ilusão de sua autonomia desde que encubra o rompimento que a constitui. [...] O sujeito é construído mediante atos de diferenciação que o distinguem de seu exterior constitutivo, um domínio de alteridade degradada associada convencionalmente ao feminino, mas não exclusivamente. (Butler, 1998; p. 29-30)

Nas oficinas com os grupos do Viva Vida também foi freqüente a rejeição à homossexualidade, tanto a masculina quanto a feminina — rejeição marcada por justificativas de caráter moral (“falta de vergonha”) ou religioso (a homossexualidade não seria natural porque Deus fez o homem e mulher para se relacionarem). Essa rejeição também apareceu de maneira disfarçada, na forma de *tiradas*, principalmente quando os meninos sugeriam que algum colega era “veado” ou “bicha” — “brincadeiras” que revelavam o preconceito, pois eram sempre feitas em tom pejorativo. No entanto, esse tipo de “brincadeira” acontecia apenas entre os meninos — em nenhum momento eu ouvi uma menina fazendo brincadeiras pejorativas sobre homossexualidade, inclusive a feminina.

A homossexualidade também foi discutida em algumas oficinas do CFC. Em uma delas, em que foi utilizado o desenho animado *Minha vida de João*, o tema surgiu a partir de uma cena: João, quando criança, passa batom e se diverte usando as roupas da mãe. A cena provocou risadas em todo o grupo, e foi destacada pelos jovens quando o filme acabou. Houve várias referências à categoria “nojo”, e os meninos foram os que mais se manifestaram e que se mostraram avessos às possibilidades de relações homossexuais. Quando não falavam diretamente que tinham “nojo” de homossexuais, eles ficavam se provocando, sempre em tom pejorativo, acusando-se uns aos outros de serem “veados” ou “bichas”. Quando queriam se mostrar mais tolerantes, eles prontamente se distanciavam da possibilidade de conviver com algum homossexual: “*Pode ser o que quiser, mas longe de mim*”.

Também houve grande estranhamento com a possibilidade de amor entre casais homossexuais. No entanto, quanto à possibilidade do “casamento” entre estes, após algumas justificativas para a união, como a partilha de bens, eles o apontaram como justo. Aqui, percebe-se a incorporação das idéias de direitos individuais e de igualdade, o que não se percebe nas práticas. Ou seja, há um distanciamento pessoal que pode ser derivado da preocupação em ter a própria imagem aproximada à de um(a) homossexual, e a homossexualidade remeter a valores depreciados e inferiorizados; mas há também o entendimento, ao menos no discurso, de que os direitos devem ser garantidos a todos — isso reforça a idéia da ambigüidade na incorporação do individualismo de direitos e das interpretações de gênero mais ligadas a códigos tradicionais. As homossexualidades são vistas como perigosas e são distanciadas, percebendo-se, mais uma vez, o reforço de relações mais tradicionais no que toca ao gênero e à sexualidade, bem como a constituição de um sujeito que afasta e apaga seu contrário.

Além disso, é possível pensar que a união civil entre pessoas do mesmo sexo reflete um ideal de conjugalidade igualitário que vem se consolidando no Brasil (Grossi, 2003). Desde a década de 1990, gays e lésbicas vêm procurando reconhecimento da sua conjugalidade, o que difere de modo sensível da luta das décadas de 1970 e 1980, pela liberação sexual. Além disso, o debate em torno da legalização da parceria civil entre casais homossexuais, que toca no tema da adoção e do reconhecimento à parentalidade, não deixa de apontar para uma valorização da noção de família. Segundo Butler (2003), a ampliação da legitimação do casamento aos homossexuais pode remeter à perspectiva de que a sexualidade está circunscrita ao casamento, elegendo assim novas hierarquias no discurso público. Ou seja, reproduz-se o casamento enquanto esfera legítima da sexualidade, reduzindo todas as outras formas à esfera do ilegítimo, e, assim, vislumbra-se uma legitimidade futura para uma relação estável e perpetua-se a ilegitimidade para outras formas de relacionamento.

As questões em torno da masculinidade são interessantes para se pensar a maior intolerância dos meninos que das meninas em relação às homossexualidades, mas o quadro todo aponta para um

maior respeito diante das diferenças sexuais. Conclusões semelhantes são apontadas na pesquisa

Gravad:

[...] há um efeito significativo de geração na aceitação da diversidade sexual, além do aspecto vinculado ao gênero, o que corrobora a premissa da flexibilização da moralidade sexual. Contudo, não se pode afirmar que as opiniões são estanques: estes jovens, no futuro, talvez não mantenham necessariamente esse posicionamento. (Heilborn, Cabral & Bozon, 2006, p. 225)

Nessa pesquisa também apareceu maior intolerância entre os meninos de grupos populares com menor escolaridade e que ainda não haviam iniciado a vida sexual. A hipótese levantada pelos autores é a de que essa acaba sendo uma estratégia de distanciar a “ameaça” de “acusação” da homossexualidade. Heilborn, Cabral e Bozon (2006, p. 227) enfatizam que há

[...] preeminência do gênero como organizador da apreensão acerca da homossexualidade, em particular da masculina. O gênero sobrepõe-se às influências do meio social, seja pelo prisma da classe, seja pelo da escolaridade individual, revelando uma atitude masculina de rejeição à homossexualidade que se expressa de forma constante nas diversas variáveis analisadas. Essa aversão remete ao caráter ameaçador que a homossexualidade representa para a identidade masculina na sociedade brasileira.

Pra finalizar, é importante ressaltar a idéia de que, entre os homens, a homossexualidade é a mais desvalorizada das masculinidades. Almeida (1996), analisando a relação masculinidades hegemônicas *versus* subordinadas, afirma que a construção das primeiras se dá a partir de um consenso vivido; as segundas não são excluídas, mas contidas na hegemonia. O autor assinala que a masculinidade é abordada de duas formas: uma se refere à esfera independente de homens e mulheres; a outra, à “masculinidade dos homens”. Esta segunda enfoca homens concretos e masculinidade, e parte do pressuposto de que ela situa-se no nível discursivo e do discurso enquanto prática, constituindo um campo de disputa de valores morais. O autor aponta para a assimetria interna que constitui as próprias masculinidades, como, por exemplo, a oposição heterossexual/homossexual e as hierarquias de mais e menos masculino. Dessa forma, a masculinidade não pode ser pensada como simples variação cultural sobre um dado natural, e “sua

definição, aquisição e manutenção constitui um processo social frágil, vigiado, auto-vigiado e disputado” (Almeida, 1996, p. 163).

O gênero é uma categoria capaz de orientar as práticas dos sujeitos, e quando relacionado a outros marcadores como classe e geração, e a situações e contextos específicos, transforma-se em importante instrumento para interpretar as práticas dos sujeitos. Com a intersecção dessas categorias, procurei mostrar que, apesar da permanência de hierarquias que colocam os meninos como pólo forte do poder, são várias as estratégias de que as meninas se valem para tornar as relações mais igualitárias. Exemplo disso é a sua apropriação do uso da força física, elemento tradicionalmente ligado ao sexo masculino, para a resolução de conflitos, sem que com isso sofram desvalorização, o que é possível dada a importância das relações apoiadas nessa lógica naquele contexto. No entanto, elas não deixam de reproduzir hierarquias no que toca à sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta análise, procurei apontar a importância do caráter vivencial para pensar as relações dos sujeitos e as hierarquias e sobreposições que se estabelecem entre valores que orientam suas práticas. Assim, conforme situações e contextos específicos, os sujeitos ora se valem de valores ligados a concepções idealizadas pelo individualismo moderno, ora se apóiam em valores mais relacionais, os quais não são fixos ou cristalizados, pois podem se combinar de modo complexo, apontando tanto para relações igualitárias como para relações hierárquicas.

Tais concepções e valores permeiam não só a prática cotidiana dos sujeitos mas também as instituições modernas, influenciando, entre outras coisas, na idéia de cidadania. Além disso, fica implícito a idéia de ocupação do tempo desses sujeitos, o que associa grupos populares a perigo, classificando-os *a priori* como potenciais criminosos, isso esvazia a vida desses sujeitos e desconsidera as positivities de suas relações. Como mostrei, o Programa Agente Jovem produz e reproduz principalmente o valor do trabalho, da autodisciplina e do autocontrole, acarretando uma racionalização do corpo, numa objetivação que busca incluir os sujeitos no mercado de trabalho, mas não só. Ao condicionar uma contrapartida dos sujeitos participantes do Programa, que se refere especialmente ao retorno ou a permanência no sistema formal de ensino, e ao desenvolvimento de um serviço/trabalho que seja focado no seu local de moradia, o Estado impõe a esses sujeitos que eles sejam cidadãos úteis.

Como foi discutido, temos aqui a naturalização das desigualdades e da importância do Estado e do mercado na produção e reprodução de hierarquias valorativas, neste contexto acredito ser importante apreender os valores que permeiam as práticas dos sujeitos e a maneira como eles se reapropriam desses valores englobantes. Nesse sentido, gostaria de destacar que, nesta pesquisa, os

sujeitos se referiam aos lugares onde vivem como um bom lugar, e, apesar de problemas estruturais — relacionados à ordem econômica —, eles gostavam dos amigos e se divertiam, isto é, valorizavam a rede de amizades. Certamente, se sentem humilhados quando sofrem abordagens da polícia, mas também se valorizam frente aos policiais, que passam a ser os *pilantras* e são desvalorizados. Esses sujeitos aderem ao mercado de consumo na compra dos mais diversos bens, porém estes circulam com uma certa facilidade, fortalecendo laços de confiança e solidariedade. Eles também são “capturados” por projetos institucionais que acabam por reafirmar as hierarquias valorativas modernas do desempenho voltado ao mercado competitivo de trabalho e as “virtudes” dominantes, porém utilizam o espaço, o máximo possível, como lugar de sociabilidade, o que fortalece novamente os laços de amizade e solidariedade. Ou seja, há uma relação ambígua entre valores individualistas e relacionais na constituição desses sujeitos.

Como procurei mostrar pelo exemplo do uso dos termos *humildade* e *se achar* há uma valorização do grupo frente ao indivíduo que procura se destacar dos demais, positivando a igualdade em meio a relações mais holistas, o que aponta para uma resignificação por parte dos sujeitos de certos aspectos do individualismo moderno e para desvalorização do indivíduo autocentrado. Ao focar na vivência dos sujeitos, é possível perceber a importância dos laços de amizade e de solidariedade no interior do grupo, que se distanciam de um *outro*, eleito através da classe como marcador de diferenças ou de uma postura que podemos relacionar a valores individualistas, remetendo para a valorização que os sujeitos atribuem para suas vidas.

Enfim, enfatizo a importância de perceber o que há de positivo em suas vivências e o modo como eles se constituem enquanto sujeitos de suas práticas. Talvez esteja na valorização dessas positivities um dos caminhos para diminuir as desigualdades e consolidar Direitos Humanos que incorporem, de fato, as diversidades, o que só se torna possível, como sugere Rifiotis (2007), se levarmos em conta a dimensão vivencial dos sujeitos sociais e sua capacidade criativa. Isso implica

relativizarmos, por exemplo, a idéia exclusão/inclusão que tem fundamentado as políticas públicas voltadas aos grupos populares, devemos perguntar ‘que inclusão é esta.

Para os sujeitos desta pesquisa, a noção de *respeito* é importante e se constitui de modo complexo, carregado de ambigüidades, variando de acordo com situações e contextos — para sua aquisição ou manutenção, eles recorrem às mais diversas práticas. Para as meninas, o respeito pode se apoiar tanto em uma sexualidade tradicional, moralmente mais contida que a dos meninos, quanto no uso da força física. Isso complexifica as estratégias de construção desse sujeito, em especial neste último caso, quando se apóia em atributos tradicionalmente ligados ao masculino para se constituir como *mulher de verdade*. Essas relações também nos ajudam a relativizar associações essencialistas dos pares masculino/ativo *versus* feminino/passivo, homem/agressividade *versus* mulher/delicadeza.

Mas, se por um lado é possível sugerir que essas relações dizem respeito a um processo de maior igualdade entre os gêneros, o “valer-se da força física”, para as meninas, também pode resultar num processo em elas se igualem aos meninos nas estatísticas que contam as vítimas de assassinatos neste país. Apesar da relação importante entre masculinidades e “violência” — dados os aspectos ligados à construção de uma masculinidade ancorada, entre outros elementos, na virilidade e no uso da força física, em contraponto ao diálogo, e na idéia de “coragem” para o enfrentamento de riscos (que em muitas instâncias se postam como hegemônicas) —, é preciso ampliar o olhar, para relação mulheres/“violência”.

Na esfera da sexualidade, o fato de que os meninos têm mais autonomia sexual reforça a hierarquia de valorização do masculino em detrimento do feminino, e, não por acaso, entre as masculinidades a mais subalterna é aquela que é aproximada ao universo feminino: a homossexual. Mas também a homossexualidade feminina é subordinada. Há, então, distanciamento e desvalorização das relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, há uma aparente tolerância à diversidade sexual, e há aceitação da parceria civil entre esses sujeitos, o que

remete à incorporação do valor moderno da igualdade de direitos.

Essa questão traz de volta a insuficiência da conquista de direitos formais se, na prática, não houver, de fato, relações mais igualitárias, e isso vale para todos os temas aqui discutidos. Ou seja, por mais que haja avanços constitucionais e institucionais, que remetem a relações mais igualitárias, isso pouco vale se os laços de solidariedade não estiverem consolidados entre os sujeitos sociais. Assim, deve-se privilegiar a construção de debates nos quais os sujeitos sejam os protagonistas, para que se construam direitos específicos de acordo com as diferenças e levando em conta o tipo de inclusão que eles querem.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Página Aberta, Scritta/ANPOCS, 1994.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal*. Anuário Antropológico/95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- AMORIM, Lara S. de. Cenas de uma revolta urbana: movimento hip hop na periferia de Brasília. *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, Brasília, v. 2, n. 1, p.143-179, 1998.
- BARREIROS, Elias. “Meninos não choram”: gênero e saúde entre meninos de classes populares urbanas. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 203-224, jul./dez. 2006.
- BOZON, Michel & HEILBORN, Maria L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, Maria L. et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetória de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz/Garamond, 2006. p. 155-206.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/projeto-agente-jovem-de-desenvolvimento-social-e-humano>>. Acesso em: 12 fev. 2007.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 11, p. 11-42, 1998.
- _____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 21, p. 219-260, 2003.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.
- CONNELL, Robert. W. *Masculinities*. Los Angeles/Berkeley: University of Califórnia Press, 1995.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- _____. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 173-183, 2003.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EPESMEL –ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR DE LONDRINA. Um sonho que se tornou realidade. Disponível em: http://www.epesmel.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=37&lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2008a.

_____. Outro elemento importante, presente no contexto social em que estão inseridos os sujeitos. Família de Murialdo. Disponível em: http://www.epesmel.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=38&lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2008b.

FAUSTO NETO, Ana Maria Q. & QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, Carlos Alberto M. et al. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 221-236.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. *Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FONSECA, Cláudia. A mulher valente. In: _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004a. p. 113-132.

_____. Fofocas e violência. In: _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004b. p. 13-51.

_____. Humor, honra e relações de gênero. In: _____. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004c. p. 133-164.

_____. La clase social y su recusación etnográfica. *Etnografias Contemporâneas*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 117-138, abr. 2005.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1987. 85-107.

GOLDMAN, Márcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

_____. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos: etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 2, p. 261-280, 2003.

_____. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão*, Florianópolis, v. 75, p. 4-27, 2004.

HEILBORN, Maria L. et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetória de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Garamond, 2006.

_____. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: _____ et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetória de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz/Garamond, 2006. p. 29-59.

_____; CABRAL, Cristiane S. & BOZON, Michel. Valores sobre sexualidade e elenco de práticas: tensões entre modernização diferencial e lógicas tradicionais. In: HEILBORN, Maria L. et al. (Org.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetória de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed Fiocruz/Garamond, 2006. p. 207-266.

HERTZ, Robert. La preeminencia de la *mano derecha*: estudio sobre la polaridad religiosa. In: _____. *La muerte y la mano derecha*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.

HIKIJ, Rose Satiko Sitirana. Música para matar o tempo: intervalo, suspensão e imersão. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 151-178, abr. 2006.

JARDIM, Denise Fagundes. Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos. In: LEAL, Ondina Fachel. (Org.). *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995. p. 193-205.

LACERDA, Eugênio Pascele. Trabalho de campo e relativismo. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a5-eplacerta.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2007.

LACOURSE, Josée. Reciprocité positive et reciprocité négative: de Marcel Mauss a René Girard. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 83, p. 291-305, 1987.

LEENHARDT, Maurice. *Do kamo. La personne et le mythe dans le monde mélanésien*. Paris: Gallimard, 1971.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violência: gênero e mal-estar nas sociedades contemporâneas. In: SCHPUN, Mônica R. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo/Santa Cruz do Sul: Boitempo/Edunisc, 2004. p. 35-78.

MALUF, Sônia W. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. *Esboços - Revista do PPG História da UFSC*, Florianópolis, n. 9, p. 87-101, 2002.

_____. Bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição: um estudo sobre representações de poder feminino na ilha de Santa Catarina. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra - Portugal, v. 34, p. 99-112, 1992.

MONTEIRO, Simone. *AIDS e proteção*: a visão de jovens de um bairro popular. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 7, n. 1-2, p. 72-88, 1999.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 14, p. 13-44, 2000.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003a. p. 399-422.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do “eu”. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003b. p. 367-396.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de & EUGÊNIO, Fernanda. (Org.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

_____. Juventude e sociedade: jogos de espelhos. Florianópolis, 2007. mimeo (Texto apresentado na conferência Políticas Públicas de Juventude: o que há de novo?, em 20 de setembro de 2007)

_____ & CARA, Daniel. Jovens como sujeito de direitos: novas interrogações. In: RIFIOTIS, Theóphilos & RODRIGUES, Tiago Hyra. (Org.). *Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. p. 115-120.

OLIVA-AUGUSTO, Maria Helena. O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. *Tempo Social*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 91-105, 1994.

ORTNER, Sherry B. Geertz, subjetividade y conciencia posmoderna. *Etnografias Contemporâneas*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 25-54, abr. 2005.

PARANÁ. *O que é o Provopar-PR*. Disponível em: <2008a. <http://www.pr.gov.br/provopar/provopar.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2008a.

PARANÁ. *O que o Provopar-PR faz*. Disponível em: <2008a. <http://www.pr.gov.br/provopar/provopar.shtml>>. Acesso em: 18 jan. 2008b.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PINHO, Osmundo de Araújo. Etnografias do *brau*: corpo, masculinidade e raça na reafirmação em Salvador. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 127-145, 2005.

PREFEITURA DE LONDRINA. Estrutura. Disponível em: <<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=progproj&item=projvivavida>>. Acesso em: 12 abr. 2007.

RIFIOTIS, Theophilos. Grupos etários e conflito de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 11, p. 105-123, set. 1995.

_____. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. *Revista de Ciências Sociais*, v. 37, n. 2, p.27-33, 2006.

_____. Direitos humanos: sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, Rosa M. G. et al. (Org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos metodológicos*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007. p. 231-244.

SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 2-19, mai., 1979.

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 124-134.

SOARES, Luiz Eduardo. Identidade em obras I: adolescência. In: ATHAYDE, C.; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005a. p. 205-208.

_____. O menino invisível se arma. In: ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005b. p. 215-220.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, v. 32. p. 1-33, fev., 2003.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. In: _____. (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

VELHO, Guilherme. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 107-126, jan./abr., 2005.

_____. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, mai./ago., 2006.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Ed; Brasiliense. São Paulo, 1985.

_____. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 29-47, 1997.